

## **PROJETO DE PROGRAMA OPERACIONAL**

**SECÇÃO I. ESTRATÉGIA DO PROGRAMA OPERACIONAL COM VISTA A  
CONTRIBUIR PARA A ESTRATÉGIA DA UNIÃO PARA UM  
CRESCIMENTO INTELIGENTE, SUSTENTÁVEL E INCLUSIVO E  
PARA A COESÃO ECONÓMICA, SOCIAL E TERRITORIAL**

## 1.1 Estratégia do Programa Operacional com Vista a Contribuir para a Estratégia da União para um Crescimento Inteligente, Sustentável e Inclusivo e para a Coesão Económica, Social e Territorial

### 1.1.1 A RA dos Açores, dos constrangimentos estruturais e dos bloqueios às necessidades – elementos de diagnóstico

**Os estrangulamentos e os bloqueios permanentes ao desenvolvimento.** A Região Autónoma dos Açores, em conjunto com outras regiões ultraperiféricas, detém uma situação particular em que os seus principais constrangimentos e bloqueios ao desenvolvimento são reconhecidos nos documentos fundadores da União Europeia. Desde a Declaração relativa às regiões ultraperiféricas da Comunidade, anexo ao Tratado de Maastricht, de 1992: "A Conferência reconhece que as regiões ultraperiféricas da Comunidade (departamentos franceses ultramarinos, dos Açores e da Madeira e as Ilhas Canárias) sofrem de um atraso estrutural importante, agravado por vários fenómenos (afastamento, insularidade, pequena superfície, relevo e clima difíceis e dependência económica vis-à-vis alguns produtos), cuja permanência e combinação prejudicam gravemente o seu desenvolvimento económico e social.

#### **A Economia**

**O processo de convergência real, a coesão económica.** Os constrangimentos de ordem natural conjugados com a inexistência de uma política nacional e europeia de convergência anterior ao processo de adesão, originaram que os Açores ocupassem em 1983 a última posição no contexto das regiões europeias dos então 15 estados membros, apenas com 39% da média do PIB *per capita*. Esta situação mudou substancialmente a partir do final da década de 90, alavancada por uma visão renovada sobre o crescimento económico e com os recursos proporcionados pelos fundos comunitários. Os Açores iniciaram uma rota de desenvolvimento, convergindo no espaço nacional e também no quadro comunitário, deixando em ambos os contextos de ser a região menos desenvolvida, aproximando-se atualmente do grupo das regiões europeias, designadas de transição, e numa posição intermédia no contexto das 7 regiões portuguesas.

**A crise e o crescimento da produtividade e do emprego.** É evidente um ajustamento da economia regional face à crise que afeta o país, em que num primeiro momento a dinâmica e a sustentabilidade do emprego implicou quebras na produtividade, mas em que as empresas conseguiram sustentar o volume de emprego (2009) e numa segunda fase, já em 2010 e 2011, em que esse ajustamento foi feito pela libertação de força de trabalho, originando uma melhoria da produtividade, mas com custos sociais elevados em termos do aumento do desemprego.

**A recomposição da criação de valor.** As tendências de recomposição do valor acrescentado na Região ao longo dos últimos anos apontam para uma certa estabilidade, quando se consideram os grandes setores de atividade. Porém, numa análise mais detalhada, evidencia-se uma progressiva diminuição do peso relativo do setor primário e também, enquanto fenómeno mais recente, o da construção civil.

**As fileiras agrícolas, um pilar importante da economia regional.** As características naturais do arquipélago determinam a existência de uma grande diversidade de condições agroecológicas. Destaque-se as excelentes condições para a produção pecuária extensiva, proporcionadas pelas condições edafoclimáticas e o tipo de relevo do arquipélago. O sector agro-florestal, incluindo a indústria transformadora associada, constitui um dos sectores de especialização tradicional da economia regional e um dos seus motores mais importantes. Essa especialização, centrada nas fileiras do leite e da carne, tem vindo a manter-se segura, com crescimento continuado dos níveis de produção, aumentando quotas de mercado. A produção, transformação e comercialização de produtos agrícolas centram-se na fileira do leite (os Açores são responsáveis por cerca de 30% da produção nacional de leite de vaca) que, nas últimas décadas, tem conhecido uma evolução positiva em termos quantitativos e qualitativos, fruto de a modernização e reestruturação da estrutura produtiva. No futuro próximo, a liberalização das quotas leiteiras constituirá um dos principais desafios com que se deparará a fileira leiteira regional.

**As pescas, um importante setor de especialização tradicional.** O arquipélago embora apresentando a maior subárea da Zona Económica Exclusiva de Portugal, com a dimensão de 1 milhão de Km<sup>2</sup>, apresenta uma escassa abundância de biomassa e alguma fragilidade biológica, nomeadamente nas espécies demersais e de profundidade, por não ter plataforma continental e ser uma zona de grande profundidade média. Assim, apenas 2,2% daquela área tem potencial de exploração até aos 1000 metros de profundidade. A pesca marítima na Região, com valores médios de descargas em lota da ordem das 13-15 mil toneladas por ano (volume muito dependente da pesca de tunídeos), proporciona ocupação a cerca de 3,5 mil pescadores, apanhadores e trabalhadores em terra de apoio à atividade extrativa, propriamente dita. A restante fileira da pesca também gera perto de um milhar de empregos, maioritariamente na indústria de transformação, em especial a conserveira, mas também no circuito de comercialização do pescado e nos transportes marítimos e aéreos.

**Aquicultura, um setor com constrangimentos e potencialidades.** A aquicultura marinha é um sector em rápida expansão no espaço europeu e com grande potencial de crescimento no âmbito da produção alimentar. Nos Açores, no entanto, regista-se alguma dificuldade em encontrar investidores privados disponíveis para investir nesta área. Tal facto dever-se-á à circunstância de as espécies produzidas com sucesso comercial na União Europeia (UE) não existirem nos Açores (casos do robalo, da dourada e do pregado, por exemplo), mas também ao facto das condições naturais que se verificam nos Açores dificultarem a colocação de estabelecimentos *offshore*.

**O Mar, um potencial por explorar.** Resultando de uma topografia extraordinariamente acidentada e profunda, da ausência de declive continental, do isolamento elevado no meio do oceano Atlântico e da conjugação dinâmica e ativa de três placas tectónicas, as águas que circundam os Açores são ricas em habitats complexos, raros e sensíveis. Entre estes, merecem particular destaque os habitats associados às fontes hidrotermais de grande profundidade, aos montes submarinos, às comunidades de esponjas e aos jardins de corais-de-águas-frias, que foram considerados habitats ameaçados no âmbito da Convenção para a Proteção do Meio Marinho do Atlântico Nordeste - Convenção OSPAR.

**Turismo, um setor emergente.** O turismo é um dos sectores da economia regional com maior potencial de crescimento, com impactes na geração de rendimento e de emprego, tanto no próprio setor, como num conjunto muito alargado de atividades com que se relaciona. Tem ainda efeito na balança com o exterior, por se tratar de uma atividade “exportadora”. O aproveitamento das características singulares da Região deve constituir um pilar do desenvolvimento

do setor nos Açores, nomeadamente o turismo de natureza, o turismo ativo, o turismo rural, o turismo náutico e o turismo de cruzeiros, além das atividades lúdicas e culturais que lhes estão associadas. A aposta no turismo, tem merecido não apenas o reconhecimento dos que visitam a Região, como também dos diferentes operadores e agentes ao nível europeu e internacional – a National Geographic Traveler classificou os Açores em segundo lugar no top mundial de turismo sustentável e, em 2013, a Região voltou a ser reconhecida como o melhor destino turístico “verde” da Europa (QualityCoastGOLD), um galardão atribuído pela European Coastal & Marine Union. Neste contexto de consolidação do destino, é ainda prioritário para dar continuidade ao ajustamento da oferta, à melhoria da animação turística e à minimização dos efeitos da sazonalidade.

**A ciência, a tecnologia e a inovação como alavancas da economia.** O investimento realizado nos Açores nos últimos anos é ainda insuficiente para se aproximar dos patamares europeus, sendo necessário uma maior dinamização da investigação científica por via do investimento público e privado neste sector. Perspetiva-se um processo de desenvolvimento de uma estratégia de investigação e inovação para a especialização inteligente, ao encontro dos objetivos da Estratégia Europa 2020, estimulando a investigação e a inovação em contexto empresarial, no âmbito duma transformação económica integrada, privilegiando áreas nas quais a Região tem capacidade de produzir valor e desenvolver propriedade intelectual.

**Uma dinâmica empreendedora que se manifesta, mas ainda insuficiente.** O tecido empresarial dos Açores é predominantemente constituído por empresas de pequena e muito pequena dimensão, que compara sem grandes divergências com o total nacional. As economias de escala e de aglomeração são relativamente reduzidas. A Região apresenta uma especialização da base produtiva acentuadamente assente no sector primário e nos serviços. O VAB a preços de mercado gerado nestes setores (2010) representava mais de 90% do VAB regional. Observa-se, um esforço de diversificação económica nos últimos anos, nomeadamente no sector agroalimentar, no turismo e nos sectores científico e tecnológico de ponta, sendo identificadas lógicas de cluster em algumas produções regionais, designadamente as ligadas às principais componentes da base económica, procurando-se estender essa lógica a outras atividades económicas, onde se detetam vantagens competitivas.

### Quadro Síntese – Análise SWOT

<p style="text-align: center;"><b>Forças:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Forte aptidão agrícola e crescente inovação no setor agroflorestal, na valorização e diferenciação dos produtos, nomeadamente na agro-indústria, relacionada com a fileira do leite e da carne;</li> <li>• Produtores agrícolas menos envelhecidos que a média nacional;</li> <li>• Atividades ligadas ao mar, principalmente o setor das pescas e seus derivados;</li> <li>• Aposta no turismo, com mais-valias para um alargado conjunto de atividades económicas em torno deste setor;</li> <li>• Identidade cultural própria com grande adesão da população;</li> <li>• Património natural e singular beleza paisagística;</li> <li>• Rede de infraestruturas básicas de apoio à atividade económica.</li> </ul>	<p style="text-align: center;"><b>Fraquezas:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Reduzida dimensão (e fragmentação) do mercado local, com consequentes entraves à realização de economias de escala e fraca dinamização de redes empresariais e de estabelecimento de canais de comercialização dos produtos;</li> <li>• Tecido económico regional concentrado num conjunto limitado de setores e com expressão nas ilhas de maior dimensão populacional;</li> <li>• Excessiva dependência do mercado externo, quer no abastecimento, quer no escoamento de produtos;</li> <li>• Custos de contexto induzidos pela ultraperifricidade que prejudicam a intensidade exportadora da Região;</li> <li>• Reduzida intensidade tecnológica do tecido empresarial, muito dependente do investimento público em I&amp;D, e fraca articulação das empresas com outros atores do sistema científico e tecnológico o que não potencia um ambiente de inovação e desenvolvimento de novos produtos, processos e serviços.</li> </ul>
<p style="text-align: center;"><b>Oportunidades:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Setores emergentes como o mar, o turismo e as energias renováveis;</li> <li>• Território reconhecido como dinamizador da economia do mar, criando uma rede de ligações, de enquadramento internacional, a laboratórios e parceiros tecnológicos nessa área;</li> <li>• Posição geoestratégica no atlântico norte, zona económica exclusiva de grande dimensão e infraestruturas de comunicações, portuárias e aeroportuárias em todas as ilhas;</li> <li>• Promoção turística dos Açores como um destino premium de turismo de natureza;</li> <li>• Tráfego da comunidade emigrante com forte potencial para explorar o mercado turístico.</li> </ul>	<p style="text-align: center;"><b>Ameaças:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Globalização, com as vantagens adquiridas com a escala que marginaliza os pequenos mercados isolados;</li> <li>• Grande mobilidade do capital humano, com emigração dos quadros, dos investigadores e dos empreendedores;</li> <li>• Políticas de desregulamentação do mercado europeu comunitário, como seja o fim das quotas leiteiras;</li> <li>• Aparecimento de oferta internacional de produtos turísticos equivalentes com uma relação qualidade/preço competitiva.</li> </ul>

## **A Coesão social**

**População em crescimento e relativamente jovem.** A população residente nos Açores, de acordo com os resultados definitivos dos Censos 2011, é de 246.772 habitantes, apresentando saldo positivo, em termos de crescimento, face ao anterior ano censitário de 2001. O aumento verificado de 2% deve-se em larga medida ao saldo migratório positivo, uma vez que o saldo natural contribuiu apenas com 373 pessoas. Através da análise comparada de alguns indicadores demográficos, verifica-se que a Região tem acompanhado a evolução geral observada no país, embora com valores favoráveis em relação à média nacional. A estrutura etária da população evidencia a tendência já verificada anteriormente, de diminuição de população nos grupos etários mais baixos e um aumento nos escalões etários próprios da população ativa, com repercussão no mercado de trabalho. Em termos de análise da pirâmide etária visualiza-se a diminuição da base, que diz respeito à população mais jovem *versus* o alargamento da parte central e do topo. Apesar de o envelhecimento da população ser um dos fenómenos mais preocupantes das sociedades europeias, e de nos Açores se ter verificado um aumento do índice de envelhecimento na última década, a Região permanece como a NUTS III portuguesa que apresenta um quadro demográfico mais favorável.

**Desigualdades e risco de pobreza, agravados numa conjuntura difícil.** Não obstante o investimento muito considerável em políticas inclusivas realizado nas últimas duas décadas, face à situação de partida, os Açores apresentam ainda um nível de desigualdades, calculado com base no rendimento total, idêntico à média nacional em 2005/2006 e ligeiramente inferior em 2010/2011. A Região regista uma taxa de pobreza de 21% e de 17,9%, respetivamente em 2005/2006 e 2010/2011. Como indicador da evolução da situação socioeconómica mais recente observa-se o crescimento do número de famílias e de beneficiários do Rendimento Social de Inserção (RSI) entre o ano de 2010 e de 2012. Nos Açores verifica-se uma relação direta entre habilitações, empregabilidade, rendimentos e redução da desigualdade, observando-se um elevado prémio salarial por cada ano de escolaridade dos indivíduos.

**Nível de educação crescente, mas ainda insuficiente.** São sintomáticos dos efeitos da política de educação na quebra excecional do analfabetismo na Região, o quase alinhamento com a média nacional em termos do ensino pré-escolar e na redução da proporção da população com 15 ou mais anos sem qualquer nível de escolaridade completo. Sinaliza-se como desfavorável a percentagem da população da faixa etária dos 18-24 anos que completou no máximo o 3.º ciclo e que na altura dos recenseamentos não estava a estudar. No domínio do investimento no setor da Educação, os fundos estruturais na Região têm-se constituído como uma alavanca poderosa, para a renovação e modernização das infraestruturas e equipamentos de ensino, registam-se ainda lacunas, na oferta do serviço, em alguns concelhos da Região, sendo o financiamento comunitário no período 2014-2020 indispensável para a superação destes constrangimentos.

**A formação e a qualificação, prioridades a reforçar.** Ao longo das últimas décadas tem sido dada prioridade na Região à formação como instrumento de fomento do emprego. Esta aposta é essencial para Região e para a qualificação do capital humano devendo ser intensificada no próximo período de programação considerando o atual contexto de fragilidade da economia e de alterações no modelo de desenvolvimento regional. O aumento do volume de meios financeiros afetos pela Região a esta prioridade visa aumentar a intensidade de ações a realizar, bem como mobilizar um maior número de participantes. Observando-se as principais componentes da oferta de formação que se desenvolveram nos últimos anos, apura-se que das ações apoiadas mobilizaram mais de 75 mil formandos.



Desenvolveram-se ações não formativas, como planos de estágio, ações de sensibilização e de informação de inserção profissional das mulheres, de formação avançada de suporte a projetos de empreendedorismo de base tecnológica, ou de investigação em meio empresarial que mobilizaram mais de 8 mil participantes nestes projetos específicos.

**Uma pressão acrescida no mercado de trabalho.** Numa perspetiva de evolução de médio/longo prazo, que nos é facultada pelos dados dos dois últimos recenseamentos da população, observa-se um aumento substancial da população com atividade económica na Região. De uma taxa de atividade de 42,0% em 2001, passou-se para 46,6% em 2011. É de facto um acréscimo significativo que traduz uma pressão substancial no mercado de trabalho. Do acréscimo de 13,4 mil indivíduos da população residente com atividade económica, 11,0 mil correspondem a mulheres, ou seja, a progressão encontra-se fundamentalmente no segmento feminino, em que a taxa de atividade teve o acréscimo mais significativo, passando de 32% em 2001, para mais de 40%, em 2011.

**Nível elevado de desemprego, uma nova realidade nos Açores.** A conjuntura económica externa que se atravessa na evolução normal da economia e da sociedade, agravada pelas políticas restritivas e de redução do rendimento disponível, veio a alterar dramaticamente os equilíbrios no mercado de trabalho, conduzindo a taxas de desemprego sem paralelo, quer a nível nacional, quer regional. Os últimos dados disponíveis, reportados a 2012 e tendo por base o Inquérito ao Emprego, revelam uma taxa de desemprego superior a 15%, quando ainda em 2007 rondava os 4,3% e nos anos anteriores era ainda menor. Na desocupação involuntária dos ativos existem dois grupos especialmente vulneráveis, os jovens, cuja taxa de desemprego ultrapassa os 38%, e aqueles que perderam o emprego e que não sendo jovens (25 aos 44 anos), evidenciam dificuldades na sua reocupação em trabalho similar em outras unidades empresariais ou de adaptação de competências perante alternativas e cuja taxa de desemprego rondará os 30%.

**As redes e sistemas públicos de apoio social.** As redes públicas de apoio e proteção social manifestam-se como pilares do equilíbrio social, para mais quando se atravessa uma crise económica e de grande restrição financeira, que limita o alcance e a abrangência dos apoios a prestar aos mais desfavorecidos e aos que estão em situação de necessidade. Algumas componentes, como o rendimento social de inserção e proteção familiar, representam volumes significativos de despesa pública. Ao nível das infraestruturas, os fundos estruturais têm desempenhado um papel fundamental na qualificação da oferta de equipamentos dirigidos a crianças e jovens, pessoas com deficiência, pessoas idosas e, de um modo geral, à “Família” e à “Comunidade. Verifica-se por isso que os Açores atingiram taxas de cobertura razoáveis para nos equipamentos sociais mais “clássicos”. No entanto, subsiste ainda algum desequilíbrio na sua distribuição territorial que importa superar.

**Sistema regional de saúde adequado à realidade insular.** A oferta de cuidados de saúde essenciais é assegurada em primeira linha pelas unidades de saúde, distribuídas pelas nove Ilhas. Os fundos estruturais são ainda necessários, não só ao nível da formação e qualificação profissional, como também na dotação de meios e equipamentos suscetíveis de tratamento local, obviando deslocação dos doentes entre ilhas e da Região para o continente, uma maior penetração de novas tecnologias e o aprofundamento das existentes, designadamente ao nível da telemedicina, e ainda o preenchimento de falhas na cobertura da rede de infraestruturas.



### Quadro Síntese – Análise SWOT

<p style="text-align: center;"><b>Forças:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Prevalência de uma estrutura etária jovem;</li> <li>• Avanços na qualificação do capital humano;</li> <li>• Melhoria global dos indicadores de abandono e sucesso escolar;</li> <li>• Redução da taxa de pobreza no último quinquénio;</li> <li>• Investimentos na rede de equipamentos coletivos transversais às várias respostas sociais e públicos-alvo;</li> <li>• Investimentos nos sistemas de saúde e social que possibilitaram uma melhoria considerável da oferta, quer em termos de dotação de equipamentos, quer na dotação de recursos humanos especializados;</li> <li>• Facilidade no acompanhamento e na identificação dos indivíduos em situação de vulnerabilidade económica e social e em situação de acompanhamento de apoio social por via das transferências sociais do Estado;</li> <li>• Experiência e eficácia na adoção de planos e de medidas, visando a valorização pessoal, a ocupação e a empregabilidade.</li> </ul>	<p style="text-align: center;"><b>Fraquezas:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Reduzido potencial demográfico; inferior a um 1/4 de milhão de indivíduos;</li> <li>• Disparidade intra-regional na distribuição da população;</li> <li>• Aumento da taxa de desemprego, incluindo o desemprego jovem;</li> <li>• Níveis insuficientes de qualificação da população ativa;</li> <li>• Necessidades de reestruturação e reorganização de algumas entidades do “terceiro setor”;</li> <li>• Investimentos consideráveis para oferta equilibrada de infraestruturas e equipamentos, por via da dispersão, baixa densidade populacional;</li> <li>• Alguma fraqueza na ligação entre família-escola na mobilização dos jovens para o prosseguimento dos estudos;</li> <li>• Retenção e abandono escolar ainda com algum significado;</li> <li>• Alguns focos de pobreza, agravados com a situação socioeconómica.</li> </ul>
<p style="text-align: center;"><b>Oportunidades:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Crescente valorização de estratégias de crescimento inclusivo, que contribuam para uma maior coesão social;</li> <li>• Crescente valorização dos serviços de proximidade;</li> <li>• Consciencialização social e política do papel do “terceiro setor” e das organizações de base local na capacitação de indivíduos e comunidades;</li> <li>• Crescente valorização social das redes de parcerias;</li> <li>• Consciencialização e medidas com vista à promoção de um envelhecimento ativo e com qualidade;</li> <li>• Crescente desenvolvimento de novas soluções e respostas de combate à pobreza e à exclusão</li> </ul>	<p style="text-align: center;"><b>Ameaças:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Ambiente económico desfavorável, com persistência de desocupação involuntária da população ativa;</li> <li>• Retoma do fluxo emigratório, resultante de agravamento dos desequilíbrios de oportunidades de emprego e de rendimento entre o espaço regional e o exterior;</li> <li>• Agravamento de diferenças entre o nível de formação e qualificação e a oferta de trabalho pelas empresas;</li> <li>• Possibilidade de inatividade e exclusão dos jovens;</li> <li>• Desestruturação das redes familiares tradicionais, conducente ao crescente isolamento dos idosos, ausência de convívio intergeracional e falta de proximidade entre idosos e cuidadores familiares;</li> <li>• Constrangimentos orçamentais da Segurança Social com eventuais implicações nas transferências sociais.</li> </ul>

## **A coesão territorial e sustentabilidade**

**A realidade arquipelágica e um sistema complexo de acessibilidade.** Nos Açores, os sistemas de acessibilidade e transporte ganham uma importância fundamental, pelo estreitamento das opções de mobilidade, com uma especialização no domínio do transporte rodoviário no interior de cada ilha, e do marítimo e aéreo no que concerne às funções de entrada e saída de pessoas e de mercadorias de e para cada parcela do território e para o exterior. A movimentação em cada ilha de bens e pessoas é satisfeita exclusivamente através do transporte rodoviário, ligando as zonas mais interiores e vincadamente rurais às próximas da costa, onde se encontram as zonas mais urbanizadas e a oferta dos principais serviços públicos e comerciais. Sendo positiva a avaliação global da evolução do sistema portuário regional, em alguns portos verificavam-se ainda algumas limitações de espaço e de condições nas operações, exiguidade e dificuldade da operacionalidade de alguns terminais de passageiros, em particular para o volume de passageiros, alcançado durante a época do Verão.

**Uma infraestrutura de comunicação alargada.** Com a conclusão da ligação de fibra ótica entre todas as ilhas da Região, existe uma infraestrutura com qualidade para o suporte das novas tecnologias de informação e comunicação. Importará dinamizar a utilização e a procura generalizada destes serviços por parte das empresas e das famílias.

**A produção e a eficiência energéticas.** Devido à localização e à escala, o abastecimento energético externo à Região é realizado por importação de combustíveis derivados do petróleo e do gás propano, já que ainda não se apresenta como viável a importação e armazenagem de gás natural. Deste volume de combustíveis adquirido ao exterior, há uma pequena parte que é “exportado” por via dos fornecimentos à navegação e às companhias aéreas que escalam os aeroportos regionais.

Em termos de intensidade energética da produção económica nos Açores, em 2010, por cada milhão de euros de produto interno bruto gerado na economia regional foram consumidas 108 toneladas de equivalente de petróleo de energia primária - no país esta relação foi de 132 tep. Trata-se de uma relativamente baixa, o que é compreensível face à quase inexistência de indústrias consumidoras de energia. O sistema electroprodutor regional caracteriza-se pela existência de nove centros produtores e distribuidores de energia elétrica independentes entre si. Havendo já um nível elevado de penetração de energia renovável na produção de eletricidade, verifica-se ainda algum espaço de expansão em algumas ilhas. Justifica-se igualmente uma maior ação visando uma melhor utilização racional de energia por parte dos consumidores.

**Os recursos naturais e sustentabilidade ambiental e a prevenção de riscos.** As ilhas dos Açores são reconhecidas pelo elevado nível de qualidade ambiental e pelo potencial dos seus recursos naturais. A sua exploração racional e sustentável é considerada como um desígnio coletivo, numa aposta no desenvolvimento equilibrado e no crescimento sustentável. Têm vindo a ser criadas estruturas e instrumentos legislativos que sustentam a regulação do ambiente, dos recursos hídricos e do ordenamento do território, contribuindo para um salto qualitativo da Região em termos ambientais. As características dos sistemas biofísicos insulares aliadas a intervenções antrópicas e aos efeitos das alterações climáticas potenciam o desequilíbrio dos regimes hidrológicos e a vulnerabilidade à erosão hídrica e costeira. Assim, a Região tem vindo, de forma gradual, a desenvolver redes de monitorização do ciclo hidrológico e de riscos hidrogeológicos, designadamente movimentos de massas, ligando essas redes a sistemas de alerta, num processo que necessita de ser incrementado e completado.

O valor patrimonial de algumas das áreas protegidas e a sensibilidade dos seus ecossistemas exigem uma monitorização e um controlo das principais ameaças, com destaque para a flora invasora. Nos últimos anos foram desenvolvidos projetos de erradicação e controlo de espécies de flora invasora, alguns dos quais acompanhados da plantação de flora endémica.

O aumento progressivo das áreas protegidas e a obtenção de um conjunto de certificações concedidas a nível internacional demonstra o nível de qualidade que os Açores alcançaram: Rede Natura 2000, Reservas da Biosfera, Rede Europeia de Destinos de Excelência, QualityCost, EcoEscolas e Bandeira Azul, entre muitos outros, reconhecem o bom caminho efetuado, exigindo uma articulação de políticas no sentido da manutenção da imagem de qualidade ambiental que os Açores granjeiam a nível nacional e internacional.

Em termos gerais, no que concerne aos equipamentos e infraestruturas ambientais haverá que consolidar o funcionamento de todas as infraestruturas já operacionais, implementar as que ainda não se encontram no nível operacional desejado, e estabilizar a atuação de todos os instrumentos de regulação e monitorização da qualidade do ambiente terrestre e marinho e da qualidade do ar dos Açores.

Ao nível da prevenção de riscos e da intervenção das autoridades regionais em ações de socorro e salvamento decorrentes de intempéries e catástrofes naturais, registam-se ainda algumas falhas na rede de infraestruturas e equipamentos em algumas das ilhas.

**Quadro Síntese – Análise SWOT**

<p style="text-align: center;"><b>Forças:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Condições ambientais, valores e recursos naturais diferenciadores;</li> <li>• Abundância de recursos hídricos, gerada pelas singulares condições climáticas, geológicas e hidrogeológicas da região;</li> <li>• Incremento na produção regional de energia elétrica a partir de fontes renováveis;</li> <li>• Redes de monitorização de fenómenos climáticos extremos;</li> <li>• Projeção e notoriedade internacional da paisagem e do ambiente natural dos Açores.</li> </ul>	<p style="text-align: center;"><b>Fraquezas:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Forte dependência de recursos hídricos subterrâneos;</li> <li>• Situações de alguma degradação e necessidade de renovação dos centros históricos;</li> <li>• Dependência energética do exterior, principalmente de combustíveis fósseis;</li> <li>• Orografia, estrutura de povoamento e organização da atividade produtiva exigente de uma elevada densidade rede viária;</li> <li>• Reduzido nível de intermodalidade do sistema de transportes;</li> <li>• Recurso crescente ao automóvel para as deslocações diárias.</li> </ul>
<p style="text-align: center;"><b>Oportunidades:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Progressiva aposta nas energias renováveis com reforço da autonomia energética;</li> <li>• Existência de territórios/mercados (ilhas) de muito pequena dimensão, que poderão constituir oportunidades para implementação de projetos-piloto em matéria de abastecimento e monitorização elétricas;</li> <li>• Possibilidade de integração em redes de I&amp;D em áreas associadas a riscos naturais;</li> <li>• Potencial de valorização económica da biodiversidade, com a criação de riqueza e emprego;</li> <li>• Localização estratégica no desenvolvimento das trocas e fluxos no comércio entre a Europa e o continente americano.</li> </ul>	<p style="text-align: center;"><b>Ameaças:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Progressiva degradação de alguns sistemas ecológicos por pressão urbanística e das atividades económicas;</li> <li>• Elevada exposição a riscos naturais como sejam os sismos, as tempestades, a instabilidade dos solos e as derrocadas;</li> <li>• Agravamento da posição ultraperiférica dos transportes por via da globalização.</li> </ul>

### 1.1.2 Açores – Uma Visão Estratégica para 2020

#### A Visão

No período de programação 2014-2020, a visão que orientará a estratégia de desenvolvimento regional assenta na ambição dos Açores em se afirmarem como uma região europeia relevante, que pelo seu posicionamento geográfico e pelo seu contributo para a Estratégia da UE para a Área do Atlântico, terá um papel central no aproveitamento das oportunidades de desenvolvimento geradas pelo atlântico norte, sustentando-se em 4 grandes eixos estratégicos:

- Uma Região aberta e inovadora na utilização dos recursos endógenos, materiais e imateriais, com um nível de produção económica que lhe permita ascender a um patamar superior no contexto regional europeu, em que a economia assente numa base económica de exportação, dinâmica, integrada e diversificada, ultrapassando os constrangimentos do limitado mercado interno;
- Um território relevante nos fluxos de bens e pessoas, no contexto do sistema logístico e de transporte marítimo entre a Europa e o continente americano, complementada com uma utilização plena das redes e infraestruturas de transmissão de dados, minimizando a condição ultraperiférica e a dispersão do território regional;
- Uma sociedade inclusiva e equilibrada, geradora de oportunidades de participação, de aprendizagem ao longo da vida, de acesso ao emprego e de plena realização, das crianças e jovens, dos idosos e das famílias;
- Uma paisagem, um ambiente, e uma vivência distintiva, suportadas em espaços urbanos qualificados, num património natural e cultural diferenciado e reconhecido internacionalmente, com respostas eficazes na proteção da biodiversidade e dos ecossistemas e na adaptação às alterações climáticas.

## As Grandes Linhas de Orientação Estratégica de Política Regional

- **Construção de uma base económica de exportação dinâmica e alargada**

### **Criação de condições para a inovação e a transferência de conhecimentos e assegurando a transformação de ideias inovadoras em novos produtos e serviços que criem riqueza e emprego**

A apropriação pelos empresários regionais de uma estratégia mais vinculada nos fatores imateriais de competitividade da produção económica regional será um fator indispensável para o reforço da criação de valor. Neste âmbito, torna-se fundamental desenvolver ligações e sinergias entre as empresas regionais, centros de I&D e Inovação e o ensino superior, valorizando economicamente e reforçando as capacidades instaladas em investigação e inovação (I&I), bem como promover a formação e a qualificação das mentalidades e motivações empresariais orientando-as para a promoção do investimento das empresas em inovação, em especial no domínio do desenvolvimento de produtos e serviços, transferência de tecnologia, apoio tecnológico e investigação aplicada, inovação social e aplicações de interesse público e redes.

### **Fomento da ligação entre o sistema científico e tecnológico e os tecidos sociais e empresariais da Região**

O sistema científico e tecnológico regional será um ator privilegiado nas dinâmicas das políticas públicas para um desenvolvimento regional sustentável e baseado no conhecimento. Neste sentido, será promovida a interação entre os agentes do sistema científico e tecnológico e os tecidos social e empresarial, promovendo uma cultura de inovação, qualidade e empreendedorismo, com o objetivo de transformar o setor empresarial, incentivando o investimento em áreas de valor acrescentado.

#### ***O Crescimento Inteligente***

O processo de desenvolvimento da RIS3 dos Açores foi definido no sentido de encaminhar para a necessária seleção de prioridades, que permitam à Região priorizar os seus investimentos num conjunto de opções estratégicas.

Assim, com base em aspetos como os ativos existentes, as prioridades políticas regionais, ou o potencial para o desenvolvimento económico e para a geração de emprego, foram selecionadas as áreas do Mar, da Agricultura, Pecuária e Agroindústrias e do Turismo. Foi sobre estas áreas que foi orientada a análise de aspetos como a existência de massa crítica, de recursos específicos (ou combinação de recursos), o potencial de diferenciação, ou as ligações externas existentes.

O processo de elaboração da estratégia de especialização inteligente tem sido participado e incluindo à data da preparação do programa operacional, a participação e mobilização de um conjunto alargado de *stakeholders* regionais, através de mais de meia centena de reuniões individuais e de *workshops*, envolvendo várias dezenas de participantes.

## **Eficiência e capacitação empresarial que proporcione uma acrescida dinamização da iniciativa privada na vida económica regional, fortalecendo a respetiva estrutura empresarial e reforçando a base produtiva local**

Uma agenda de robustecimento das empresas e de diversificação da economia regional, no atual contexto e envolvente externa, funda-se obrigatoriamente no capital humano, na sua capacidade de gerar conhecimento, de descobrir, de organizar, participar e desenvolver negócios em diversos setores, os tradicionais e os potenciais, em terra ou no aproveitamento dos recursos do mar, vocacionados para o mercado local ou orientados para o exterior, de juntar e combinar os meios e as competências necessárias. Empreendedorismo, capital de risco, engenharia financeira, fomento e incentivo ao investimento privado, ciência, tecnologia, inovação, diversificação, novos mercados, qualificação e formação, parcerias estratégicas são conceitos cuja aplicação e exercício prático se interligam e articulam numa agenda para a competitividade e de criação de emprego que será executada neste período de programação das políticas públicas.

### **Fomento de uma base da exportação dos produtos regionais**

Os setores identificados no RIS3 serão as apostas regionais, numa perspetiva de clusterização e de diversificação. As fileiras económicas agroindustrial, do turismo e as atividades ligadas à exploração dos recursos marinhos serão os *drivers* desta aposta. Sustentada em novos produtos e serviços de natureza transacionável, numa perspetiva de prosperidade e sustentabilidade das empresas e dos negócios geradores de empregabilidade efetiva e significativa do fator trabalho.

#### ***Roteiro para a Competitividade e Emprego***

Com a necessidade de dar um novo impulso à iniciativa privada e à produção económica geradora de valor e emprego, está a ser adotada uma nova forma de abordagem a estas questões, de captar o interesse e o envolvimento dos principais agentes e atores, traduzindo-se na apresentação, divulgação, discussão de um conjunto de medidas articuladas e coerentes, recebendo a designação de agendas, que são autênticos roteiros para determinados desígnios, como a competitividade, o emprego o desenvolvimento tecnológico e digital.

A agenda regional para a Competitividade e Emprego é um roteiro que envolve um conjunto de medidas que vão de encontro a diversos eixos de atuação, abrangendo domínios de intervenção, como uma renovada política de Incentivos; o fomento das exportações e a promoção da Região; a inovação e o empreendedorismo; medidas de apoio ao emprego e formação profissional; instrumentos financeiros, revitalização dos centros urbanos e reabilitação urbana.

Parte substancial das medidas tem um carácter inovador e estão articuladas com os vetores da especialização inteligente, constituindo-se como referência na programação do programa operacional.



- **Conetividade, mobilidade e logística para a competitividade**

#### **Dinamização da utilização das TIC no âmbito da redução de custos de contexto**

Foi construída uma infraestrutura de comunicações em banda larga muito abrangente e disseminada pelo território, sendo a linha de orientação futura a exploração e utilização em toda a extensão dessa facilidade, como instrumento de eficiência no interface e nas comunicações entre o setor público, as empresas e as famílias, numa ótica de eficiência, diminuição de custos de contexto e até de coesão territorial.

#### **Melhorar os níveis de eficiência do transporte marítimo no arquipélago**

Num contexto territorial marcado pela insularidade e pela condição arquipelágica, o sistema logístico e portuário que suporta os transportes marítimos assume evidente relevância social e económica. O sistema portuário tem ainda uma importância central para apoiar a náutica de recreio, a marítimo-turística, as pescas e a investigação oceanográfica, assumindo um papel de grande relevo na estratégia regional para a economia do mar. Neste domínio assume-se como uma grande linha de orientação estratégica a criação de condições para integrar a Região nas redes de transportes marítimos internacionais, potenciando o posicionamento geográfico como plataforma logística internacional de apoio ao comércio marítimo.

#### **Eficiência da mobilidade aérea, no contexto da coesão territorial**

A Região está, atualmente, dotada de nove infraestruturas aeroportuárias, suportando cinco *gateway* e uma rede de aerogares. Perspetivando-se no futuro próximo uma continuação sustentada da trajetória de crescimento da procura, e no quadro da melhoria das condições de coesão territorial das diversas ilhas da Região, importa assegurar a manutenção e melhoria dos níveis de preço, qualidade, segurança e operacionalidade deste tipo de transporte.

#### **Planeamento do setor dos transportes**

A natureza arquipelágica e ultraperiférica do território em relação à Europa continental confere aos transportes um papel central na estratégia de desenvolvimento regional, incluindo a necessária coesão territorial e social.

O planeamento do setor nos Açores envolve a integração dos três modos de transportes (terrestre, marítimo e o aéreo), numa perspetiva de fomento, dinamização e integração do mercado interno, e também a sua abertura ao exterior, tendo por base o incremento dos fluxos de pessoas e bens, priorizando a oferta de um serviço de transporte marítimo de passageiros, viaturas e carga rodada entre todas as ilhas do arquipélago, em articulação com o movimento aéreo, numa lógica de serviço de interesse geral que proporciona a acessibilidade a todas as ilhas.

Uma visão holística da satisfação das necessidades, procurando implementar “Intelligent Transportation Systems”, baseada em ativos e infraestruturas devidamente equipadas, que permitam a melhoria da eficiência operacional, o tarifário adequado, a redução de impactos ambientais negativos e que assegurem a segurança no movimento de pessoas e cargas e otimizem a experiência end-to-end proporcionada ao utente, são linhas transversais da política pública a prosseguir.



### Qualificar as acessibilidades viárias regionais estruturantes

Ao longo das últimas décadas a Região tem vindo a prosseguir uma estratégia de ampliação e qualificação da rede viária regional, essencial para a competitividade económica das ilhas, para o reforço do sistema urbano policêntrico e para incrementar a equidade no acesso aos bens públicos. Alcançado este patamar de oferta viária importa no entanto solucionar alguns estrangulamentos persistentes, através da melhoria da mobilidade urbana, criando vias de distribuição e de estruturação de tráfego, e que assegurem uma maior eficácia no funcionamento do sistema logístico e económico, criando condições de operação eficazes e eficientes.

- **Consolidação de uma sociedade equilibrada e inclusiva com oportunidades de realização**

### Reforço da pré-escolarização e da qualidade do ensino pré-escolar

Aproveitamento dos múltiplos benefícios promovidos pelo aprofundamento do ensino pré-escolar, em resultado do aumento do bem-estar infantil e de permitir a melhoria dos resultados na aprendizagem. Estes ganhos refletem-se a prazo na redução da pobreza, no aumento da mobilidade social, numa maior participação no mercado de trabalho, no aumento da igualdade de oportunidades e num maior desenvolvimento social e económico da sociedade em geral.

### Aceleração da trajetória de redução da taxa de abandono precoce e aumento do sucesso educativo

Um dos ganhos mais assinaláveis na educação nos Açores, ao longo da última década, residiu na diminuição das situações de abandono escolar. A saída do sistema de ensino antes da conclusão da escolaridade obrigatória (3º ciclo do ensino básico) diminuiu, registando-se um decréscimo da taxa de abandono precoce de educação e formação de 57,3%, em 2000, para 34,4%, em 2012. Apesar desta evolução francamente positiva, a Região continua a registar níveis elevados de abandono e de insucesso, que devem e serão contrariados.

#### *Os jovens e o desenvolvimento inclusivo*

A concentração e a articulação de diversos esforços e medidas e também de diferentes fontes de financiamento dos fundos estruturais, no domínio da educação e da formação, justificam-se pela necessidade de acelerar o processo de redução do abandono escolar precoce dos jovens nos Açores, tendo por referência a exigente meta fixada na Estratégia Europa 2020, colocando no terreno um conjunto de medidas e de intervenções, que cobrem o período desde o início do percurso escolar do jovem, minimizando fatores de insucesso escolar e de saída precoce do sistema, durante a escolarização, até à entrada no mercado de trabalho com as qualificações ajustadas às necessidades do sistema económico. Nesta fase, é também exemplo de intervenção de política pública reforçada e multidisciplinar a melhoria dos fatores de empregabilidade dos jovens, em consonância com o plano de ação da Comissão Europeia para combate ao desemprego jovem na União Europeia, neste período de programação.

### **Garantia do acesso à aprendizagem, com vista à aquisição e renovação das competências necessárias à participação sustentada no mercado de emprego**

A trajetória de adaptação e transformação da estrutura produtiva regional, no quadro de uma crescente reorientação para uma base económica exportadora e de maior competitividade global, comportará desafios muito exigentes de qualificação dos ativos. A resposta a este desafio de qualificação do capital humano regional incorporará as medidas destinadas a apoiar as empresas e os trabalhadores a ampliarem as suas competências. Num quadro de valorização da aprendizagem ao longo da vida. Serão ainda executadas ações que fomentem novas competências e que viabilizem a reconversão profissional, ajustando a mão-de-obra regional às novas solicitações do mercado.

### **Aumento do nível de empregabilidade, em particular dos jovens**

Fomento de novas competências e que viabilizem a reconversão profissional, ajustando a mão-de-obra regional às novas solicitações do mercado ou ao surgimento de negócios emergentes no âmbito da economia do mar. A prossecução de uma política educativa focada na redução do abandono e do insucesso escolar e orientada para as necessidades do mercado assume evidente relevância, dados os seus reflexos a médio e longo prazo, contribuindo de forma decisiva para que os jovens açorianos acedam ao mercado de trabalho com níveis de qualificação adequados às crescentes exigências das empresas e da economia regional.

### **Modernização da rede de equipamentos e serviços sociais**

Apesar da evolução globalmente muito positiva, existe no entanto a necessidade de continuar a assegurar uma adequada cobertura da oferta de equipamentos e serviços sociais em todas as ilhas com a criação de novas estruturas em diferentes áreas de intervenção, bem como a necessidade urgente de remodelar e reabilitar um número significativo de equipamentos que, necessitam de intervenções de fundo devido à sua degradação física e perda de funcionalidade.

### **Promoção das empresas sociais e das organizações da economia solidária**

A Região possui uma rede de Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) e de Misericórdias que asseguram uma rede social densa, protagonizando a estratégia regional de coesão e de inclusão social na globalidade do arquipélago. Todavia, as instituições do terceiro setor na Região necessitam de renovação, formação e qualificação das suas equipas técnicas e da certificação da qualidade das suas instituições, tendo em vista melhorar a qualidade de serviço, adequando-o às novas exigências do mercado social. Consequentemente, a qualificação das respostas sociais e a modernização das organizações da economia social constituem prioridades regionais para o período 2014-2020.

### **Combate à discriminação e promoção da igualdade de oportunidades**

Desenvolvimento de políticas dirigidas à minimização das diferenças entre género na participação no mercado de trabalho, bem como outras discriminações com base no sexo, origem étnica ou racial, religião ou crença, deficiência, idade e orientação sexual.

## Resposta a situações de exclusão e pobreza

O crescimento do desemprego e o aprofundamento da crise económica e social originou, tanto no país como na Região, uma inflexão na trajetória de convergência com as médias comunitárias, impondo a focalização das medidas de inclusão social ativa. Justificam-se políticas dirigidas a grupos prioritários, destacando-se a população desempregada com baixas qualificações escolares e profissionais, os ativos com baixos níveis de educação e qualificação e com níveis de remuneração diminutos, as famílias monoparentais e numerosas, as crianças e jovens em risco, nomeadamente os que pertencem a agregados familiares com baixa intensidade laboral e com duas ou mais crianças ou jovens dependentes, os idosos isolados e os deportados e sem-abrigo.

- **Promoção de um território, de uma paisagem e uma vivência distintivas**

### Proteção, conservação e valorização da biodiversidade e do património natural e paisagístico distintivo da Região

A singularidade ecológica e paisagística dos Açores, na qual se localizam extensas áreas com relevante interesse para a conservação da natureza e biodiversidade, constitui um dos aspetos distintivos da Região e um dos seus principais atrativos turísticos. Estes espaços assumem-se não só como recursos estratégicos, dada a sua importância ecológica, mas também como pilares da base económica regional, evidenciando a necessidade de prosseguir e aprofundar as medidas orientadas para a proteção e valorização da biodiversidade e do património natural.

### Consolidação dos ciclos de cobertura e fiabilidade dos serviços ambientais

Nos últimos anos, têm-se verificado mudanças positivas na Região, colmatando-se importantes atrasos estruturais na dotação de serviços ambientais, nomeadamente nos domínios da água, do saneamento e da gestão dos resíduos. Não obstante, registam-se ainda condicionalismos nas taxas de cobertura destes serviços ambientais com implicações no cumprimento dos objetivos regionais de proteção e qualificação dos recursos hídricos regionais e de valorização de resíduos.

#### *O ambiente e a ameaças das alterações climáticas*

Para os Açores, integrados na região biogeográfica Macaronésia, está definido um quadro de referência da intervenção em matéria ambiental, concretamente o “Prioritised Action Framework 2014-2020”, da responsabilidade das autoridades regionais. Elaborado em agosto de 2013 e oportunamente submetido à Comissão Europeia, o documento reflete os aspetos prioritários da intervenção na Rede Natura 2000 e Biodiversidade durante o próximo período programação 2014 - 2020, no cumprimento das políticas e dos compromissos jurídicos relacionados com a Rede Natura 2000, e complementarmente das metas de Biodiversidade consignadas na Estratégia da UE para a Biodiversidade 2020.

Considerando os efeitos que as alterações climáticas constituem para a sustentabilidade ambiental do território regional, uma comissão constituída para o efeito elaborou uma proposta de Estratégia Regional para as Alterações Climáticas, devidamente vertida em diploma do Governo dos Açores. Adicionalmente uma iniciativa sobre o estudo do impacto das alterações climáticas e medidas de adaptação nas regiões ultraperiféricas, em que a AMEC Environment & Infrastructure UK Limited em parceria com a Bio Intelligence Service, Milieu Limited and Cambridge Econometrics realizaram para os Açores um estudo sobre o impacto económico das alterações climáticas na Região, são peças relevantes no quadro da definição de orientações e programação.

### **Aumento da resiliência territorial aos diferentes tipos de riscos naturais, gerando respostas adaptativas às alterações climáticas e incrementando e completando os sistemas de alerta e de gestão de riscos**

Os Açores encontram-se expostos a um leque variado de perigos, sobretudo naturais, que correspondem a ocorrências associadas ao funcionamento dos sistemas naturais (sismos, movimentos de massa, emissões gasosas permanentes, erosão costeira, erosão hídrica, cheias e inundações), e ambientais, em que se combinam os resultados de ações continuadas da atividade humana com o funcionamento dos sistemas naturais (contaminação de cursos de água, de aquíferos e de solos). Estas debilidades territoriais exigem, a um tempo, o desenvolvimento de respostas adaptativas definidas nos instrumentos de gestão territorial em vigor e que visam mitigar a vulnerabilidade regional, e, a um segundo tempo, o desenvolvimento de sistemas de alerta e gestão de catástrofes que permitam aumentar a rapidez e a eficácia das respostas de emergência, aos acidentes graves e às catástrofes.

### **Melhoria da autonomia energética e a utilização racional de energia**

Embora na última década a produção de energia elétrica a partir de fontes renováveis tenha aumentado substancialmente na Região, com relevo para a produção de energia geotérmica e para a eólica, o potencial regional para a produção de energia renovável está ainda longe de ser totalmente explorado, sobretudo no que respeita ao aproveitamento hídrico. Por outro lado, existe ainda um caminho a percorrer para uma utilização mais racional de energia pelo setor produtivo, famílias e Estado, tornando a Região mais ecoeficiente e menos dependente do exterior em termos energéticos.

### **Qualificação dos espaços urbanos**

O sistema urbano regional desempenha um papel estruturador das diversas ilhas, da sua competitividade e na equidade no acesso aos bens e serviços essenciais para um modelo de desenvolvimento sustentável e inclusivo. A regeneração dos tecidos urbanos consolidados e a requalificação dos espaços urbanos, mais envelhecidos e degradados com destaque para os centros históricos, sobretudo os caracterizados pela coexistência de problemas sociais e urbanísticos, emerge como uma prioridade de intervenção regional. A perda de vitalidade social e económica destes espaços das aglomerações estruturantes teve reflexos na degradação do património edificado, havendo necessidade de implementação de ações que visem a revitalização dos centros urbanos nos Açores, promovendo um modelo urbano mais compacto e sustentável.

## Açores 2020 – as grandes metas

### Metas de estratégia Regional

Indicadores de monitorização		Açores	Metas
<b>Indicadores globais</b>			
PIB <i>per capita</i> (PT = 100) (2010)	(UE27 = 100) (2010)	94	Estima-se uma meta no intervalo 80-85 da média UE27.
	(UE27 = 100) (2010)	75	
Produtividade (PT = 100) (2010)	(UE27 = 100) (2010)	103	Convergir para patamares de 70% do valor da UE27
	(UE27 = 100) (2010)	64	
População residente (variação 2001-2011)		2,1%	Superar os 250 mil habitantes, com um crescimento efetivo moderado
Taxa de crescimento migratório (2001-2011)		0,1%	Garantir um saldo migratório que contribua para 1/3 do crescimento efetivo da população residente
Índice de dependência de jovens (2011)		26,0%	Manter um valor na vizinhança dos 25%
<b>Indicadores crescimento inteligente</b>			
Investimento em I&D em % PIB (2010p)		0,4%	Alinhamento com a evolução a nível nacional
% de população entre os 30 e os 34 anos deve dispor de um diploma de ensino superior (2011)		22,4%	Alinhamento com a evolução a nível nacional
Intensidade exportadora –bens (2011)		3,6%	Atingir um valor não inferior a 10% em 2020
Peso relativo das dormidas de residentes no estrangeiro na hotelaria regional (2012)		55%	Atingir uma quota no intervalo de 70-75%
<b>Indicadores crescimento sustentável</b>			
Proporção de energias renováveis na produção de eletricidade (2012)		28	Atingir um valor no intervalo de 35-40%
<b>Indicadores crescimento inclusivo</b>			
Taxa de abandono escolar precoce (2012)		34,4%	Alinhamento com a evolução a nível nacional
Taxa de emprego (população 20-64 anos) (2011)		62,8%	Convergir para a meta UE2020 de 75%

### 1.1.3 A Estratégia Regional e a Estratégia 2020

As grandes linhas de orientação estratégica do modelo renovado de desenvolvimento da Região, enunciadas no ponto anterior, enquadram-se nas orientações estratégicas da Comissão Europeia para o próximo período de programação 2014-2020, com tradução no crescimento inteligente, sustentável e inclusivo.

A proposta de política regional europeia, baseada nos fundos estruturais FEDER, FSE e no Fundo de Coesão, de estruturar a diversidade da intervenção das autoridades públicas nas regiões em 11 grandes objetivos temáticos que integram 57 prioridades de investimento é compatível com as propostas regionais para este período, conferindo coerência interna e externa ao programa operacional integrado (FEDR e FSE) dos Açores, no quadro da estratégia 2020, atribuindo a este instrumento de programação um papel de contributo para a consecução da estratégia europeia na Região Autónoma dos Açores.

Nos quadros seguintes evidenciam-se as ligações e a articulação entre as propostas regionais enunciadas e os objetivos temáticos da estratégia Europa 2020 e a respetiva repartição financeira do programa operacional.



### Prioridades e Respetivos Objetivos Temáticos

Grandes linhas de orientação estratégica	As grandes orientações estratégicas	Objetivos Temáticos da Estratégia 2020
Base económica de exportação dinâmica e alargada	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Criação de condições para a inovação e a transferência de conhecimentos e assegurando a transformação de ideias inovadoras em novos produtos e serviços que criem riqueza e emprego;</li> <li>• Fomento da ligação entre o sistema científico e tecnológico e os tecidos sociais e empresarial da Região;</li> <li>• Eficiência e capacitação empresarial que proporcione uma acrescida dinamização da iniciativa privada na vida económica regional, fortalecendo a respetiva estrutura empresarial e reforçando a base produtiva local;</li> <li>• Fomento de uma base da exportação dos produtos regionais.</li> </ul>	<p>OT1 Reforçar a investigação, o desenvolvimento tecnológico e a inovação</p> <p>OT 3 Reforçar a competitividade das PME</p> <p>OT11 Reforçar a capacidade institucional das autoridades públicas e das partes interessadas e a eficiência da administração pública</p>
Conetividade, mobilidade e logística para a competitividade	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Dinamização da utilização das TIC no âmbito da redução de custos de contexto;</li> <li>• Melhorar os níveis de eficiência do transporte marítimo no arquipélago;</li> <li>• Eficiência da mobilidade aérea, no contexto da coesão territorial;</li> <li>• Qualificar as acessibilidades viárias regionais estruturantes.</li> </ul>	<p>OT2 Melhorar o acesso às TIC</p> <p>OT7 Promover transportes sustentáveis e eliminar os estrangulamentos nas principais infraestruturas das redes</p>
Sociedade equilibrada e inclusiva com oportunidades de realização	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Reforço da pré-escolarização e da qualidade do ensino pré-escolar;</li> <li>• Aceleração da trajetória de redução da taxa de abandono precoce e aumento do sucesso educativo;</li> <li>• Garantia do acesso à aprendizagem, com vista à aquisição e renovação das competências necessárias à participação sustentada no mercado de emprego;</li> <li>• Aumento do nível de empregabilidade, em particular dos jovens;</li> <li>• Modernização da rede de equipamentos e de serviços sociais;</li> <li>• Promoção das empresas sociais e das organizações da economia solidária;</li> <li>• Combate à discriminação e promoção da igualdade de oportunidades;</li> <li>• Resposta a situações de exclusão e pobreza.</li> </ul>	<p>OT8 Promover a sustentabilidade e a qualidade do emprego e apoiar a mobilidade dos trabalhadores</p> <p>OT9 Promover a inclusão social e combater a pobreza e a discriminação</p> <p>OT10 Investir na educação, na formação e na formação profissional para a aquisição de competências e a aprendizagem ao longo da vida</p>
Território, paisagem e vivência distintiva	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Proteção, conservação e valorização da biodiversidade e do património natural e paisagístico distintivo da Região;</li> <li>• Consolidação dos ciclos de cobertura e fiabilidade dos serviços ambientais;</li> <li>• Aumento da resiliência territorial aos diferentes tipos de riscos naturais, gerando respostas adaptativas às alterações climáticas e incrementando e completando os sistemas de alerta e de gestão de riscos;</li> <li>• Melhoria da autonomia energética e da utilização racional de energia;</li> <li>• Qualificação e revitalização dos espaços urbanos.</li> </ul>	<p>OT4 Apoiar a transição para uma economia de baixo teor de carbono em todos os setores</p> <p>OT5 Promover a adaptação às alterações climáticas e a prevenção e gestão de riscos</p> <p>OT6 Preservar e proteger o ambiente e promover a utilização eficiente dos recursos</p>



**Quadro 1 - Justificação para a Seleção das Prioridades de Investimento**

Programação do PO FEDER e FSE e a Estratégia 2020 - Seleção de Prioridades		
Objetivo temático	Prioridade de investimento selecionada	Justificação da seleção
1. Reforçar a investigação, o desenvolvimento tecnológico e a inovação	1.1 O reforço da infraestrutura de investigação e inovação (I&I) e da capacidade de desenvolvimento da excelência na I&I, e a promoção de centros de competência, nomeadamente os de interesse europeu	A seleção desta prioridade justifica-se pela necessidade de melhorar as condições dirigidas ao fomento e à reorientação das atividades de I&I, adequando-as à dimensão e potencial da Região, bem como de reforçar a interligação entre os centros de saber e o tecido socioeconómico da Região.
	1.2 A promoção do investimento das empresas na I&D, o desenvolvimento de ligações e sinergias entre empresas, centros de investigação e desenvolvimento e o setor do ensino superior, ... e à difusão de tecnologias de interesse geral.	Com a seleção desta prioridade de investimento, pretende-se estimular as iniciativas de I&D de contexto empresarial e reforçar a ligação entre as empresas e o sistema científico e tecnológico regional, promovendo um ambiente favorável aos processos de investigação e inovação, no seio da estratégia de especialização inteligente no âmbito do exercício da RIS3 a implementar na Região.
2. Melhorar o acesso às TIC	2.3 O reforço das aplicações TIC na administração pública em linha, aprendizagem em linha, infoinclusão, cultura em linha e saúde em linha.	Com a seleção desta prioridade pretende-se promover a utilização/procura em larga escala das tecnologias de informação e comunicação, aumentando a disponibilidade de serviços em linha e contribuindo, por esta via, para uma maior competitividade das empresas e a eficiência das administrações públicas.
3. Reforçar a competitividade das PME	3.1 A promoção do espírito empresarial, nomeadamente facilitando a exploração económica de ideias novas e incentivando a criação de novas empresas, designadamente através de viveiros de empresas	A seleção desta prioridade justifica-se pela necessidade de promover uma mentalidade mais empreendedora e mais aberta à assunção de riscos, em prol do fomento e desenvolvimento do espírito empresarial - qualificado e criativo – nos Açores e, consequentemente, da inovação e regeneração do tecido económico da Região.
	P3.2 O desenvolvimento e a aplicação de novos modelos empresariais para as PME, especialmente no que respeita à internacionalização	Pretende-se reforçar a capacitação empresarial, com o objetivo de reorientar a produção económica regional para produtos e serviços transacionáveis, tendo em vista uma maior abertura das empresas regionais aos mercados externos e, em particular, o fomento da base exportadora de produtos regionais, bem como aumentar a presença do “destino Açores” nos mercados internacionais geradores de fluxos turísticos.
	3.3 A concessão de apoio à criação e ao alargamento de capacidades avançadas de desenvolvimento de produtos e serviços	Esta prioridade justifica-se pela necessidade de promover alterações ao nível da cultura empresarial e das competências das empresas regionais, que revelam algumas fragilidades no domínio das práticas de gestão e ao nível da capacitação dos empresários regionais.

**Programação do PO FEDER e FSE e a Estratégia 2020 - Seleção de Prioridades**

Objetivo temático	Prioridade de investimento selecionada	Justificação da seleção
	3.4 A concessão de apoio às capacidades das PME de crescerem em mercados regionais, nacionais e internacionais e de empreenderem processos de inovação	A seleção desta prioridade justifica-se pela necessidade de providenciar às EMPRESAS REGIONAIS as condições para a sua expansão e modernização em todas as ilhas, como forma de colmatar as dificuldades inerentes ao quadro territorial específico dos Açores, nomeadamente a sua situação de ultraperifricidade e a dispersão do território.
4. Apoiar a transição para uma economia de baixo teor de carbono em todos os setores	4.1 A promoção da produção e distribuição de energia proveniente de fontes renováveis	Em 2011, o petróleo representava 93,3% do consumo de energia primária e a produção de eletricidade foi de 867,2 milhões de KWh, sendo a quota da energia térmica de 68% e da energia geotérmica de 24,2%.  Pretende-se fomentar o aproveitamento do potencial existente na Região em fontes de energias renováveis, contribuindo para a redução das emissões de carbono e para uma maior autossuficiência energética.
	4.2 A promoção da eficiência energética e da utilização das energias renováveis nas empresas	Em 2011, a “indústria”, a “agricultura” e os “serviços”, representavam 30,9% do consumo de energia final regional. Pretende-se promover novos padrões de consumo de energia no processo produtivo de modo a concretizar os objetivos regionais e comunitários no domínio da produção e eficiência energética.
	4.3 A concessão de apoio à eficiência energética, à gestão inteligente da energia e à utilização das energias renováveis nas infraestruturas públicas, nomeadamente nos edifícios públicos, e no setor da habitação	Em 2011, o peso assumido pela iluminação das vias públicas e iluminação interior de edifícios públicos era significativo (14,6% do consumo na Região). O consumo doméstico de energia elétrica por habitante era de 1.080 KWh (34,5% do consumo regional).  Pretende-se reforçar a eficiência energética e a racionalização dos consumos nos edifícios e iluminação pública e no setor da habitação.
	4.5 A promoção de estratégias de baixo teor de carbono para todos os tipos de territórios, nomeadamente as zonas urbanas, incluindo a promoção da mobilidade urbana multimodal sustentável e medidas de adaptação relevantes para a atenuação	Em 2011, os transportes eram os grandes consumidores de energia (representando 46,2% do consumo de energia final regional), com destaque para os rodoviários, pelo que é o sector onde se podem gerar efetivas poupanças na utilização dos combustíveis e demais derivados do petróleo.  Verifica-se a oportunidade de aumentar a eficiência energética no setor dos transportes, promovendo uma redução na utilização de combustíveis derivados do petróleo.
5. Promover a adaptação às alterações climáticas e a prevenção e gestão de riscos	5.1 A concessão de apoio ao investimento para a adaptação às alterações climáticas, incluindo abordagens baseadas nos ecossistemas	Elevada vulnerabilidade da Região a um leque de ameaças naturais (erosão do litoral, galgamento de linhas de água, movimentos de massa), justificando-se o reforço das medidas de prevenção e combate aos efeitos das alterações climáticas.

**Programação do PO FEDER e FSE e a Estratégia 2020 - Seleção de Prioridades**

Objetivo temático	Prioridade de investimento selecionada	Justificação da seleção
	5.2 A promoção de investimentos para fazer face a riscos específicos, assegurar a capacidade de resistência às catástrofes e desenvolver sistemas de gestão de catástrofes	Elevada exposição a diversos perigos, sobretudo naturais (elevado risco sísmico da Região, possibilidade de geração de maremotos, de movimentos de vertente e erupções vulcânicas), relevando a importância de prevenir riscos coletivos e, atenuar os seus efeitos, desenvolvendo sistemas de alerta e gestão de catástrofe que permitam aumentar a rapidez e eficácia das respostas de emergência.
6. Preservar e proteger o ambiente e promover a utilização eficiente dos recursos	6.1 Investimentos no setor dos resíduos para satisfazer os requisitos do acervo ambiental da União e atender às necessidades de investimento identificadas pelos Estados-Membros que vão além desses requisitos.	Em 2012, produziram-se 499 kg/hab. de resíduos urbanos (média nacional 453kg/hab.). A recolha indiferenciada continua a possuir uma relevância superior quando comparada com a recolha seletiva (91% do total), tendo como destino os aterros (112 mil das 123 mil toneladas de resíduos são recolhidas indiferenciadamente).  Torna-se necessário eliminar as situações de depósito de resíduos de forma não controlada, favorecer a recolha seletiva em detrimento da recolha indiferenciada e aumentar os níveis de tratamento.
	6.2 Investimentos no setor da água, para satisfazer os requisitos do acervo ambiental da União e atender às necessidades de investimento identificadas pelos Estados-Membros que vão além desses requisitos	Nos últimos anos, têm-se verificado mudanças positivas na Região, colmatando-se importantes atrasos estruturais no setor das infraestruturas ambientais. Não obstante, registam-se ainda condicionalismos resultantes da degradação da qualidade da água e persistem debilidades na quantidade disponibilizada e no seu tratamento, acrescendo a necessidade de expandir e/ou reabilitar algumas redes.  Importa, ainda, prosseguir com a monitorização dos recursos hídricos e a implementação dos planos de região hidrográfica e de ordenamento de bacias hidrográficas das lagoas.
	6.3 A conservação, proteção, promoção e o desenvolvimento do património natural e cultural	A Região detém um património natural e cultural com relevante valor. Este património carece no entanto de valorização e de preservação. Aos inúmeros valores e recursos naturais, identitários e diferenciadores (natureza vulcânica, diversidade do património espeleológico, diversidade e riqueza de habitats, de espécies endémicas e fontes hidrotermais) acresce um vasto património cultural construído em torno da relação do Homem com a Natureza.
	6.4 A proteção e reabilitação da biodiversidade e dos solos e promoção de sistemas de serviços ecológicos, nomeadamente através da rede Natura 2000 e de infraestruturas verdes	Necessidade de intervir nas extensas áreas com interesse para a conservação da natureza e biodiversidade, preservando-as e controlando as respetivas ameaças (p.e., espécies invasoras). Existem 38 locais prioritários classificados como Rede Natura 2000, 31 áreas protegidas, 23 Sítios de Importância Comunitária e 15 Zonas de Proteção Especial. Estes recursos são fundamentais para o Turismo de Natureza e para a singularidade do território regional.

**Programação do PO FEDER e FSE e a Estratégia 2020 - Seleção de Prioridades**

Objetivo temático	Prioridade de investimento selecionada	Justificação da seleção
	6.5 A adoção de medidas destinadas a melhorar o ambiente urbano, a revitalizar as cidades, recuperar e descontaminar zonas industriais abandonadas, incluindo zonas de reconversão), a reduzir a poluição do ar e a promover medidas de redução de ruído	Face a alguma perda de vitalidade urbanística, social e funcional dos tecidos urbanos, importa assegurar a qualificação integrada das aglomerações urbanas regionais, considerando a sua importância social, económica e ambiental.
7. Promover transportes sustentáveis e eliminar os estrangulamentos nas principais infraestruturas das redes	7.2 A melhoria da mobilidade regional através da ligação dos nós secundários e terciários às infraestruturas de RTE-T, incluindo os nós multimodais	Nos últimos anos, observou-se o fomento das acessibilidades rodoviárias, resultado dos investimentos em infraestruturas estruturantes para a qualificação do sistema urbano e para responder à tipologia de povoamento prevalente em cada ilha. Num contexto de fortalecimento da competitividade regional, suportada numa base económica exportadora em que os sistemas portuários e aeroportuários emergem como nós estruturantes, importa assegurar uma melhor cobertura da rede rodoviária a esses pontos de ligação com o exterior, às zonas de atividades económicas e às áreas de natureza turística.
	7.3 O desenvolvimento e a melhoria de sistemas de transporte ecológicos (nomeadamente de baixo ruído) e baixo teor de carbono, incluindo as vias navegáveis interiores e o transporte marítimo, os portos, as ligações multimodais e as infraestruturas aeroportuárias, a fim de promover a mobilidade regional e local sustentável	Em 2012, foram movimentadas nos portos regionais, cerca de 2.318 mil toneladas de mercadorias (90,2 mil contentores; 2.974 embarcações de comércio entradas). No mesmo ano, nos 9 aeroportos regionais, registaram-se 17.201 movimentos, dos quais 873 para a UE27 (8.550 toneladas de carga embarcada/desembarcada).  Os transportes marítimos e aéreos assumem uma especial importância em contexto territorial caracterizado pela dispersão e afastamento das ilhas. Na continuidade dos investimentos infraestruturais realizados no passado, importa privilegiar também, outras dimensões associadas, como sejam a melhoria da logística e dos níveis de segurança, eficiência e desempenho ambiental.
8. Promover a sustentabilidade e a qualidade do emprego e apoiar a mobilidade dos trabalhadores	8.1 O acesso ao emprego para os candidatos a emprego e os inativos, incluindo os desempregados de longa duração e as pessoas afastadas do mercado de trabalho, e através de iniciativas locais de emprego e apoio à mobilidade dos trabalhadores	O agravamento da crise económica teve implicações significativas no mercado de trabalho da Região. No final do 3º trimestre de 2013 estavam inscritos 11.923 desempregados nos serviços regionais de emprego. O decréscimo da oferta de emprego, a par da destruição de outros e da reduzida mobilidade laboral afirmam-se como barreiras a superar, para uma efetiva coesão social na Região.

**Programação do PO FEDER e FSE e a Estratégia 2020 - Seleção de Prioridades**

Objetivo temático	Prioridade de investimento selecionada	Justificação da seleção
	8.2 A integração sustentável dos jovens no mercado de trabalho, em especial os que não trabalham, não estudam, nem se encontram em formação, incluindo os jovens em risco de exclusão social e os jovens de comunidades marginalizadas, inclusive através da execução da Garantia para a Juventude	O apoio à integração dos jovens no mercado trabalho constitui um dos instrumentos mais relevantes para o combate à pobreza e à deterioração das condições de vida na Região, face à incidência do desemprego junto dos mais jovens (38,7% dos desempregados têm entre 15 e 24 anos de idade).
	8.3 A criação de emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras	A promoção do emprego, por via da criação de postos de trabalho nas empresas existentes, da criação de novas empresas, e do empreendedorismo é fundamental para a RAA, face ao elevado peso dos trabalhadores por conta de outrem (83% no 4º trimestre de 2013). A política regional assume como prioridade o fomento do empreendedorismo e a potenciação das competências pessoais e profissionais dos desempregados, enquanto estratégias centrais de promoção do emprego sustentável.
	8.4 A igualdade entre homens e mulheres em todos os domínios, nomeadamente nos domínios do acesso ao emprego, da progressão na carreira, da conciliação da vida profissional privada e da promoção da igualdade de remuneração para trabalho igual	Não obstante os esforços e progressos registados nas últimas décadas em matéria de igualdade de género, subsistem diferenças entre homens e mulheres em vários indicadores, no que respeita à sua inserção no mercado de trabalho (em 2011, a taxa de atividade feminina era de 41,1%, 16 pontos percentuais abaixo da masculina; o ganho médio mensal por sexo era de 9,3% em desfavor das mulheres e a percentagem de mulheres a trabalhar por conta própria expressivamente inferior à dos homens.
	8.5 A adaptação dos trabalhadores, das empresas e dos empresários à mudança	A criação de uma base económica exportadora nos Açores confronta-se com os baixos níveis de qualificação dos ativos (em 2011, 56,9% da população ativa na Região apresentava níveis de qualificação iguais ou inferiores ao 2º ciclo do ensino básico; apenas 14,3% tinha formação de nível superior). Do lado das empresas, a modernização e valorização da mobilidade profissional dos trabalhadores constitui-se como prioridade central para a sua competitividade).
	8.7 A modernização do mercado de trabalho, nomeadamente através da criação de serviços de emprego públicos e privados e da melhoria da adequação às necessidades do mercado de trabalho, incluindo medidas destinadas a aumentar a mobilidade transnacional dos	A mobilidade profissional com outras regiões europeias, como forma de proporcionar um enriquecimento profissional, cultural e linguísticos, é característica indispensável a uma maior flexibilidade e capacidade de adaptação à mudança dentro do mercado de trabalho europeu. Dada a situação ultraperiférica e a reduzida dimensão do mercado de trabalho, o apoio da mobilidade dos ativos constitui uma prioridade essencial para

**Programação do PO FEDER e FSE e a Estratégia 2020 - Seleção de Prioridades**

Objetivo temático	Prioridade de investimento selecionada	Justificação da seleção
	trabalhadores, inclusive através de regimes de mobilidade e melhor cooperação entre as instituições e as partes relevantes	a sua qualificação.
9. Promover a inclusão social e combater a pobreza e a discriminação	9.1 A inclusão ativa, com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade	Entre os desafios que mais acometem a coesão social destacam-se a pobreza e a fraca escolaridade. A concertação destes fenómenos representa desafios acrescidos para o processo de inclusão social dos segmentos da população mais desfavorecidos, sendo fundamental o aumento das suas competências pessoais e profissionais para a inserção sustentável no mercado de trabalho.
	9.3 A luta contra todas as formas de discriminação e promoção da igualdade de oportunidades	Necessidade de combater as situações de discriminação e violência e proporcionar igualdade de acesso e de oportunidades aos grupos cuja exposição à situação de pobreza e de exclusão assume maiores contornos na Região (crianças e jovens oriundos de contextos familiares desestruturados; idosos carenciados; pessoas com deficiência; públicos em situação de grave exclusão social como repatriados, sem-abrigo, ex-reclusos, ex-toxicodependentes, minorias, grupos vulneráveis à discriminação e violência).
	9.4 Melhoria do acesso a serviços sustentáveis, de grande qualidade e a preços comportáveis, incluindo cuidados de saúde e serviços sociais de interesse geral	Os Açores realizaram um esforço assinalável no reforço da rede de equipamentos sociais e do sistema de saúde para assegurar melhores condições de vida às populações. Perante os impactos da atual crise, algumas entidades do “terceiro setor” e o sistema de saúde vêem-se atualmente confrontados com dificuldades, que ameaçam a sua sustentabilidade. Assim, constitui-se essencial a melhoria da acessibilidade e a sustentabilidade dessas respostas.
	9.5 A promoção do empreendedorismo social e da integração profissional nas empresas sociais e da economia social e solidária para facilitar o acesso ao emprego	A Rede Regional de Economia Social mobiliza 29.807 pessoas e conta com a colaboração de cerca de 4.100 trabalhadores. Contudo, o atual contexto socioeconómico exige um reforço da economia social, assente nos princípios da cooperação, da solidariedade, da equidade, da proximidade, mas também da racionalidade e da eficiência, que permitam aumentar a eficácia da rede regional e apoiar as pessoas e as famílias em situação de pobreza e de exclusão.



**Programação do PO FEDER e FSE e a Estratégia 2020 - Seleção de Prioridades**

Objetivo temático	Prioridade de investimento selecionada	Justificação da seleção
	9.7 Investimentos na saúde e nas infraestruturas sociais que contribuam para o desenvolvimento nacional, regional e local, a redução das desigualdades de saúde, a promoção da inclusão social através da melhoria do acesso aos serviços sociais, culturais e recreativos, e da transição dos serviços institucionais para os serviços de base comunitária	Necessidade de adaptar as redes de serviços de saúde e sociais às novas exigências ditadas pelas novas tendências sociais, alterações demográficas e evoluções tecnológicas, na perspectiva de proporcionar melhores condições de acesso aos serviços, com maior homogeneidade territorial e reduzindo as desigualdades, com especial atenção para os grupos marginalizados e as pessoas em risco de pobreza.
	9.9 Concessão de apoio a empresas sociais	As instituições do "terceiro setor" na Região necessitam de renovação, formação e qualificação das suas equipas técnicas e da certificação da qualidade das suas instituições, tendo em vista melhorar a qualidade de serviço, adequando-o às novas exigências do mercado social. Consequentemente, a promoção da qualidade das respostas sociais e das organizações da economia social constitui uma prioridade regional para o período 2014-2020.
10. Investir na educação, na formação e na formação profissional para a aquisição de competências e a aprendizagem ao longo da vida	10.1 A redução e prevenção do abandono escolar precoce e promoção da igualdade de acesso a um ensino infantil, primário e secundário de boa qualidade, incluindo percursos de aprendizagem formais, não formais e informais para a reintegração no ensino e na formação.	Na Região, persistem algumas debilidades no sistema de educação e formação das crianças e jovens, muito embora os progressos registados (em 2011, 2,36% da população residente saiu da escola sem concluir a escolaridade obrigatória legalmente definida, contra 17,15% em 1991). O combate ao insucesso escolar e a melhoria da qualidade e da eficiência do sistema de educação e formação de crianças e jovens e as condições de aquisição de aprendizagens e de conhecimentos constitui uma prioridade regional em linha com as metas para a "Europa 2020".
	10.2 A melhoria da qualidade e da eficiência do ensino superior e equivalente, e do acesso ao mesmo, a fim de aumentar os níveis de participação e de habilitações, particularmente para os grupos desfavorecidos	Aumentar o nível de educação dos habitantes da Região, aferido, neste contexto, pelo número de diplomados do ensino superior, tendo em vista a redução do desfasamento da Região face às médias nacional e europeia no correspondente indicador da Estratégia Europa 2020 (peso da população com ensino superior ou equiparado no grupo etário 30-34 anos).



**Programação do PO FEDER e FSE e a Estratégia 2020 - Seleção de Prioridades**

Objetivo temático	Prioridade de investimento selecionada	Justificação da seleção
	10.3 A melhoria da igualdade de acesso à aprendizagem ao longo da vida para todas as faixas etárias em contextos formais, não formais e informais, atualização do conhecimento, das aptidões e das competências dos trabalhadores e promoção de percursos de aprendizagem flexíveis, inclusive através da orientação profissional e da validação das competências adquiridas	No quadro da crescente internacionalização da economia regional e da promoção de um crescimento inclusivo nos Açores, é fundamental elevar os níveis de qualificação dos ativos, promovendo a aprendizagem ao longo da vida e a melhoria da qualidade do ensino e formação, assegurando uma melhor adequação entre oferta e procura no mercado de trabalho, reorientando, os ativos cujas competências e área de formação superior são desajustadas face às necessidades das empresas
	10.4 A melhoria da pertinência do ensino e da formação ministrados para o mercado de trabalho, facilitando a transição da educação para o trabalho e reforço dos sistemas de ensino e formação profissionais e da sua qualidade, inclusive através de mecanismos de antecipação de competências, adaptação dos currículos e criação e desenvolvimento de sistemas de ensino baseados no trabalho, nomeadamente sistemas de ensino dual e de aprendizagem	Na Região houve uma ténue valorização do ensino e da formação ministrados para o mercado de trabalho. Contudo, as diversas mudanças ocorridas no mercado de trabalho conferem crescente valorização à formação teórica e profissional, capaz de conferir aos jovens as competências necessárias para ingressar no mercado de trabalho, com menores tempos de adaptação e aprendizagem. Assim, constitui prioridade a promoção de sistemas de ensino e da formação orientados para o mercado de trabalho, em particular do sistema dual.
	10.5 Investimentos na educação, na formação e na formação profissional para a aquisição de competências e aprendizagem ao longo da vida através do desenvolvimento das infraestruturas educativas e formativas	Necessidade de assegurar níveis adequados de ensino e de formação, consolidando a rede de infraestruturas e equipamentos previstos, destacando-se a título exemplificativo escolas em adiantado estado de degradação, locais sujeitos a riscos diversos e ainda situações em que os atuais estabelecimentos contêm ainda materiais perigosos para a saúde humana.
11. Reforçar a capacidade institucional das autoridades públicas e das partes interessadas e a eficiência da administração pública	11.1 O investimento nas capacidades institucionais e na eficiência das administrações e dos serviços públicos, a nível nacional, regional e local, a fim de realizar reformas, legislar melhor e governar bem.	Melhorar as competências dos recursos humanos afetos à administração pública, garantindo o acesso efetivo à formação profissional a todos os trabalhadores em funções públicas e adequando a oferta formativa às necessidades dos trabalhadores e dos serviços públicos.

**Programação do PO FEDER e FSE e a Estratégia 2020 - Seleção de Prioridades**

Objetivo temático	Prioridade de investimento selecionada	Justificação da seleção
	11.2 A criação de capacidades para todos os agentes que operam no domínio da educação, da aprendizagem ao longo da vida, da formação, do emprego e das políticas sociais, inclusive através de pactos setoriais e territoriais de preparação de reformas a nível nacional, regional e local	Aumentar a eficiência nos processos e medidas resultantes da articulação da ação dos sistemas de emprego, solidariedade social e educação, no contexto da estratégia definida para a Região ao nível do combate ao desemprego, à pobreza e exclusão social, bem como ao abandono e insucesso escolar.

DOCUMENTO DE TRABALHO

## **SECÇÃO II – EIXOS PRIORITÁRIOS**

## **Eixo Prioritário 1: Investigação, Desenvolvimento Tecnológico e Inovação**

**Prioridade de Investimento 1.1** - *O reforço da infraestrutura de investigação e inovação (I&I) e da capacidade de desenvolvimento da excelência na I&I, e a promoção de centros de competência, nomeadamente os de interesse europeu*

**Objetivo Específico 1.1.1** - *Reorientação do Sistema Científico e Tecnológico dos Açores no sentido do incremento da investigação aplicada à realidade regional e da transferência de conhecimento entre os agentes económicos e sociais*

O quadro de indicadores de I&D na Região quando comparado com o quadro referência nacional e salvaguardando os respetivos contextos, revela desequilíbrios que importa corrigir através da criação de melhores condições para o fomento das atividades de I&D. De acordo com o Anuário Estatístico Regional relativo a 2012, a despesa em I&D no PIB da Região é de cerca de 0,4%, o que compara com uma taxa média nacional de 1,52%, bem como com a meta estabelecida no contexto da Estratégia Europa 2020 no que concerne ao reforço da I&D e inovação a nível nacional (entre 2,7% e 3%).

Os estrangulamentos que ao nível da Região se colocam à investigação e, sobretudo, ao processo de inovação serão potencialmente superados por via do aumento do investimento em I&D, alicerçado numa estreita colaboração entre entidades públicas e privadas. O aumento da capacidade de I&D assentará essencialmente em ativos territoriais, materiais e imateriais, e em setores onde se pode construir vantagens comparativas e mais suscetíveis de gerar atividades de inovação, melhorando os processos de transferência tecnológica, dinamizando as redes de cooperação interregional e investindo em infraestruturas e equipamentos adaptados à dimensão regional, de modo a criar um ambiente favorável ao processo de inovação.

Uma das principais lacunas situa-se ao nível das infraestruturas de I&D, em particular das infraestruturas tecnológicas de base empresarial, as que facilitam a interação entre empresas, e destas com os centros de conhecimento, como sejam parques tecnológicos, centros de difusão de inovação e de demonstração de negócios e de novos produtos e tecnologias.

O reforço da capacidade regional em infraestruturas será realizado através de uma rede de apoio ao desenvolvimento da inovação empresarial, que constituirá o *interface* entre o sistema de I&D e o tecido empresarial, a qual se centrará no desenvolvimento tecnológico e nos processos de partilha do conhecimento, incluindo a formação técnica orientada para as necessidades específicas da exploração de novos produtos, processos e serviços.

A capacidade real existente em investigação tem fundamentalmente origem no setor público. A Universidade dos Açores, com base nos seus reconhecidos centros de investigação, assume um papel de relevância na região, a par de outras entidades que integram o Sistema Científico e Tecnológico dos Açores (SCTA), como os laboratórios públicos ou o INOVA e as suas unidades de desenvolvimento científico e tecnológico.

Pretende-se desenvolver um conjunto de medidas de apoio centradas nos objetivos referidos, dirigidos nomeadamente a: consolidar o potencial científico e tecnológico dos Açores, criando uma massa crítica de investigação; estimular a investigação em áreas relevantes da atividade económica regional (setores tradicionais e emergentes); incentivar a criação de sinergias transregionais e internacionais; promover e fomentar a cultura científica e tecnológica, para melhorar as capacidades regionais em I&D&I; estimular a produção e divulgação de informação científica especializada e valorizar a divulgação científica e o ensino experimental.

O resultado esperado das operações a apoiar consistirá no reforço das condições de base e de infraestruturas para a produção científica e de inovação, dinamizando o investimento regional neste domínio.

**Quadro 3 (1.1.1) Indicadores de Resultado**

ID	Indicador	Unidade de medida	Categoria da região	Valor de base	Ano de base	Valor alvo (2023)	Fonte dos dados	Frequência de relatório
	(Em composição)							
	Nº de publicações científicas indexadas, ponderadas por fator de impacto (domínios científicos enquadráveis nas estratégias de especialização inteligente)					*		

\* Em apuramento

#### **Ações a Apoiar**

<b>Tipologia de ações</b>	<p>De forma a diminuir o défice existente no domínio das infraestruturas, a prioridade dirigir-se-á para a criação de dois parques de ciência e tecnologia nas ilhas de S. Miguel e Terceira, espaços indutores do desenvolvimento nesta área, mediante a angariação de empresas âncora e a facilitação da instalação de <i>startups</i> de base tecnológica. Os referidos parques são destinados a: dinamizar o espírito empresarial para a inovação; promover o ID&amp;I em consórcio das várias instituições de investigação da região com empresas regionais e do exterior; criar condições para uma mais efetiva transferência de tecnologia; contribuir para o desenvolvimento e reforço de competitividade da Região; contribuir para o desenvolvimento de uma cultura de I&amp;D em consórcio com a Universidade, centros de investigação e empresas.</p> <p>Ainda nesta prioridade de investimento estão previstas ações potenciadoras do desenvolvimento de infraestruturas de acolhimento empresarial, com capacitação tecnológica e valorização económica de atividades de I&amp;DI, difusores de inovação e de demonstração de negócios.</p> <p>Serão igualmente apoiadas as seguintes tipologias de ações:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Projetos de apoio às instituições de ID&amp;I e às infraestruturas de divulgação científica e tecnológica (DC&amp;T);</li> </ul>
---------------------------	--

	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Projetos de apoio às atividades de desenvolvimento experimental e aos processos de transferência de tecnologia;</li> <li>• Projetos de investigação científica e tecnológica;</li> <li>• Projetos de cooperação transregional e transnacional de investigação e desenvolvimento experimental;</li> <li>• Participação em organizações, comissões e redes temáticas de I&amp;D que sejam relevantes para a projeção dos centros de investigação regional;</li> <li>• Projetos de produção, formação e divulgação científica especializada;</li> <li>• Integração de quadros qualificados nas entidades do SCTA;</li> <li>• Iniciativas e projetos de divulgação científica e de ensino experimental das ciências.</li> </ul>
<b>Território alvo específico</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Região Autónoma dos Açores.</li> </ul>
<b>Tipologia de beneficiário</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Administração Pública Regional e Local;</li> <li>– Institutos, Empresas e Associações Públicas;</li> <li>– Instituições Ensino Superior;</li> <li>– Entidades públicas e privadas sem fins lucrativos.</li> </ul>
<b>Principal grupo alvo</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Agentes do Sistema Científico e Tecnológico dos Açores (SCTA);</li> <li>– Empresas.</li> </ul>

#### Princípios orientadores para a seleção das operações

- Adequação do projeto à estratégia do PO Açores em matéria de infraestruturas e capacidades de investigação e inovação:
  - Contribuição da operação para o objetivo de crescimento inteligente da Estratégia Europa 2020.
  - Coerência da operação com a estratégia RIS3 Açores - Estratégia de investigação e inovação para a especialização inteligente da Região Autónoma dos Açores
  - Grau de relevância estratégica da operação proposta, em termos regionais ou sectoriais.
- Contributo para a coesão social e territorial:
  - Contributo da operação para o reforço da coesão territorial da Região.
  - Contributo para o fomento da ligação entre o sistema científico e tecnológico e o tecido empresarial da Região.
- Capacidade de gerar resultados para o desenvolvimento territorial da Região:
  - Os efeitos esperados da operação medidos através dos indicadores de resultado e de realização.
  - Contributo da operação para a geração de emprego.

- Coerência da operação com a fundamentação da sua necessidade e oportunidade, designadamente em matéria de reforço de infraestruturas e reorientação do Sistema Científico e Tecnológico à realidade económico-social da Região.
- Qualidade técnica da operação, nomeadamente no que respeita à coerência entre o perfil dos destinatários, os conteúdos, a metodologia e a duração da intervenção, bem como no que se refere aos métodos de avaliação da execução e dos resultados da intervenção.
- Contributo para as políticas horizontais da UE (promoção da igualdade de oportunidades, em função do género, da deficiência e de outras causas de discriminação, desenvolvimento sustentável).

#### Utilização prevista dos instrumentos financeiros

Não aplicável.

#### Utilização prevista dos grandes projetos

Não aplicável.

**Quadro 5 (1.1.1) Indicadores de Realização da Prioridade de Investimento**

ID	Indicador	Unidade de medida	Fundo	Categoria da região	Valor alvo (2023)	Fonte dos dados	Frequência de relatório
	Nº de infraestruturas apoiadas	Nº	FEDER	MD	4	SI	Anual
	Nº de projetos de ID&I promovidos pelas entidades do SCTA	Nº	FEDER	MD	40	SI	Anual



**Prioridade de Investimento 1.2.** *A promoção do investimento das empresas na I&D, o desenvolvimento de ligações e sinergias entre empresas, centros de investigação e desenvolvimento e o setor do ensino superior, em especial a promoção do investimento no desenvolvimento de produtos e serviços, na transferência de tecnologia, na inovação social, na eco inovação, em aplicações de interesse público, no estímulo da procura, em redes, clusters e na inovação aberta através de especialização inteligente, e o apoio à investigação tecnológica e aplicada, linhas-piloto, ações de validação precoce dos produtos, capacidades avançadas de produção e primeira produção, em especial no que toca às tecnologias facilitadoras essenciais, e à difusão de tecnologias de interesse geral.*

**Objetivo Específico 1.2.1 -** Fomentar as iniciativas de I&D de contexto empresarial, reforçando a ligação das empresas aos centros de I&D e ao ensino superior, de forma a potenciar a partilha do conhecimento, transferência de tecnologia para as empresas e a capacidade de inovação em produtos, processos e serviços.

Pese embora o acréscimo de empresas regionais com atividades de inovação, a ainda frágil articulação entre o sistema científico e tecnológico regional e o tecido empresarial contribui para a limitada expressão dos processos relativos à transferência do conhecimento na economia regional (em 2012, as empresas eram responsáveis por apenas 10% do esforço de I&D desenvolvido na Região).

O fomento dos níveis de inovação requererá um reforço da interligação e das sinergias entre as empresas regionais, os centros de I&D e o ensino superior, com o intuito de alargar as capacidades instaladas em investigação e inovação (I&I), mais fortemente orientadas para a promoção do investimento das empresas em inovação, em especial no desenvolvimento de novos processos, produtos e serviços.

Com os apoios a prestar neste domínio pretende-se dinamizar a investigação em consórcio promovida e desenvolvida por empresas e instituições científicas e lançar as bases para a generalização e intensificação das relações de índole científica e técnica entre as diferentes instituições de I&I.

O desenvolvimento local de aplicações inovadoras apela a medidas de apoio à transferência de tecnologias genéricas já existentes, em domínios de atividade essenciais à economia regional, identificados no processo de especialização inteligente, e nos quais a Região revela potencial e competências específicas.

A promoção da transferência de tecnologia é determinada pela existência de infraestruturas e instrumentos facilitadores, condição essencial para o sucesso de muitas iniciativas de contexto empresarial. A parceria com entidades externas, o fomento de interfaces universidade/empresas nos parques tecnológicos e a criação de entidades de apoio à transferência de tecnologia, irão proporcionar novas dinâmicas, facilitar o acesso a novas tecnologias e orientá-las para as empresas e para o mercado.

A Universidade dos Açores, em particular, possui centros de investigação com reconhecimento nalgumas das áreas identificadas. Para aproveitar melhor este potencial, será fomentado o estabelecimento de parcerias com as empresas, com vista a promover projetos de I&D e uma cultura de incentivo aos seus investigadores para a criação de *spin-offs*, de modo a transformar este conhecimento em valor para a economia dos Açores.

O resultado esperado das intervenções a apoiar tem em vista a criação de condições para a inovação e a transferência de conhecimentos por via da dinamização do investimento privado em produções económicas de base tecnológica e de valor acrescentado, com enfoque na concretização da estratégia de investigação e inovação para a especialização inteligente (RIS3 Açores).

**Quadro 3 (1.2.1) Indicadores de Resultado**

ID	Indicador	Unidade de medida	Categoria da região	Valor de base	Ano de base	Valor alvo (2023)	Fonte dos dados	Frequência de relatório
	Despesas das empresas em I&D em relação ao VAB	%	MD	0,26%	2012	0,31%	INE	Anual

#### Ações a Apoiar

<b>Tipologia de ações</b>	<p>Sob esta tipologia de investimento serão apoiadas as seguintes tipologias de ações:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Projetos promovidos por empresas que envolvam atividades de investigação aplicada e/ou desenvolvimento experimental;</li> <li>• Criação e desenvolvimento de unidades estruturadas dedicadas exclusivamente a atividades de ID&amp;I em contexto empresarial;</li> <li>• Transferência de conhecimento para o mercado e conversão de ideias em inovação;</li> <li>• Iniciativas e projetos de ID&amp;I em parceria, transferência tecnológica e científica e processos de endogeneização do conhecimento científico na Região;</li> <li>• Integração de quadros qualificados em contexto empresarial.</li> </ul>
<b>Território alvo específico</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Região Autónoma dos Açores.</li> </ul>
<b>Tipologia de beneficiário</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Administração Pública Regional e Local</li> <li>– Institutos, Empresas e Associações Públicas</li> <li>– Instituições de Ensino Superior</li> <li>– Entidades públicas e privadas sem fins lucrativos</li> <li>– Empresas.</li> </ul>
<b>Principal grupo alvo</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Agentes do Sistema Científico e Tecnológico dos Açores (SCTA);</li> <li>– Empresas.</li> </ul>

#### Princípios orientadores para a seleção das operações

- Adequação do projeto à estratégia do PO Açores em matéria de iniciativas de I&D em contexto empresarial:
  - Contribuição para o objetivo de crescimento inteligente da Estratégia Europa 2020.
  - Coerência da operação com a estratégia RIS3 Açores - Estratégia de investigação e inovação para a especialização inteligente da Região Autónoma dos Açores.
  - Grau de relevância estratégica da operação proposta, em termos regionais ou sectoriais.
- Contributo para a coesão social e territorial:
  - Contributo para o reforço da coesão territorial da Região.
  - Contributo para o fomento da ligação entre, por um lado, os centros de I&D e o ensino superior e, por outro, o tecido empresarial da Região.
- Capacidade de gerar resultados para o desenvolvimento territorial da Região:
  - Os efeitos esperados da operação medidos através dos indicadores de resultado e de realização.
  - Contributo da operação para a geração de emprego.
  - Coerência da operação com a fundamentação da sua necessidade e oportunidade, designadamente em matéria de reforço do investimento e das capacidades das empresas da Região em matéria de inovação e investigação e a sua ligação aos centros de I&D e ao ensino superior.
  - Qualidade técnica da operação, nomeadamente no que respeita à coerência entre o perfil dos destinatários, os conteúdos, a metodologia e a duração da intervenção, bem como no que se refere aos métodos de avaliação da execução e dos resultados da intervenção.
- Contributo para as políticas horizontais da UE (promoção da igualdade de oportunidades, em função do género, da deficiência e de outras causas de discriminação, desenvolvimento sustentável).

#### Utilização prevista dos instrumentos financeiros

Em estudo.

#### Utilização prevista dos grandes projetos

Não aplicável.

**Quadro 5 (1.2.1) Indicadores de Realização da Prioridade de Investimento**

ID	Indicador	Unidade de medida	Fundo	Categoria da região	Valor alvo (2023)	Fonte dos dados	Frequência de relatório
ICC	Nº de empresas que cooperam com instituições de investigação	Nº	FEDER	MD	15	SI	Anual

**Eixo Prioritário 2: Melhorar o Acesso às Tecnologias da Informação e da Comunicação, bem como a sua Utilização e Qualidade**

**Prioridade de Investimento 2.3** *O reforço das aplicações TIC na administração pública em linha, aprendizagem em linha, infoinclusão, cultura em linha e saúde em linha.*

**Objetivo Específico 2.3.1 –** Reforçar a interação entre a administração, os cidadãos e os agentes económicos através da utilização generalizada das TIC

Pretende-se que os Açores se tornem um verdadeiro arquipélago inteligente (“smart islands”) que tire partido dos desenvolvimentos tecnológicos, aplicando-os na promoção da competitividade das empresas e a eficiência das administrações públicas, o que representará um forte contributo para minimizar os efeitos do isolamento e da perifericidade das ilhas.

Sendo reconhecido o investimento realizado ao nível da modernização administrativa, em particular nos serviços públicos, e da disponibilização de espaços e meios TIC, torna-se crucial prosseguir com o objetivo de aumentar a oferta de serviços em linha e promover a utilização em larga escala das tecnologias de informação e comunicação, incluindo designadamente os grupos marginalizados e as pessoas com deficiência. Efetivamente, o posicionamento da Região ao nível das TIC compara-se com a média nacional, designadamente no que concerne ao acesso dos agregados domésticos ao computador (67% na Região, face a 66% de referencial nacional em 2012) e à ligação à Internet através de banda larga (64% na Região *versus* 60% de média nacional).

A estratégia regional na área das tecnologias identifica um conjunto de iniciativas e prioridades, em particular ao nível das TIC, que converge para os desafios constantes na Agenda Digital para a Europa.

Com este objetivo pretende-se prosseguir no sentido da promoção da sociedade do conhecimento e da informação, através da generalização do acesso às TIC e da dinamização duma administração inteligente, sustentável e inovadora, com o contributo positivo e significativo para a redução de custos de contexto.

O resultado esperado das intervenções a apoiar visa a integração plena dos cidadãos, o incremento da qualidade de vida e a melhoria substancial das relações entre a administração, os cidadãos e os agentes económicos, através da utilização intensiva das TIC, otimizando, assim, a exploração e utilização da infraestrutura de comunicações em banda larga anteriormente construída na Região.

Quadro 3 (2.3.1) Indicadores de Resultado

ID	Indicador	Unidade de medida	Categoria da região	Valor de base	Ano de base	Valor alvo (2023)	Fonte dos dados	Frequência de relatório
	Proporção de indivíduos com idade entre os 16 e os 74 anos que interagiram com organismos da administração pública através da internet para fins privados nos últimos 12 meses	%	MD	20,4%	2013	25%	INE	Anual

#### Ações a Apoiar

<b>Tipologia de ações</b>	<p>As ações a desenvolver terão por base o conceito de <i>smart islands</i>, desenvolvendo-se ações que, por um lado, promovam uma Administração Inteligente e, por outro lado, fomentem a procura e utilização generalizada das TIC, de modo a potenciar a otimização dos recursos e um aumento da qualidade de vida dos cidadãos. As tipologias de ações a apoiar incluem:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Projetos de desmaterialização de processos administrativos, como forma de simplificação administrativa; desenvolvimento de plataformas e-citizen; criação de serviços da administração na nuvem (Cloud); aumento da eficiência na gestão e níveis de desempenho dos sistemas de armazenamento de dados;</li> <li>• Construção de plataforma de CRM (Citizen Relationship Management) para a criação do ficheiro único do estudante;</li> <li>• Construção da cloud para a educação, através do desenvolvimento de um sistema de nuvem para os aplicativos educacionais, promovendo a partilha de conhecimentos entre os profissionais das escolas básicas, secundárias e profissionais;</li> <li>• Projeto e-Saúde, que visa a desmaterialização de todos os processos clínicos e administrativos e a uniformização e informatização dos impressos em utilização nas unidades de saúde da Região, bem como do desenvolvimento da respetiva base de dados para o serviço regional de saúde;</li> <li>• Construção de uma plataforma que identifique todos os equipamentos culturais e desportivos dos Açores e de um sistema integrado de gestão dos equipamentos sociais e de transporte para a comunidade;</li> <li>• Ações de difusão e incremento do uso de tecnologias Wireless e de banda larga, potenciando a cobertura de redes Wi-Fi nos centros urbanos e em alguns pontos de interesse turístico e cultural;</li> <li>• Projetos de dinamização e qualificação da rede de espaços vocacionados para o uso e desenvolvimento das TIC;</li> <li>• Projetos de fomento da utilização das TIC por parte de cidadãos portadores de deficiência e cidadãos com necessidades educativas especiais;</li> <li>• Projetos que conduzam ao aumento da literacia avançada em TIC, através do reforço das competências existentes no uso das TIC.</li> </ul>
---------------------------	---

<b><i>Território alvo específico</i></b>	– Região Autónoma dos Açores.
<b><i>Tipologia de beneficiário</i></b>	– Administração Pública Regional e Local – Institutos, Empresas e Associações Públicas – Entidades públicas e privadas sem fins lucrativos
<b><i>Principal grupo alvo</i></b>	– Cidadãos e as empresas.

#### Princípios orientadores para a seleção das operações

- Adequação do projeto à estratégia do PO Açores em matéria de acesso, utilização e qualidade das TIC:
  - Contribuição da operação para o objetivo de crescimento inteligente da Estratégia Europa 2020.
  - Coerência da operação com a Agenda Digital e Tecnológica dos Açores e com a Agenda Digital para a Europa.
  - Grau de relevância estratégica da operação proposta, em termos regionais ou sectoriais.
- Contributo para a coesão social e territorial:
  - Contributo da operação para o reforço da coesão territorial da Região.
  - Contributo da operação para o reforço do acesso, utilização generalizada e qualidade em TIC, tendo em vista o reforço da interação entre a administração pública, os cidadãos e as empresas.
- Capacidade de gerar resultados para o desenvolvimento territorial da Região:
  - Os efeitos esperados da operação medidos através dos indicadores de resultado e de realização.
  - Contributo da operação para a geração de emprego.
  - Coerência da operação com a fundamentação da sua necessidade e oportunidade, designadamente em matéria de fomento do acesso e da utilização de TIC na interação entre agentes socioeconómicos.
  - Qualidade técnica da operação, nomeadamente no que respeita à coerência entre o perfil dos destinatários, os conteúdos, a metodologia e a duração da intervenção, bem como no que se refere aos métodos de avaliação da execução e dos resultados da intervenção.
- Contributo para as políticas horizontais da UE (promoção da igualdade de oportunidades, em função do género, da deficiência e de outras causas de discriminação, desenvolvimento sustentável).

#### Utilização prevista dos instrumentos financeiros

Não aplicável.

#### Utilização prevista dos grandes projetos

Não aplicável.

**Quadro 5 (2.3.1) Indicadores de Realização da Prioridade de Investimento**

ID	Indicador	Unidade de medida	Fundo	Categoria da região	Valor alvo (2023)	Fonte dos dados	Frequência de relatório
	Nº de projetos de administração digital	Nº	FEDER	MD	20	SI	Anual
	Nº de projetos de dinamização da administração das TIC	Nº	FEDER	MD	10	SI	Anual

DOCUMENTO DE TRABALHO



### Eixo Prioritário 3: Competitividade das Empresas Regionais

**Prioridade de Investimento 3.1** - A promoção do espírito empresarial, nomeadamente facilitando a exploração económica de ideias novas e incentivando a criação de novas empresas, designadamente através de viveiros de empresas

**Objetivo Específico 3.1.1** - Promover o empreendedorismo qualificado e criativo, enquanto potencial de inovação e regeneração dos tecidos económicos setoriais e regionais

---

De acordo com o *Global Entrepreneurship Monitor (GEM) Açores 2012*, a taxa de atividade empreendedora *early-stage* (tea) – principal índice do GEM – nos Açores é de 5%, a quinta mais baixa no *ranking* do universo GEM 2012 e a terceira mais baixa no contexto das economias orientadas para a inovação. O estudo revela ainda que a proporção de empreendedores *early-stage* do sexo masculino corresponde a 6% da população adulta masculina e a proporção do sexo feminino corresponde a 3,5% da população adulta feminina.

Por outro lado, o Plano Estratégico para o Fomento do Empreendedorismo da Região Autónoma dos Açores (PEFERAA) 2013-2016 destaca os domínios "capital humano" e "empresas e mercados" como os de intervenção prioritária, no primeiro caso em consequência dos níveis de formação da população e, no segundo caso, pela reduzida dimensão do mercado local e pela dificuldade de acesso aos mercados externos à Região. Também o domínio "cultura empreendedora" merece particular atenção neste plano, uma vez que a mentalidade dominante na região é pouco propensa ao empreendedorismo.

O fomento e o apoio a iniciativas no âmbito do empreendedorismo afigura-se como uma das vias para colmatar algumas falhas e lacunas no desenvolvimento do espírito empresarial açoriano, derivadas não só do estágio de desenvolvimento da economia da Região, mas também de alguma preponderância do setor público, que inibe a afirmação de uma mentalidade mais empreendedora e mais aberta à assunção de riscos. Pela experiência adquirida neste domínio, o fomento do empreendedorismo não deverá sustentar-se exclusivamente em apoios financeiros aos planos de negócios, mas noutras ações de natureza promocional, de demonstração e de criação de condições para o desenvolvimento do espírito empreendedor.

Neste domínio, considera-se essencial adotar mecanismos inseridos no âmbito das Ações Coletivas, assentes em justificativas relacionadas com Estratégias de Eficiência Coletiva, que tenham como áreas de intervenção a difusão da inovação tecnológica, a cooperação empresarial, o empreendedorismo qualificado e de base tecnológica, a valorização

dos recursos humanos, bem como a criação de mecanismos complementares de financiamento, nomeadamente os inseridos em instrumentos de engenharia financeira.

O resultado esperado das intervenções a apoiar neste domínio prende-se com o estímulo da dinâmica empreendedora na Região, designadamente por via de uma maior intervenção ao nível dos jovens qualificados.

**Quadro 3 (3.1.1) Indicadores de Resultado**

ID	Indicador	Unidade de medida	Categoria da região	Valor de base	Ano de base	Valor Alvo (2023)	Fonte dos dados	Frequência de relatório
	Proporção dos nascimentos de empresas em setores de alta e média alta tecnologia e serviços intensivos em conhecimento	%	MD	3,5%	2011	4,2%	INE	Anual

#### Ações a Apoiar

<b>Tipologia de ações</b>	<p>As ações a desenvolver inserem-se, muito em particular, em duas vertentes: uma dirigida a apoios diretos à criação de empresas por jovens empreendedores, pretendendo-se por esta via aumentar significativamente o indicador Taxa de Atividade Empreendedora (TAE) nos Açores; e uma outra dirigida à criação das condições estruturantes de fomento do empreendedorismo. Considera-se que as duas vertentes devem estar devidamente articuladas e que a segunda emerge como condição essencial para que se possam atingir resultados ao nível da criação de empresas, especialmente em áreas de importância estratégica para os Açores associadas a novos setores emergentes e à aplicação de conhecimento na economia regional.</p> <p>O conjunto relativamente alargado de ações propostas encontra-se devidamente enquadrado e estruturado num documento estratégico específico - o Plano Estratégico para o Fomento do Empreendedorismo -, onde foram consideradas as seguintes tipologias de intervenção:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Projeto Startup Azores - Condições para a atração e fixação na Região de empreendedores qualificados em áreas de negócio alinhadas com os setores emergentes nos Açores e nos quais existe falta de conhecimento e de competências ao nível dos recursos humanos locais, incluindo o espaço da emigração açoriana: <ul style="list-style-type: none"> <li>- Ações de divulgação e de promoção da Região enquanto espaço particularmente favorável ao empreendedorismo;</li> <li>- Apoio ao acesso a redes e serviços de apoio internacionais.</li> </ul> </li> <li>• Projeto Empreende Açores – Formação-ação para fomento do empreendedorismo relacionado com os produtos endógenos dos Açores: <ul style="list-style-type: none"> <li>- Projeto de divulgação do potencial económico dos recursos endógenos da Região;</li> <li>- Projetos de exploração de novos canais de distribuição para produtos e serviços de empresas açorianas.</li> </ul> </li> </ul>
---------------------------	--

	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Projeto de incubadoras de base tecnológica e de base local <ul style="list-style-type: none"> <li>– Desenvolvimento de incubadoras, seja de base tecnológica, inseridas nos futuros parques de ciência e tecnologia em desenvolvimento na região, seja de base local, inseridas em planos locais orientados para as comunidades, ao nível de ilha ou concelho para acolherem novas empresas e auxiliarem o seu desenvolvimento nos primeiros tempos de atividade.</li> </ul> </li> <li>• Projeto de dinamização de <i>business angels</i> <ul style="list-style-type: none"> <li>– Formas de financiamento à atividade empreendedora nos Açores, em particular ao nível da dinamização da atividade de <i>business angels</i>.</li> </ul> </li> <li>• Programa de Educação em Empreendedorismo, aplicado a alunos do 2.º e 3.º ciclo do ensino básico, a alunos do ensino secundário e ensino profissional: <ul style="list-style-type: none"> <li>– Seminários e <i>workshops</i> orientados para alunos e professores para a adoção de um novo espírito de iniciativa e dinamismo empreendedor, gerando uma mudança de atitudes e comportamentos que estabeleça uma predisposição para empreender e, a longo prazo, potenciar o surgimento de mais e melhores empresas;</li> <li>– Criação de metodologias que potenciem a desmistificação do erro, do risco e da tomada de decisões, bem como o incentivo ao espírito de iniciativa, de cooperação e de competitividade, através da partilha de experiências, ideias e soluções.</li> </ul> </li> <li>• Projeto Empreende Jovem: <ul style="list-style-type: none"> <li>– Promoção de um sistema de incentivos específicos para apoio à criação de empresas por parte de jovens qualificados em diversos setores de atividade, incluindo as indústrias criativas.</li> </ul> </li> <li>• Projeto Observatório da Inovação e Empreendedorismo <ul style="list-style-type: none"> <li>– Implementação de uma estrutura de monitorização da evolução do sistema regional de inovação e do ecossistema do empreendedorismo dos Açores.</li> </ul> </li> <li>• Projeto dirigido a iniciativas de resposta a riscos e oportunidades comuns: <ul style="list-style-type: none"> <li>– Criação e dinamização de redes de suporte às empresas e empreendedores;</li> <li>– Ações de sensibilização para os fatores críticos da competitividade e para o espírito empresarial;</li> <li>– Estudos de mercados tecnológicos e oportunidades de inovação;</li> </ul> </li> <li>• Atividades de animação, coordenação e gestão de parcerias.</li> </ul>
<b>Território alvo específico</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Região Autónoma dos Açores.</li> </ul>
<b>Tipologia de beneficiário</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Empresas Privadas</li> <li>– Administração Pública Regional e Local</li> <li>– Entidades públicas e privadas sem fins lucrativos</li> <li>– Institutos, Empresas e Associações Públicas</li> </ul>
<b>Principal grupo alvo</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Empresas</li> </ul>

#### Princípios orientadores para a seleção das operações

- Adequação do projeto à estratégia do PO Açores em matéria de fomento do empreendedorismo:
  - Coerência da operação com o Plano Estratégico para o Fomento do Empreendedorismo da Região 2013-2016.
  - Grau de relevância estratégica da operação proposta, em termos regionais ou sectoriais.
- Contributo para a coesão social e territorial:
  - Contributo da operação para o reforço da coesão territorial da Região.
  - Contributo da operação para a promoção do espírito empresarial, designadamente o empreendedorismo qualificado e criativo.
- Capacidade de gerar resultados para o desenvolvimento territorial da Região:
  - Os efeitos esperados da operação medidos através dos indicadores de resultado e de de realização.
  - Contributo da operação para a geração de emprego.
  - Coerência da operação com a fundamentação da sua necessidade e oportunidade, designadamente em matéria de fomento e apoio a iniciativas no âmbito do empreendedorismo.
  - Qualidade técnica da operação, nomeadamente no que respeita à coerência entre o perfil dos destinatários, os conteúdos, a metodologia e a duração da intervenção, bem como no que se refere aos métodos de avaliação da execução e dos resultados da intervenção.
- Contributo para as políticas horizontais da UE (promoção da igualdade de oportunidades, em função do género, da deficiência e de outras causas de discriminação, desenvolvimento sustentável).

As operações enquadradas em sistemas de incentivos serão seleccionadas à luz do respeito pelas regras em matéria de auxílios de estado, sendo que os critérios de seleção constam dos documentos regulamentares relativos aos sistemas de incentivos notificados e autorizados pela CE.

#### Utilização prevista dos instrumentos financeiros

Em estudo.

#### Utilização prevista dos grandes projetos

Não aplicável.

**Quadro 5 (3.1.1) Indicadores de Realização da Prioridade de Investimento**

ID	Indicador	Unidade de medida	Fundo	Categoria da região	Valor Alvo (2023)	Fonte dos dados	Frequência de relatório
ICC	Nº de novas empresas apoiadas	N.º	FEDER	MD	*	SI	Anual
	Nº de empreendedores alvo de ações de capacitação de empreendedorismo	Nº	FEDER	MD	*	SI	Anual

\* Em fase de apuramento.

**Prioridade de Investimento 3.2** - O desenvolvimento e a aplicação de novos modelos empresariais para as PME, especialmente no que respeita à internacionalização

**Objetivo Específico 3.2.1** - Reforçar a capacitação empresarial visando a abertura das empresas regionais aos mercados exteriores

---

A análise à intensidade exportadora dos Açores revela que a Região melhorou substancialmente o seu desempenho no contexto nacional ao longo da última década: em 2001 apenas 1,2% do VAB gerado na Região correspondia a exportações, ao passo que em 2011, a representatividade das exportações no VAB se cifrou em 3,6%, valor este que, contudo, se considera ainda insuficiente.

As características específicas da realidade de arquipélago influenciam a atividade exportadora, devido aos elevados custos de contexto induzidos pela sua posição ultraperiférica (que se refletem nas maiores dificuldades em escoar e em fazer chegar os seus produtos aos mercados externos), ao défice de acessibilidades que é fruto da fragmentação do território, à exiguidade do mercado regional, à ausência ou insuficiência de diversificação económica e às dificuldades acrescidas de retenção e atração de capital humano qualificado.

A superação de alguns destes constrangimentos passa, designadamente, pelo conhecimento dos mercados, pelo desenvolvimento e promoção internacional de marcas, pela promoção e *marketing* e pela prospeção e presença em mercados exteriores. Importa ainda promover uma aposta efetiva na qualidade dos produtos e dos serviços e na consequente certificação da qualidade, criar incentivos à exportação e apostar de forma contínua na produtividade e competitividade. A promoção e divulgação turística orientada para os potenciais mercados externos emissores de visitantes constituem, em paralelo, iniciativas geradoras de uma maior abertura ao exterior e de captação de fluxos turísticos para a Região.

As ações desenvolvidas no passado revelam a oportunidade para uma maior integração de esforços e de concentração dos meios, de forma bem orientada para os nichos de mercado onde a produção regional poderá competir. Ao nível empresarial, torna-se necessário incutir a necessidade de desenvolver estratégias empresariais de expansão baseadas na possibilidade da exportação, por oposição a estratégias de restrição ao mercado local de ilha/Região.

O resultado esperado por via das intervenções a apoiar prende-se com a reorientação da produção económica regional para produtos e serviços transacionáveis, bem como o aumento da presença do “destino Açores” nos mercados internacionais geradores de fluxos turísticos.

Quadro 3 (3.2.1) Indicadores de Resultado

ID	Indicador	Unidade de medida	Categoria da região	Valor de base	Ano de base	Valor alvo (2023)	Fonte dos dados	Frequência de relatório
	Valor de exportações/VVN nas empresas	%	MD	2,9%	2012p	4,3%	INE	Anual
	Dormidas de estrangeiros na hotelaria tradicional	%	MD	595 762	2012	4%	SREA	Anual

#### Ações a Apoiar

<b>Tipologia de ações</b>	<p>As ações propostas enquadram-se numa visão de futuro no domínio da internacionalização, promovendo-se a integração das empresas em redes de acordos interempresariais, numa ótica de cooperação e de parceria entre as empresas regionais e com empresas externas ao arquipélago, que se assumam como estrategicamente importantes. De realçar ainda a importância da digitalização da economia e da sensibilização dos atores regionais para a mudança associada à substituição de uma visão assente em “mercados internacionais” para “mercados globais”.</p> <p>Estes incentivos são também especialmente dirigidos ao alargamento da base económica de exportação, à produção de bens transacionáveis inseridos em cadeias de valor associadas a recursos endógenos, a serviços de valor acrescentado e ao turismo, corporizando as três grandes áreas temáticas de especialização definidas, contemplando designadamente apoios às exportações, à criação de valor acrescentado, à mudança do perfil de especialização da economia regional e ao desenvolvimento de massa crítica e criação de novos modelos empresariais, mais consentâneos com a internacionalização da economia açoriana.</p> <p>As ações neste objetivo enquadram-se, igualmente, dentro dos parâmetros correntes das ações de promoção e divulgação no exterior através de, designadamente:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Projetos conjuntos e em parceria que promovam a presença internacional das empresas regionais;</li> <li>• Participação das empresas regionais em redes nacionais e internacionais e em processos colaborativos de internacionalização;</li> <li>• Ações de conhecimento e prospeção dos mercados (em parceria);</li> <li>• Projetos que visem a cooperação interempresarial ou a aplicação de novos modelos de negócio;</li> <li>• Ações de formação e capacitação para as práticas de internacionalização;</li> <li>• Atividades de promoção, divulgação e imagem internacionais dos setores e atividades com relevância para a economia regional;</li> <li>• Missões empresariais;</li> </ul>
---------------------------	---

	<ul style="list-style-type: none"> <li>· Ações coletivas de conhecimento, prospeção e promoção turísticas.</li> </ul>
<i><b>Território alvo específico</b></i>	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Os beneficiários das ações a promover encontram-se sediados no território regional. Porém, pela natureza do objetivo específico e de algumas ações a desenvolver, estas decorrem ou terão expressão material e financeira maioritariamente no exterior (promoção e divulgação turística, de produtos regionais, entre outros).</li> </ul>
<i><b>Tipologia de beneficiário</b></i>	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Empresas Privadas</li> <li>– Institutos, Empresas e Associações Públicas</li> <li>– Entidades públicas e privadas sem fins lucrativos</li> <li>– Administração Pública Regional e Local.</li> </ul>
<i><b>Principal grupo alvo</b></i>	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Empresas</li> </ul>

#### **Princípios orientadores para a seleção das operações**

- Adequação do projeto à estratégia do PO Açores em matéria de reforço da capacitação e internacionalização de empresas:
  - Grau de relevância estratégica da operação proposta, em termos regionais ou sectoriais.
- Contributo para a coesão social e territorial:
  - Contributo da operação para o reforço da coesão territorial da Região.
  - Contributo da operação para o desenvolvimento de novos modelos empresariais, tendo em vista a internacionalização.
- Capacidade de gerar resultados para o desenvolvimento territorial da Região:
  - Os efeitos esperados da operação medidos através dos indicadores de resultado e de realização.
  - Contributo da operação para a geração de emprego.
  - Coerência da operação com a fundamentação da sua necessidade e oportunidade, designadamente em matéria de desenvolvimento de novos modelos empresariais e abertura das empresas regionais ao exterior.
  - Qualidade técnica da operação, nomeadamente no que respeita à coerência entre o perfil dos destinatários, os conteúdos, a metodologia e a duração da intervenção, bem como no que se refere aos métodos de avaliação da execução e dos resultados da intervenção.
- Contributo para as políticas horizontais da UE (promoção da igualdade de oportunidades, em função do género, da deficiência e de outras causas de discriminação, desenvolvimento sustentável).

As operações enquadradas em sistemas de incentivos serão selecionadas à luz do respeito pelas regras em matéria de auxílios de estado, sendo que os critérios de seleção constam dos documentos regulamentares relativos aos sistemas de incentivos notificados e autorizados pela CE.



**Utilização prevista dos instrumentos financeiros**

Em estudo.

**Utilização prevista dos grandes projetos**

Não aplicável.

**Quadro 5 (3.2.1) Indicadores de Realização da Prioridade de Investimento**

ID	Indicador	Unidade de medida	Fundo	Categoria da região	Valor Alvo (2023)	Fonte dos dados	Frequência de relatório
ICC	Nº de empresas que beneficiam do apoio	N.º	FEDER	MD	*	SI	Anual
	Nº de projetos de promoção turística	N.º	FEDER	MD	*	SI	Anual

\* Em fase de apuramento.

**Prioridade de Investimento 3.3** - A concessão de apoio à criação e ao alargamento de capacidades avançadas de desenvolvimento de produtos e serviços

**Objetivo Específico 3.3.1** - Reforçar a capacitação empresarial das empresas regionais para a competitividade.

De acordo com a Carta Regional de Competitividade da Região Autónoma dos Açores, os diagnósticos realizados ao tecido empresarial açoriano revelam fragilidades no domínio das práticas de gestão e na capacitação dos empresários regionais face a um contexto de globalização económica cada vez mais presente e uma baixa produtividade das empresas regionais, reforçando assim algumas das recomendações já elaboradas anteriormente, designadamente a necessidade da aposta na cooperação interempresarial e interinstitucional. Esta cooperação pressupõe que as esferas de competência do Governo, das empresas e dos centros de saber sejam substituídas por espaços de cooperação institucionalizada, evitando a duplicação de iniciativas.

Paralelamente, pretende-se reforçar e alargar a carteira de atividades e produtos transacionáveis, tendo em vista um melhor posicionamento no contexto nacional e internacional e, consequentemente, a criação de riqueza, concomitante com um forte incremento da produtividade e criação de empregos.

Os resultados esperados visam o reforço da capacidade empresarial tendo em vista uma aposta renovada na qualidade e diferenciação de alguns produtos, especialmente os baseados nos recursos naturais da Região (produtos alimentares, produtos turísticos, produtos associados à exploração do recurso marinho, produtos locais diversificados com elevado aumento na cadeia de valor), associando, de forma inteligente, inovação e tradição e complementarmente, desenvolver estratégias de marketing e comunicação, que vinculem a Região a uma imagem de competitividade e mais-valia ambiental.

**Quadro 3 (3.3.1) Indicadores de Resultado**

ID	Indicador	Unidade de medida	Categoria da região	Valor de base	Ano de base	Valor alvo (2023)	Fonte dos dados	Frequência de relatório
	(Em definição)							

**Tipologia de ações**

Consideram-se estruturantes para a concretização do objetivo específico de reforço da capacitação empresarial das empresas regionais, as seguintes tipologias:

- Incentivos dirigidos ao reforço da capacitação empresarial das empresas regionais para a competitividade e alargamento das capacidades avançadas de desenvolvimento de produtos e serviços, com vista nomeadamente ao aumento da produtividade das empresas e da sua capacidade de inovação (em sentido lato, não apenas na sua ligação à I&D) e de exportação. Os incentivos serão direcionados para a promoção de uma maior agilização entre os centros de saber e as empresas, majorando-se projetos que se insiram em estratégias no domínio das Ações Coletivas. Será igualmente promovido o desenvolvimento de ações que visem a sensibilização dos atores económicos para a importância das questões relacionadas com a investigação, desenvolvimento e inovação, bem como da qualidade.

Considerando o ponto de partida no relacionamento entre os centros de conhecimento e as empresas, com um relativo desconhecimento entre ambas as partes acerca das necessidades e potencialidades existentes, será incentivado o desenvolvimento de projetos-piloto e de soluções tecnologicamente inovadoras, demonstradores do potencial económico associado à investigação feita nos Açores. A qualidade revela-se igualmente como um aspeto essencial para a competitividade das empresas regionais, pelo que será dado continuidade ao incentivo à Certificação no âmbito do Sistema Português da Qualidade.

- Projetos dirigidos ao reforço das capacidades no âmbito das indústrias criativas e culturais, desenvolvimento e engenharia de produtos, TIC, eficiência energética, serviços e processos, incluindo a criação ou o reforço das capacidades laboratoriais, consultoria e apoio à inovação, criação e registo de marcas, bem como à certificação de produtos, serviços ou sistemas de gestão, relevantes para a competitividade e inovação da empresa.
- Ações coletivas de apoio à clusterização em domínios estratégicos regionais de especialização inteligente.
- Incentivos ao desenvolvimento de economias de aglomeração, através do apoio à cooperação entre empresas e outros atores relevantes para o desenvolvimento das fileiras produtivas em que se inserem e dos territórios em que se localizam.
- Ações de sensibilização junto dos empresários para os fatores críticos da competitividade e ações de formação integradas em projetos de investimento de capacitação empresarial das empresas regionais.
- Incentivos às empresas, dirigidos à capacitação empresarial, e iniciativas em parceria ou outras ações de carácter estratégico e estruturante, lideradas por instituições públicas ou por entidades privadas sem fins lucrativos.
- Projetos de reforço das capacidades de organização e gestão, incluindo investimento em TIC para acesso aos mercados através de presença efetiva na economia digital.
- Estudos de novos mercados, tecnologias e oportunidades de inovação.

	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Promoção de atividades de animação, coordenação e gestão de parcerias, assim como dinamização de redes de suporte às empresas e empreendedores.</li> </ul>
<b>Território alvo específico</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Região Autónoma dos Açores</li> </ul>
<b>Tipologia de beneficiário</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Empresas Privadas</li> <li>– Institutos, Empresas e Associações Públicas</li> <li>– Entidades públicas e privadas sem fins lucrativos</li> <li>– Administração Pública Regional e Local</li> </ul>
<b>Principal grupo alvo</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Empresas.</li> </ul>

#### Princípios orientadores para a seleção das operações

- Adequação do projeto à estratégia do PO Açores em matéria de reforço da capacitação das empresas regionais para a competitividade:
  - Grau de relevância estratégica da operação proposta, em coerência com a Agenda para a Competitividade e Emprego dos Açores e Carta Regional da Competitividade.
- Contributo para a coesão social e territorial:
  - Contributo da operação para o reforço da coesão territorial da Região.
  - Contributo da operação para o reforço das capacidades avançadas de desenvolvimento de produtos e serviços.
- Capacidade de gerar resultados para o desenvolvimento territorial da Região:
  - Os efeitos esperados da operação medidos através dos indicadores de resultado e de realização.
  - Contributo da operação para a geração de emprego.
  - Coerência da operação com a fundamentação da sua necessidade e oportunidade, designadamente em matéria de capacitação das empresas regionais para a competitividade.
  - Qualidade técnica da operação, nomeadamente no que respeita à coerência entre o perfil dos destinatários, os conteúdos, a metodologia e a duração da intervenção, bem como no que se refere aos métodos de avaliação da execução e dos resultados da intervenção.
- Contributo para as políticas horizontais da UE (promoção da igualdade de oportunidades, em função do género, da deficiência e de outras causas de discriminação, desenvolvimento sustentável).

As operações enquadradas em sistemas de incentivos serão selecionadas à luz do respeito pelas regras em matéria de auxílios de estado, sendo que os critérios de seleção constam dos documentos regulamentares relativos aos sistemas de incentivos notificados e autorizados pela CE.

**Utilização prevista dos instrumentos financeiros**

Ponto a incluir em fase posterior.

**Utilização prevista dos grandes projetos**

Não aplicável.

**Quadro 5 (3.3.1) Indicadores de Realização da Prioridade de Investimento**

ID	Indicador	Unidade de medida	Fundo	Categoria da região	Valor alvo (2023)	Fonte dos dados	Frequência de relatório
ICC	Nº de empresas que beneficiam do apoio	Nº	FEDER	MD	*	SI	Anual

\* Em fase de apuramento.

**Prioridade de Investimento 3.4** - A concessão de apoio às capacidades das PME de crescerem em mercados regionais, nacionais e internacionais e de empreenderem processos de inovação

**Objetivo Específico 3.4.1** - Reforçar e requalificar a escala da produção económica privada através da dinamização do investimento empresarial de expansão e de modernização.

Na estrutura e dinâmica empresarial global dos Açores predominam as micro e as pequenas empresas, que se defrontam com dificuldades de consolidação de economias de escala, de acesso a grandes mercados e de escoamento dos produtos. Em particular, as microempresas açorianas defrontam-se com mercados exíguos (sendo que alguns não ultrapassam os três a cinco mil consumidores), mas desempenham um papel insubstituível na provisão de bens e serviços, justificando, portanto, a existência de apoios e incentivos adequados, para a sua modernização e atualização dos respetivos processos produtivos.

No quadro territorial específico dos Açores justifica-se, por conseguinte, o recurso e implementação de um sistema de incentivos de base regional, dirigido à dinamização do investimento empresarial de expansão e modernização da capacidade produtiva regional e à requalificação de setores de forte potencial de crescimento e emprego, incluindo apoio às empresas para compensação dos custos do exercício da atividade económica nos Açores.

Os setores de especialização produtiva dos Açores carecem ainda de investimentos associados a processos de modernização das estruturas produtivas de base regional, de promoção da eficiência e da produtividade, bem como de diversificação das suas atividades em direção a propostas de maior valor acrescentado e que visem a criação de emprego.

O resultado esperado consistirá, assim, no aumento dos níveis de produção económica privada na Região, associados a acréscimos de competitividade e produtividade nas empresas de pequena e média dimensão da Região.

**Quadro 3 (3.4.1) Indicadores de Resultado**

ID	Indicador	Unidade de medida	Categoria da região	Valor de base	Ano de base	Valor alvo (2023)	Fonte dos dados	Frequência de relatório
	Aumento da participação do setor industrial, comercial e serviços na formação do VAB regional	%	MD			*	SREA	Anual

\* Em fase de apuramento.

## Ações a Apoiar

<b>Tipologia de ações</b>	<p>As ações a privilegiar visam o apoio a investimentos em atividades ditas tradicionais, associados a processos de modernização, com o propósito de aumentar a eficiência (incluindo, por exemplo, ao nível da eficiência energética) e, por esta via, a produtividade, bem como de diversificação das suas atividades em direção a produtos de maior valor acrescentado, incluindo apoio às empresas para compensação dos custos do exercício da atividade económica nos Açores.</p> <p>As tipologias de ações a apoiar concentram-se, essencialmente, nos projetos de investimento com a CAE relacionada com atividades de transformação industrial, construção, comércio, transportes e turismo e serviços diversos, bem como o apoio às empresas e às famílias, que serão submetidos a uma linha específica do sistema de incentivos ao investimento empresarial da Região Autónoma dos Açores.</p> <p>Serão ainda considerados sob esta tipologia de investimento os apoios à constituição e funcionamento de entidades que prestem serviços de interesse económico geral na área da execução de políticas que estimulem o desenvolvimento de empresas regionais, visando a sua competitividade e produtividade.</p>
<b>Território alvo específico</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>- Região Autónoma dos Açores.</li></ul>
<b>Tipologia de beneficiário</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>- Empresas Privadas</li><li>- Institutos, Empresas e Associações Públicas</li><li>- Entidades públicas e privadas sem fins lucrativos</li><li>- Administração Pública Regional e Local</li></ul>
<b>Principal grupo alvo</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>- Empresas</li></ul>

## Princípios orientadores para a seleção das operações

- Adequação do projeto à estratégia do PO Açores em matéria de expansão, dinamização e requalificação do investimento empresarial:
  - Grau de relevância estratégica da operação proposta, em coerência com a Agenda para a Competitividade e Emprego dos Açores e Carta Regional da Competitividade.
- Contributo para a coesão social e territorial:
  - Contributo da operação para o reforço da coesão territorial da Região.
  - Contributo da operação para a expansão, dinamização e requalificação do investimento empresarial.
- Capacidade de gerar resultados para o desenvolvimento territorial da Região:
  - Os efeitos esperados da operação medidos através dos indicadores de resultado e de realização.



- Contributo da operação para a geração de emprego.
  - Coerência da operação com a fundamentação da sua necessidade e oportunidade, designadamente em matéria de expansão, dinamização e requalificação do investimento empresarial.
  - Qualidade técnica da operação, nomeadamente no que respeita à coerência entre o perfil dos destinatários, os conteúdos, a metodologia e a duração da intervenção, bem como no que se refere aos métodos de avaliação da execução e dos resultados da intervenção.
- Contributo para as políticas horizontais da UE (promoção da igualdade de oportunidades, em função do género, da deficiência e de outras causas de discriminação, desenvolvimento sustentável).

As operações enquadradas em sistemas de incentivos serão selecionadas à luz do respeito pelas regras em matéria de auxílios de estado, sendo que os critérios de seleção constam dos documentos regulamentares relativos aos sistemas de incentivos notificados e autorizados pela CE.

#### Utilização prevista dos instrumentos financeiros

Em estudo.

#### Utilização prevista dos grandes projetos

Não aplicável

**Quadro 5 (3.4.1) Indicadores de Realização da Prioridade de Investimento**

ID	Indicador	Unidade de medida	Fundo	Categoria da região	Valor alvo (2023)	Fonte dos dados	Frequência de relatório
ICC	Nº de empresas que beneficiam do apoio	N.º	FEDER	MD	*	SI	Anual

\* Em fase de apuramento.

## Eixo Prioritário 4: Economia de Baixo Carbono

**Prioridade de Investimento 4.1 - A promoção da produção e distribuição de energia proveniente de fontes renováveis**

**Objetivo Específico 4.1.1 -** Aumentar a penetração das energias renováveis na produção de energia elétrica.

Em termos gerais, considerando os diversos setores da economia e da sociedade, nos Açores observa-se uma dependência energética. Não obstante, tem-se verificado um crescimento considerável na penetração das energias renováveis na produção de energia elétrica. Para além da produção a partir de fluidos de alta entalpia (energia geotérmica), existe o aproveitamento de outras fontes renováveis, como a energia eólica, a hídrica ou a solar. A configuração do sistema electroprodutor dos Açores é tributário das características do território, nomeadamente da existência de nove centros produtores, nove sistemas de transporte e de distribuição, independentes entre si.

A diversificação das fontes de abastecimento energético de origem renovável, reduzindo a dependência energética, é um dos objetivos da política energética regional. Elevar a taxa de penetração das energias renováveis para a produção de energia elétrica em 50%, até 2018, evitando a emissão de aproximadamente 157.642 t de CO<sub>2</sub> por ano, constitui uma das metas regionais definidas pelo Plano Estratégico para a Energia nos Açores.

Neste contexto, serão construídas algumas unidades de produção de energia elétrica a partir de recursos renováveis, em articulação, quando justificável, com a construção de sistemas de armazenagem de energia elétrica, tais como pequenas centrais hídricas reversíveis.

O resultado esperado será cumprir e ultrapassar as metas propostas na estratégia 2020 para este setor.

**Quadro 3 (4.1.1) Indicadores de Resultado**

ID	Indicador	Unidade de medida	Categoria da região	Valor de base	Ano de base	Valor alvo (2023)	Fonte dos dados	Frequência de relatório
	Penetração dos recursos renováveis na produção de energia elétrica	%	MD	34,7%	2013	61%	DREn/EDA	Anual

#### Ações a Apoiar

<b>Tipologia de Ações</b>	<p>Como exemplo de ações a apoiar temos:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Projeto “Corvo Verde” – é um projeto a desenvolver na pequena ilha do Corvo (16 km2 de superfície, 340 habitantes) que consiste na substituição da utilização de GPL por sistemas que permitem a utilização de energias alternativas;</li><li>• Projeto “Younicos” (Graciosa) – criação de um sistema de produção eólica associado a um fotovoltaico, que permitirá o armazenamento de eletricidade, para utilização posterior, através de baterias próprias;</li><li>• Projeto da “Hídrica Reversível” (São Miguel e Terceira) - armazenamento no período de vazio, de energia associado à produção hídrica, entre lagoas desniveladas e utilização para produção no período fora do vazio;</li><li>• Projeto de “Central Fotovoltaica” (São Miguel) - instalação de sistemas fotovoltaicos para aproveitamento solar.</li></ul>
<b>Território alvo específico</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>– Região Autónoma dos Açores</li></ul>
<b>Tipologia de beneficiário</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>– Empresas Privadas</li><li>– Institutos, Empresas e Associações Públicas</li><li>– Entidades públicas e privadas sem fins lucrativos</li><li>– Administração Pública Regional e Local</li></ul>
<b>Principal grupo alvo</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>– Cidadãos e as empresas.</li></ul>

#### Princípios orientadores para a seleção das operações

- Adequação do projeto à estratégia do PO Açores em matéria de apoio à transição para uma economia com baixas emissões de carbono em todos os setores:
  - Contribuição para o objetivo de crescimento sustentável da Estratégia Europa 2020.
  - Coerência da operação com o Plano Estratégico para a Energia nos Açores.
  - Grau de relevância estratégica da operação proposta, em termos regionais ou sectoriais.
- Contributo para a coesão social e territorial:
  - Contributo para o reforço da coesão territorial da Região.
  - Contributo para a redução da fatura energética das famílias.
- Capacidade de gerar resultados para o desenvolvimento territorial da Região:
  - Os efeitos esperados da operação medidos através dos indicadores de resultado e de realização.

- Contributo da operação para a geração de emprego.
- Coerência da operação com a fundamentação da sua necessidade e oportunidade, designadamente em matéria de produção e distribuição de fontes renováveis.
- Qualidade técnica da operação, nomeadamente no que respeita à coerência entre o perfil dos destinatários, os conteúdos, a metodologia e a duração da intervenção, bem como no que se refere aos métodos de avaliação da execução e dos resultados da intervenção.
- Contributo para as políticas horizontais da UE (promoção da igualdade de oportunidades, em função do género, da deficiência e de outras causas de discriminação, desenvolvimento sustentável).

#### Utilização prevista dos instrumentos financeiros

Ponto a incluir em fase posterior.

#### Utilização prevista dos grandes projetos

Não aplicável.

**Quadro 5 (4.1.1) Indicadores de Realização da Prioridade de Investimento**

ID	Indicador	Unidade de medida	Fundo	Categoria da região	Valor alvo (2023)	Fonte dos dados	Frequência de relatório
	Capacidade suplementar de produção de eletricidade a partir de fontes renováveis	MWh	FEDER	MD	470500	DREn/EDA	Anual

**Prioridade de Investimento 4.2 - A promoção da eficiência energética e da utilização das energias renováveis nas empresas**

**Objetivo Específico 4.2.1 -** Aumentar a eficiência energética nas empresas, apoiando a implementação de medidas de eficiência energética e racionalização dos consumos

O custo energético nas contas de exploração de algumas empresas regionais é um dos fatores críticos da competitividade, em algumas das produções regionais de bens e serviços com intensidade energética significativa (em 2013, a “indústria” e os “serviços”, representavam 49,7% do consumo de energia elétrica).

Em termos gerais e em particular no atual contexto económico e financeiro, a racionalização de custos e a eficiência na utilização dos recursos é determinante para a vida das empresas, justificando-se medidas de política para a eficiência energética em contexto empresarial.

A estratégia associada à concretização deste objetivo assenta no apoio à realização de auditorias energéticas nas unidades empresariais, para que possam ser adotadas melhores práticas, e pelo apoio à reorganização do sistema de abastecimento energético, através da introdução de sistemas e equipamentos mais eficientes.

A esta ligação entre a avaliação da situação de cada empresa e a realização de investimentos para a poupança energética deverão ser adicionadas outras ações que aumentem a valorização do financiamento como a realização de programas de formação dos utilizadores ou a realização de ações de divulgação e de promoção das boas práticas regionais.

Espera-se com esta intervenção, a obtenção de resultados na diminuição do peso relativo das faturas energéticas das empresas melhorando assim, o seu nível de competitividade.

**Quadro 3 (4.2.1) Indicadores de Resultado**

ID	Indicador	Unidade de medida	Valor de base	Ano de base	Valor alvo (2023)	Fonte dos dados	Frequência de relatório
	Redução de intensidade energética nas empresas	MWh	360	2013	-15%	DREn/EDA	Anual

#### Ações a Apoiar

<b>Tipologia de ações</b>	<p>Consideram-se estruturantes para a concretização do objetivo específico de aumentar a eficiência energética nas empresas, as seguintes tipologias de ações:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Auditorias energéticas realizadas por entidades independentes e creditadas para o efeito, com produção de conclusões e recomendações que possam ser traduzidas em ações e projetos que venham a melhorar o desempenho energético.</li><li>• Projetos de investimento baseados e decorrentes dos resultados e recomendações dessas auditorias;</li><li>• Sistemas de monitorização/gestão da energia utilizada quer na produção quer nos demais atos inerentes à laboração, incentivando e apoiando, simultaneamente, a utilização de novas tecnologias de produção provenientes de fonte renováveis.</li></ul>
<b>Território alvo específico</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>– Região Autónoma dos Açores.</li></ul>
<b>Tipologia de beneficiário</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>– Empresas Privadas</li><li>– Institutos, Empresas e Associações Públicas</li><li>– Entidades públicas e privadas sem fins lucrativos</li><li>– Administração Pública Regional e Local</li></ul>
<b>Principal grupo alvo</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>– Empresas</li></ul>

#### Princípios orientadores para a seleção das operações

- Adequação do projeto à estratégia do PO Açores em matéria de apoio à transição para uma economia com baixas emissões de carbono em todos os setores:
  - Contribuição para o objetivo de crescimento sustentável da Estratégia Europa 2020.
  - Coerência da operação com o Plano Estratégico para a Energia nos Açores.
  - Grau de relevância estratégica da operação proposta, em termos regionais ou sectoriais.
- Contributo para a coesão social e territorial:
  - Contributo para o reforço da coesão territorial da Região.
  - Contributo para a coesão social através da geração de emprego.
- Capacidade de gerar resultados para o desenvolvimento territorial da Região:
  - Os efeitos esperados da operação medidos através dos indicadores de resultado e de realização.
  - Contributo da operação para a geração de emprego.

- Coerência da operação com a fundamentação da sua necessidade e oportunidade, designadamente em matéria de redução da fatura energética das empresas.
- Qualidade técnica da operação, nomeadamente no que respeita à coerência entre o perfil dos destinatários, os conteúdos, a metodologia e a duração da intervenção, bem como no que se refere aos métodos de avaliação da execução e dos resultados da intervenção.
- Contributo para as políticas horizontais da UE (promoção da igualdade de oportunidades, em função do género, da deficiência e de outras causas de discriminação, desenvolvimento sustentável).

#### Utilização prevista dos instrumentos financeiros

Não aplicável.

#### Utilização prevista dos grandes projetos

Não aplicável.

**Quadro 5 (4.2.1) Indicadores de Realização da Prioridade de Investimento**

ID	Indicador	Unidade de medida	Fundo	Categoria da região	Valor alvo (2023)	Fonte dos dados	Frequência de relatório
	Diminuição do consumo energético	N.º de empresas	FEDER	MD	80	DREn/ EDA	Anual



**Prioridade de Investimento 4.3** - A concessão de apoio à eficiência energética, à gestão inteligente da energia e à utilização das energias renováveis nas infraestruturas públicas, nomeadamente nos edifícios públicos, e no setor da habitação

**Objetivo Específico 4.3.1** - Aumentar a eficiência energética nas infraestruturas públicas e nas habitações apoiando a implementação de medidas de eficiência energética

Em 2012, a proporção da energia elétrica consumida com iluminação de vias públicas e iluminação de edifícios públicos, no total regional era superior a 14,6%. Neste quadro, pretende-se otimizar os consumos associados à iluminação dos edifícios e das vias públicas, consideradas estas ao nível da Região ou das municipalidades, pela alteração dos equipamentos das luminárias por outros tecnologicamente mais avançados (reforçar a eficiência energética e a racionalização dos consumos nos edifícios e iluminação pública).

Em 2012, o consumo doméstico de energia elétrica por habitante, era de 2.040,2 KWh. Assim, de modo a contribuir para a sua redução ao nível das famílias haverá duas componentes de intervenção: uma que se traduz na comparticipação na aquisição de sistemas fotovoltaicos e/ou de calor, diminuindo a fatura energética a famílias com rendimentos mais reduzidos e o consumo de energia obtido por fontes térmicas tradicionais e uma segunda vertente focada na adequação de atitudes perante o consumo, genericamente relacionadas com o comportamento dos utilizadores.

Será ainda apoiada a monitorização dos consumos energéticos, proporcionando o conhecimento e a análise da informação, devidamente atualizados em tempo real, sobre os consumos para uma amostra de edifícios e vias públicas, permitindo a posterior atuação no sentido de se obter um nível mais elevado de eficiência energética.

Entende-se que será dada uma maior efetividade a este objetivo da política regional de energia de diminuição do peso relativo do consumo energético por parte do setor público, apoiando projetos que permitam promover a eficiência energética no que respeita a iluminação pública, pela redução do consumo elétrico na Administração Pública Regional e Local. No que respeita à diminuição do consumo no setor residencial, outro objetivo de política regional, a aposta centrar-se-á na maior eficiência energética dos respetivos consumos.

**Quadro 3 (4.3.1) Indicadores de Resultado**

ID	Indicador	Unidade de medida	Categoria da região	Valor de base	Ano de base	Valor alvo (2023)	Fonte dos dados	Frequência de relatório
	Redução do consumo de energia primária e aumento da penetração de energias renováveis	MWh	MD	361	2013	-25%	DREn/EDA	Anual

#### Ações a Apoiar

<b>Tipologia de ações</b>	<p>Consideram-se estruturantes para a concretização do objetivo específico de aumentar a eficiência energética no setor público e no setor residencial, os seguintes projetos:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Contratos de gestão e planos de ação de eficiência energética;</li><li>• Estudos prévios necessários à elaboração de cadernos de encargos e programas de procedimentos para os contratos de gestão - edifícios públicos e iluminação pública;</li><li>• Auditorias energéticas e planos de racionalização dos consumos de energia;</li><li>• Ações de informação, de divulgação e comunicação sobre o tema, em simultâneo com um programa a nível das escolas que permite elucidar os jovens sobre a utilização racional de energia;</li><li>• Projetos de eficiência energética, nos termos das obrigações decorrentes da transposição da Diretiva 2010/31/EU.</li></ul>
<b>Território alvo específico</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>– Região Autónoma dos Açores</li></ul>
<b>Tipologia de beneficiário</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>– Empresas Privadas</li><li>– Institutos, Empresas e Associações Públicas</li><li>– Entidades públicas e privadas sem fins lucrativos</li><li>– Administração Pública Regional e Local</li><li>– Instituições Ensino Superior</li></ul>
<b>Principal grupo alvo</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>– Administração Pública;</li><li>– Famílias de menor rendimento.</li></ul>

#### Princípios orientadores para a seleção das operações

- Adequação do projeto à estratégia do PO Açores em matéria de apoio à transição para uma economia com baixas emissões de carbono em todos os setores:
  - Contribuição para o objetivo de crescimento sustentável da Estratégia Europa 2020.
  - Coerência da operação com o Plano Estratégico para a Energia nos Açores.
  - Grau de relevância estratégica da operação proposta, em termos regionais ou sectoriais.
- Contributo para a coesão social e territorial:
  - Contributo para o reforço da coesão territorial da Região.
  - Contributo para a redução dos custos energéticos nas famílias mais desfavorecidas.
  - Contributo para as políticas horizontais da UE (promoção da igualdade de oportunidades, em função do género, da deficiência e de outras causas de discriminação, desenvolvimento sustentável).

- Capacidade de gerar resultados para o desenvolvimento territorial da Região:
  - Os efeitos esperados da operação medidos através dos indicadores de resultado e de realização.
  - Contributo da operação para a geração de emprego.
  - Coerência da operação com a fundamentação da sua necessidade e oportunidade, designadamente em matéria de redução da fatura energética das famílias e na Administração Pública.
  - Qualidade técnica da operação, nomeadamente no que respeita à coerência entre o perfil dos destinatários, os conteúdos, a metodologia e a duração da intervenção, bem como no que se refere aos métodos de avaliação da execução e dos resultados da intervenção.
- Contributo para as políticas horizontais da UE (promoção da igualdade de oportunidades, em função do género, da deficiência e de outras causas de discriminação, desenvolvimento sustentável).

#### Utilização prevista dos instrumentos financeiros

Não aplicável.

#### Utilização prevista dos grandes projetos

Não aplicável.

**Quadro 5 (4.3.1) Indicadores de Realização da Prioridade de Investimento**

ID	Indicador	Unidade de medida	Fundo	Categoria da região	Valor alvo (2023)	Fonte dos dados	Frequência de relatório
	Redução anual do consumo de energia primária nos edifícios públicos	KWh/ano	FEDER	MD	270750	DREn/SREA	Anual

**Prioridade de Investimento 4.5** - *A promoção de estratégias de baixo teor de carbono para todos os tipos de territórios, nomeadamente as zonas urbanas, incluindo a promoção da mobilidade urbana multimodal sustentável e medidas de adaptação relevantes para a atenuação*

**Objetivo Específico 4.5.1** - Promover a mobilidade urbana sustentável

Na Região Autónoma dos Açores o setor dos transportes é um dos maiores consumidores de recursos energéticos de origem fóssil. Este contexto concorre para significativos valores nas emissões de carbono, com destaque para os transportes rodoviários, com implicações na qualidade ambiental - pelo que é o setor onde se podem gerar efetivas poupanças na utilização dos combustíveis e demais derivados do petróleo.

Tendo esta situação de partida como referência, e em linha com estratégia Europa 2020, será apoiada a diversificação energética na utilização de combustíveis no setor dos transportes e apoiadas iniciativas que visem aumentar a eficiência, promovendo-se a transição para tecnologias mais sustentáveis e eficientes.

Dada a existência de múltiplos modos de transportes de bens e passageiros e a complexidade e desconexões territoriais que caracterizam o arquipélago, será criada uma Plataforma de Gestão Integrada de Transportes que irá monitorizar os serviços e sistemas de forma integrada, permitindo uma maior eficiência e operacionalidade no sistema de transporte.

Por outro lado, tendo em consideração que se pretende obter para a Região não só uma maior diversificação energética na utilização de combustíveis, mas também um aumento de eficiência no setor dos transportes, será apoiada a substituição de viaturas por equipamentos que utilizem a eletricidade e o gás. Esta medida irá concorrer para minimizar os impactes ambientais reforçando a imagem de “Região verde, ecologicamente protegida”.

A aposta na diversificação energética apenas será plenamente conseguida com a implementação das diversas medidas previstas no Plano de Mobilidade de Veículos Elétricos (PEMEA), designadamente: a criação de infraestruturas de abastecimento (instalação de postos da rede carregamento de acesso público), da renovação do serviço público de transportes, da formação dos trabalhadores das oficinas.

No período 2014-2020 será dada uma maior efetividade a este objetivo da política regional de energia, associado à diminuição do peso relativo do consumo energético nos transportes, apoiando projetos e criando condições para a difusão da mobilidade sustentável nas diferentes ilhas.

Quadro 3 (4.5.1) Indicadores de Resultado

ID	Indicador	Unidade de medida	Categoria da região	Valor de base	Ano de base	Valor alvo (2023)	Fonte dos dados	Frequência de relatório
	População com acesso a transportes públicos e privados elétricos/gás	%	MD	0	2013	20	DREn/DRTTr	Anual

#### Ações a Apoiar

<b>Tipologia de ações</b>	<p>Consideram-se estruturantes para a concretização do objetivo específico de aumentar a eficiência energética e de diminuir a intensidade energética nos transportes, de aumentar a penetração de veículos elétricos na Região e promover a gestão integrada do setor dos transportes, os seguintes projetos:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Construção de postos de carregamento em pontos estratégicos das ilhas;</li> <li>• Atendendo ao excesso de energia elétrica produzida a partir de recursos renováveis em horas de “vazio” o abastecimento dos veículos seria efetuado com o aproveitamento dessa energia excedentária;</li> <li>• Aquisição de veículos mobilidade urbana;</li> <li>• Estes veículos, numa primeira fase seriam atribuídos a entidades de natureza pública e/ou de utilidade pública para efeitos de demonstração, nas ilhas que seriam selecionadas para experimentação da mobilidade elétrica nos Açores;</li> <li>• Ações de marketing/elucidação para os cidadãos;</li> <li>• Campanhas de sensibilização e informação.</li> </ul>
<b>Território alvo específico</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Região Autónoma dos Açores.</li> </ul>
<b>Tipologia de beneficiário</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Administração Pública Regional e Local</li> <li>– Institutos, Empresas e Associações Públicas</li> <li>– Entidades públicas e privadas sem fins lucrativos</li> </ul>
<b>Principal grupo alvo</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Utilizadores de veículos de transporte rodoviário.</li> </ul>

#### Princípios orientadores para a seleção das operações

- Adequação do projeto à estratégia do PO Açores em matéria de apoio à transição para uma economia com baixas emissões de carbono em todos os setores:
  - Contribuição para o objetivo de crescimento sustentável da Estratégia Europa 2020.
  - Coerência da operação com o Plano de Mobilidade de Veículos Elétricos.
  - Grau de relevância estratégica da operação proposta, em termos regionais ou sectoriais.
- Contributo para a coesão social e territorial:
  - Contributo para o reforço da coesão territorial da Região.
  - Contributo para a redução da fatura energética das famílias.
  - Contributo para a promoção da igualdade de oportunidades, em função do género, da deficiência e de outras causas de discriminação.
- Capacidade de gerar resultados para o desenvolvimento territorial da Região:
  - Os efeitos esperados da operação medidos através dos indicadores de resultado e de realização.
  - Contributo da operação para a geração de emprego.
  - Coerência da operação com a fundamentação da sua necessidade e oportunidade, designadamente em matéria de redução da fatura energética no setor dos transportes.
  - Qualidade técnica da operação, nomeadamente no que respeita à coerência entre o perfil dos destinatários, os conteúdos, a metodologia e a duração da intervenção, bem como no que se refere aos métodos de avaliação da execução e dos resultados da intervenção.
- Contributo para as políticas horizontais da UE (promoção da igualdade de oportunidades, em função do género, da deficiência e de outras causas de discriminação, desenvolvimento sustentável).

#### Utilização prevista dos instrumentos financeiros

Não aplicável.

#### Utilização prevista dos grandes projetos

Não aplicável.

**Quadro 5 (4.5.1) Indicadores de Realização da Prioridade de Investimento**

ID	Indicador	Unidade de medida	Fundo	Categoria da região	Valor alvo (2023)	Fonte dos dados	Frequência de relatório
	Viaturas elétricas/gaz	Nº	FEDER	MD	100	SI	Anual

## **Eixo Prioritário 5: Alterações climáticas e prevenção e gestão de riscos**

**Prioridade de Investimento 5.1** - A concessão de apoio ao investimento para a adaptação às alterações climáticas, incluindo abordagens baseadas nos ecossistemas

**Objetivo Específico 5.1.1** - Reforço do conhecimento dos riscos e consequente capacidade de adaptação às alterações climáticas

---

As ilhas, independentemente de possuírem diferentes características geomorfológicas e enquadramentos climáticos, são referenciadas nos diversos estudos internacionais como territórios bastante vulneráveis às alterações climáticas. A vulnerabilidade dos Açores à alteração climática é elevada, podendo ter efeitos numa multiplicidade de dimensões; desde o ciclo da água, passando pela energia, pela biodiversidade e recursos naturais, pela agricultura e pescas, pela orla costeira.

Na Região existe também uma possibilidade de eventos sísmicos com epicentro no mar (perigosidade sísmica em função proximidade de estruturas ativas submarinas que marginam o território continental português a SW/S). Para além disso, a sublevação do nível do mar, como consequência da evolução do clima, assumir-se-á como uma importante ameaça aos recursos, ecossistemas e infraestruturas costeiras, bem como à segurança das populações, exigindo uma atempada resposta.

Considerando a importância emergente que as alterações climáticas constituem para a sustentabilidade da Região, a Resolução do Conselho do Governo n.º 109/2009, de 30 de Junho, propôs a elaboração de uma Estratégia Regional para as Alterações Climáticas (ERAC), havendo também estudos preliminares no âmbito do grupo de regiões ultraperiféricas. As diversas ações preconizadas nestes documentos enquadram-se apontam, sobretudo, para a necessidade de uma capacitação acrescida, por parte das autoridades regionais, na prevenção, deteção e combate dos efeitos das alterações climáticas.

Nos últimos anos, no âmbito de aplicação regulamentar dos planos municipais de ordenamento do território, muitas destas situações tendem a ser acauteladas não sendo permitidas construções em zonas de elevados riscos naturais (zonas de drenagem natural, zonas com risco de erosão ou zonas sujeitas a fenómenos de instabilidade geotécnica). Não obstante, importa intensificar a aposta na execução de intervenções, integradas e coerentes, que reforcem a capacidade adaptativa às alterações climáticas.

O resultado esperado será a capacitação acrescida, por parte das autoridades regionais, na deteção e combate dos efeitos das alterações climáticas.



Quadro 3 (5.1.1) Indicadores de Resultado

ID	Indicador	Unidade de medida	Categoria da região	Valor de base	Ano de base	Valor alvo (2023)	Fonte dos dados	Frequência de relatório
	População residente em territórios com planos locais ou regionais de identificação de vulnerabilidades e riscos de movimentos de vertente	%	MD	0	2013	100	SRRN	Anual
	Freguesias abrangidas por planos regionais de identificação de vulnerabilidades e riscos de cheias e inundações	Nº	MD	0	2013	8	SRRN	Anual

#### Ações a Apoiar

<b>Tipologia de ações</b>	<p>Realização de ações que permitam obter conhecimentos e dados sobre o impacto das alterações climáticas:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Elaboração e operacionalização do Plano Regional para as Alterações Climáticas (PRAC);</li> <li>• Estudos de vulnerabilidades e riscos de movimentos de vertente, erosão hídrica e inundações;</li> <li>• Cartas de zonas inundáveis, cartas riscos de inundações, cartas de riscos geológicos e planos de gestão desses riscos;</li> <li>• Elaboração de planos de emergência e de contingência de âmbito regional e local.</li> </ul> <p>Realização de estudos e de ações destinados a apoiar os esforços conducentes a uma maior resistência às alterações climáticas, em particular no âmbito da monitorização e prevenção, designadamente:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Projetos de monitorização, prevenção de riscos, de alerta e de resposta a eventos decorrentes de alteração climáticas;</li> <li>• Criação e reforço de sistemas de informação e de alerta, tendo por base o acesso às TIC, criando deste modo a capacidade de comando e controlo na área da proteção civil;</li> <li>• Avaliação de riscos de cheias e deslizamentos, através da sinalização e divulgação dos locais de risco;</li> <li>• Estudos e projetos de execução relativos a renaturalização dos leitos e margens das linhas de água, regularização das linhas água, manutenção, limpeza e desobstrução das linhas de água e margens;</li> <li>• Aquisição de equipamentos e operacionalização de programas de monitorização dos processos de erosão por ação do mar;</li> <li>• Aquisição e operacionalização de equipamento da rede de vigilância sismo-vulcânica e de marmotos.</li> </ul>
---------------------------	--

	<p>Realização de ações destinadas ao reforço da sensibilização, comunicação, cooperação e divulgação em matéria de adaptação às alterações climáticas, incluindo a sensibilização das entidades regionais e locais e dos cidadãos sobre alterações comportamentais, incluindo:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>· Campanhas de sensibilização da população açoriana, de forma a manter e alargar a cultura em matéria de proteção civil e/ou alterações climáticas;</li> <li>· Realização de seminários e de ações de divulgação, de formação e sensibilização das entidades regionais e locais e dos cidadãos em matéria de adaptação às alterações climáticas.</li> </ul>
<b>Território alvo específico</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Região Autónoma dos Açores</li> </ul>
<b>Tipologia de beneficiário</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Administração Pública Regional e Local</li> <li>– Institutos, Empresas e Associações Públicas</li> <li>– Instituições Ensino Superior</li> <li>– Entidades públicas e privadas sem fins lucrativos</li> </ul>
<b>Principal grupo alvo</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>– População residente nos Açores</li> </ul>

#### Princípios orientadores para a seleção das operações

- Adequação do projeto à estratégia do PO Açores em matéria de adaptação às alterações climáticas e a prevenção e gestão de riscos:
  - Contribuição para o objetivo de crescimento sustentável da Estratégia Europa 2020.
  - Coerência da operação com a Estratégia Regional para as Alterações Climáticas.
  - Grau de relevância estratégica da operação proposta, em termos regionais ou sectoriais.
- Contributo para a coesão social e territorial:
  - Contributo para o reforço da coesão territorial da Região.
  - Contributo para o reforço da segurança e proteção dos cidadãos.
  - Contributo para a promoção da igualdade de oportunidades, em função do género, da deficiência e de outras causas de discriminação.
- Capacidade de gerar resultados para o desenvolvimento territorial da Região:
  - Os efeitos esperados da operação medidos através dos indicadores de resultado e de realização.
  - Contributo da operação para a geração de emprego.
  - Coerência da operação com a fundamentação da sua necessidade e oportunidade, designadamente em matéria de adaptação às alterações climáticas e à prevenção e gestão de riscos.

- Qualidade técnica da operação, nomeadamente no que respeita à coerência entre o perfil dos destinatários, os conteúdos, a metodologia e a duração da intervenção, bem como no que se refere aos métodos de avaliação da execução e dos resultados da intervenção.
- Contributo para as políticas horizontais da UE (promoção da igualdade de oportunidades, em função do género, da deficiência e de outras causas de discriminação, desenvolvimento sustentável).

#### Utilização prevista dos instrumentos financeiros

Não aplicável.

#### Utilização prevista dos grandes projetos

Não aplicável.

**Quadro 5 (5.1.1) Indicadores de Realização da Prioridade de Investimento**

ID	Indicador	Unidade de medida	Fundo	Categoria da região	Valor alvo (2023)	Fonte dos dados	Frequência de relatório
	Ações realizadas destinadas ao reforço da sensibilização, comunicação, cooperação e divulgação em matéria de adaptação às alterações climáticas	Nº	FEDER	MD	2	SI	Anual
	Instrumentos legislativos e de planeamento relacionados com a identificação de vulnerabilidades, prevenção de riscos e adaptação aos impactos da alterações climáticas	Nº	FEDER	MD	3	SI	Anual

**Prioridade de Investimento 5.2** - A promoção de investimentos para fazer face a riscos específicos, assegurar a capacidade de resistência às catástrofes e desenvolver sistemas de gestão de catástrofes

**Objetivo Específico 5.2.1** - Aumentar a capacidade de resiliência a situações de catástrofes

---

Os Açores encontram-se expostos a um conjunto diversos de riscos naturais, tecnológicos e ambientais. Os primeiros foram responsáveis pela ocorrência de diversas situações de catástrofe na Região ao longo das últimas décadas. A ocorrência de sismos e de movimentos de massa, mas também a erosão do litoral, as cheias e inundações são alguns dos riscos naturais com maior relevância na Região.

Por sua vez a estrutura de povoamento, caracterizada pela localização dos principais núcleos populacionais junto de linhas de água e ribeiras, bem como sobre falésias da orla costeira ou na proximidade de taludes, locais reconhecidamente mais vulneráveis a riscos naturais como sejam os riscos meteorológicos e geológicos, cheias e inundações, colocam em causa a salvaguarda de pessoas e bens.

A prevenção de riscos coletivos resultantes de situações de catástrofe, a atenuação dos seus efeitos, a proteção e o socorro das pessoas e dos bens em perigo, constituem, cada vez mais, preocupações da administração regional e local. As características geográficas dos Açores obrigam à criação e manutenção de sistemas complexos e dispendiosos de prevenção e combate a riscos naturais e ao progressivo enraizamento de uma cultura de prevenção e segurança.

Ao longo dos últimos anos, tem sido desenvolvido um sistema de infraestruturas de proteção civil para resposta às situações de emergência e catástrofe de condições. Têm sido igualmente elaborados Planos Especiais de Emergência Municipais, e planos de ordenamento para áreas de risco natural mais elevado (nomeadamente a orla costeira). Estes estudos vão criando condições de resposta e de mitigação capazes de proteger e salvaguardar os sistemas ambientais/ecológicos e permitir identificar, por um lado, necessidades de equipamentos para obter respostas eficazes em situação de catástrofe e, por outro, a prioridade em intervir em determinados espaços com maior suscetibilidade à ocorrência de situações críticas como a orla costeira e as linhas de água e suas margens.

No período 2014-2020 será concedida grande prioridade à melhoria dos sistemas de resposta de emergência, com destaque para os sistemas de comunicações e infraestruturas de proteção civil, e na realização de intervenções de redução de situações disruptivas geradoras de catástrofes, nomeadamente na rede hidrográfica.

O resultado esperado será a diminuição dos efeitos decorrentes das alterações climáticas e melhor capacidade de resposta às intempéries e outros fenómenos que assolam a Região.

Quadro 3 (5.2.1) Indicadores de Resultado

ID	Indicador	Unidade de medida	Categoria da região	Valor de base	Ano de base	Valor alvo (2023)	Fonte dos dados	Frequência de relatório
	Intervenção em linha de costa em situação de risco, para proteção de pessoas e bens	%	MD	*		*	SRRN	Anual
	Intervenção em ribeiras em situação de risco elevado, para proteção de pessoas e bens	%	MD	*		*		

\* Em apuramento

#### Ações a Apoiar

<b>Tipologia de ações</b>	<p>Realização de intervenções destinadas a abordar riscos específicos na orla costeira e na rede hidrográfica, incluindo:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Estabilização e requalificação das zonas costeiras;</li> <li>• Regularização, reperfilamento e desobstrução de ribeiras;</li> <li>• Limpeza e requalificação nas bacias de retenção;</li> <li>• Requalificação de frentes e núcleos urbanos degradados;</li> <li>• Remoção de estruturas localizadas em zonas de domínio público marítimo;</li> <li>• Ações de prevenção e combate à poluição marinha.</li> </ul> <p>Aquisição de equipamento de intervenção de emergência, incluindo:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Implementação de uma rede de telecomunicações digital entre as ilhas do arquipélago, de forma a garantir uma resposta eficaz em situação de emergência;</li> <li>• Aquisição de grupos de motobomba de grande capacidade destinados a desastres e calamidades em meio urbano, nomeadamente em incêndios de grandes proporções;</li> <li>• Aquisição de equipamento de busca e resgate em estruturas colapsadas decorrentes de atividade sísmica;</li> <li>• Aquisição de compressores tácticos de forma a garantir o esforço operacional em operações de combate a incêndios, resgates em espaços confinados e em situação de catástrofe;</li> <li>• Aquisição de veículos de emergência com capacidade todo o terreno para a área de resposta a incêndios rurais e apoio a catástrofes na área de emergência pré-hospitalar – ambulâncias e veículos de suporte imediato de vida;</li> <li>• Sensores de deslizamento de vertentes;</li> <li>• Meios de salvamento marítimo.</li> </ul> <p>Construção e melhoramento de infraestruturas do sistema de proteção civil, incluindo:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Ampliação dos quartéis de bombeiros das Flores, Lages do Pico, Santa Maria;</li> <li>• Remodelação do quartel de bombeiros do Nordeste;</li> <li>• Construção dos quartéis de bombeiros da Povoação e Horta.</li> </ul>
---------------------------	---

<b>Território alvo específico</b>	– Região Autónoma dos Açores
<b>Tipologia de beneficiário</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Administração Pública Regional e Local</li> <li>– Institutos, Empresas e Associações Públicas</li> <li>– Instituições Ensino Superior</li> <li>– Entidades públicas e privadas sem fins lucrativos</li> </ul>
<b>Principal grupo alvo</b>	– População residente nos Açores

#### Princípios orientadores para a seleção das operações

- Adequação do projeto à estratégia do PO Açores em matéria de adaptação às alterações climáticas e a prevenção e gestão de riscos:
  - Contribuição para o objetivo de crescimento sustentável da Estratégia Europa 2020.
  - Coerência da operação com a Estratégia Regional para as Alterações Climáticas e os Planos de Emergência Municipal.
  - Grau de relevância estratégica da operação proposta, em termos regionais ou sectoriais.
- Contributo para a coesão social e territorial:
  - Contributo para o reforço da coesão territorial da Região.
  - Contributo para o reforço da segurança e proteção dos cidadãos.
  - Contributo para a promoção da igualdade de oportunidades, em função do género, da deficiência e de outras causas de discriminação.
- Capacidade de gerar resultados para o desenvolvimento territorial da Região:
  - Os efeitos esperados da operação medidos através dos indicadores de resultado e de realização
  - Contributo da operação para a geração de emprego.
  - Coerência da operação com a fundamentação da sua necessidade e oportunidade, designadamente em matéria de adaptação às alterações climáticas e à prevenção e gestão de riscos.
  - Qualidade técnica da operação, nomeadamente no que respeita à coerência entre o perfil dos destinatários, os conteúdos, a metodologia e a duração da intervenção, bem como no que se refere aos métodos de avaliação da execução e dos resultados da intervenção.
- Contributo para as políticas horizontais da UE (promoção da igualdade de oportunidades, em função do género, da deficiência e de outras causas de discriminação, desenvolvimento sustentável).

#### Utilização prevista dos instrumentos financeiros

Não aplicável.

**Utilização prevista dos grandes projetos**

Não aplicável.

**Quadro 5 (5.2.1) Indicadores de Realização da Prioridade de Investimento**

ID	Indicador	Unidade de medida	Fundo	Categoria da região	Valor alvo (2023)	Fonte dos dados	Frequência de relatório
	Extensão da faixa costeira intervencionada para proteção de pessoas e bens	Km	FEDER	MD	*	SI	Anual
	População abrangida por intervenções de proteção contra riscos de cheias e inundações	Nº pessoas	FEDER	MD	80000	SI	Anual

\* Em apuramento.



## **Eixo Prioritário 6: Ambiente e eficiência dos recursos**

**Prioridade de Investimento 6.1** - *Investimentos no setor dos resíduos para satisfazer os requisitos do acervo ambiental da União e atender às necessidades de investimento identificadas pelos Estados-Membros que vão além desses requisitos*

**Objetivo Específico 6.1.1** - Valorizar os resíduos, reduzindo a produção e deposição em aterro, aumentando a recolha seletiva e a reciclagem

---

Os serviços ambientais, pela transversalidade que possuem (serviços prestados à população, qualificação urbana, etc.), constituem um dos domínios chave do desenvolvimento sustentável regional. Nos últimos anos, têm-se verificado mudanças positivas na Região, colmatando-se importantes atrasos estruturais.

Nos resíduos sólidos urbanos (RSU) verificou-se um aumento anual da produção declarada na Região, sendo a matéria orgânica a parcela mais relevante. Os locais e infraestruturas de tratamento e deposição têm evoluído favoravelmente (em 2012, 9% dos RSU continuam, contudo, a ser depositados de forma não controlada). De acordo com os dados constantes nas Estatísticas dos Resíduos Municipais, verifica-se que, em 2012, na Região dos Açores, a produção foi cerca de 123 mil toneladas de resíduos urbanos (499 kg/hab/ano). A recolha indiferenciada continua a possuir uma relevância bastante superior quando comparada com a recolha seletiva (91% do total), tendo como destino os aterros (112 mil das 123 mil toneladas de resíduos recolhidos indiferenciadamente).

Quer os aterros sanitários, quer o Sistema Ponto Verde possuem uma taxa de cobertura significativa (próxima dos 90% da população). No que se refere aos resíduos industriais, as ilhas de São Miguel e da Terceira, concentram quase 2/3 da produção anual de resíduos industriais não perigosos e 3/4 dos perigosos. Os resíduos agrícolas e florestais são reduzidos, não atingindo as 5 mil toneladas/ano.

As intervenções que têm vindo a ser realizadas nos últimos anos, enquadram-se no instrumento de planeamento da política pública sectorial “Plano Estratégico de Gestão de Resíduos dos Açores” (PEGRA), que será substituído em breve pelo “Plano Estratégico de Prevenção e Gestão de Resíduos dos Açores” (PEPGRA), o qual consagra importantes objetivos estratégicos no âmbito da prevenção e gestão dos resíduos e reclama, num processo de continuidade, a execução de determinadas intervenções numa perspetiva de aplicação do princípio ambiental de assegurar a qualidade ambiental e a defesa da saúde pública.

O resultado esperado será a diminuição ou mesmo a eliminação do depósito de resíduos em aterro.

Quadro 3 (6.1.1) Indicadores de Resultado

ID	Indicador	Unidade de medida	Categoria da região	Valor de base	Ano de base	Valor alvo (2023)	Fonte dos dados	Frequência de relatório
	Evolução da capacidade de valorização dos resíduos urbanos	%	MD	13	2012	50	SI	Anual
	Evolução de eliminação de resíduos urbanos	%	MD	86	2012	50	SI	Anual

#### Ações a Apoiar

<b>Tipologia de ações</b>	<p>A intervenção pública no âmbito dos resíduos está essencialmente enquadrada por um plano a nível regional, estando atribuído às autarquias locais dos Açores, quer em termos individuais, quer em parceria, entre si e em alguns investimentos de maior dimensão e/ou complexidade com o Governo Regional, o desenvolvimento e a execução de projetos. Consideram-se estruturantes para a concretização do objetivo específico, as ações que se relacionam com:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Elaboração e execução de projetos para valorização orgânica de resíduos;</li> <li>• Elaboração e execução de projetos para valorização energética de resíduos;</li> <li>• Elaboração e execução de projetos para reciclagem de RSU;</li> <li>• Aquisição de equipamentos e materiais para a recolha seletiva e/ou triagem de resíduos;</li> <li>• Aquisição de equipamentos de recolha e de transporte de resíduos;</li> <li>• Aquisição de equipamentos para tratamento ou valorização de resíduos específicos;</li> <li>• Selagem de lixeiras e de aterros, com recuperação ambiental dos espaços.</li> <li>• Elaboração de estudos técnicos para melhoria da informação e conhecimento sobre a produção, prevenção e gestão de resíduos.</li> <li>• Promoção da divulgação de informação e da sensibilização da população para a prevenção na fonte e para a valorização de resíduos, principalmente junto da população escolar.</li> </ul>
<b>Território alvo específico</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Região Autónoma dos Açores</li> </ul>
<b>Tipologia de beneficiário</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Administração Pública Regional e Local</li> <li>– Institutos, Empresas e Associações Públicas</li> <li>– Entidades Públicas e Privadas Sem Fins Lucrativos</li> </ul>
<b>Principal grupo alvo</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Cidadãos.</li> </ul>

#### Princípios orientadores para a seleção das operações

- Adequação do projeto à estratégia do PO Açores em matéria de proteção do ambiente e promoção da eficiência dos recursos:
  - Contribuição para o objetivo de crescimento sustentável da Estratégia Europa 2020.
  - Coerência da operação com o Plano Estratégico de Prevenção e Gestão de Resíduos dos Açores.
  - Grau de relevância estratégica da operação proposta, em termos regionais ou sectoriais.
- Contributo para a coesão social e territorial:
  - Contributo para o reforço da coesão territorial da Região.
  - Contributo para a melhoria da qualidade de vida na Região.
  - Contributo para a promoção da igualdade de oportunidades, em função do género, da deficiência e de outras causas de discriminação.
- Capacidade de gerar resultados para o desenvolvimento territorial da Região:
  - Os efeitos esperados da operação medidos através dos indicadores de resultado e de realização.
  - Contributo da operação para a geração de emprego.
  - Coerência da operação com a fundamentação da sua necessidade e oportunidade, designadamente em matéria de valorização dos resíduos.
  - Qualidade técnica da operação, nomeadamente no que respeita à coerência entre o perfil dos destinatários, os conteúdos, a metodologia e a duração da intervenção, bem como no que se refere aos métodos de avaliação da execução e dos resultados da intervenção.
- Contributo para as políticas horizontais da UE (promoção da igualdade de oportunidades, em função do género, da deficiência e de outras causas de discriminação, desenvolvimento sustentável).

#### Utilização prevista dos instrumentos financeiros

Não aplicável.

#### Utilização prevista dos grandes projetos

Não aplicável.

**Quadro 5 (6.1.1) Indicadores de Realização da Prioridade de Investimento**

ID	Indicador	Unidade de medida	Fundo	Categoria da região	Valor alvo (2023)	Fonte dos dados	Frequência de relatório
	Quantidade de resíduos urbanos depositados em aterro	%	FEDER	MD	20	SI	Anual
	Concelhos abrangidos por recolha seletiva de resíduos urbanos	%	FEDER	MD	100	SI	Anual

**Prioridade de Investimento 6.2** - Investimentos no setor da água, para satisfazer os requisitos do acervo ambiental da União e atender às necessidades de investimento identificadas pelos Estados-Membros que vão além desses requisitos

**Objetivo Específico 6.2.1** - Otimizar e gerir de modo eficiente os recursos hídricos numa ótica de utilização, proteção e valorização garantindo a melhoria da qualidade das massas de águas e otimização e gestão eficiente dos recursos e infraestruturas existentes, garantindo a qualidade do serviço prestado às populações e a sustentabilidade dos sistemas, no âmbito do ciclo urbano da água.

Nos Açores, não obstante a disponibilidade de água para satisfazer as necessidades, registam-se esporadicamente condicionalismos resultantes da degradação da qualidade do recurso, por exemplo situações de eutrofização das águas superficiais e de intrusão salina nas águas subterrâneas. Por outro lado, apesar dos níveis de atendimento elevado registados, persistem em alguns concelhos debilidades na quantidade disponibilizada, no tratamento e ainda algumas necessidades de expansão ou reabilitação de redes, de incremento da capacidade de armazenamento e de diminuição de perdas na rede.

A Região prosseguiu nos últimos anos a consolidação do ciclo de cobertura universal de abastecimento domiciliário de água e de tratamento dos caudais captados para esse efeito. Assim, em termos de abastecimento de água, a Região dos Açores, apresenta um índice de cobertura de 100% da população servida por sistemas públicos de abastecimento.

Apesar dos progressos verificados nos últimos anos, subsistem limitações nas infraestruturas associadas às águas residuais. Contudo, face ao povoamento das ilhas e a baixa densidade populacional, algumas soluções mais simples, conforme com as diretivas comunitárias, asseguram um tratamento adequado das águas residuais, de forma mais económica e tecnicamente mais ajustada do que a centralização forçada do saneamento das águas destas pequenas aglomerações de tipo urbano.

A realidade arquipelágica implica questões logísticas e operacionais que requerem esforços financeiros elevados que condicionam a monitorização universal das massas de água.

O Plano de Gestão de Região Hidrográfica dos Açores, que será revisto até 2015 e complementado com outros instrumentos de planeamento e gestão, é o instrumento de planeamento regional que se constitui como a base de suporte à gestão, proteção e valorização ambiental, social e económica das águas, integrando programas de medidas que garantam a prossecução de objetivos ambientais.

No período 2014-2020, serão operacionalizadas as ações preconizadas nesse instrumento de planeamento setorial, nomeadamente as que contribuem para superar um dos principais desafios regionais que se prende com a proteção

das massas de águas subterrâneas e superficiais no que respeita à sua qualidade para garantir a respetiva conservação e melhoria, na da capacidade de armazenamento e a melhoria das respetivas redes de saneamento.

**Quadro 3 (6.2.1) Indicadores de Resultado**

ID	Indicador	Unidade de medida	Categoria da região	Valor de base	Ano de base	Valor alvo (2023)	Fonte dos dados	Frequência de relatório
	Massas de água da região hidrográfica dos Açores em estado de excelência ou bom	%	MD	70	2012	85	SRRN	Anual
	Índice das melhorias sistemas de abastecimento de água (AA)		MD			*	ERSARA	Anual
	Área intervencionada no âmbito dos planos de ordenamento de bacias hidrográficas das lagoas	Há	MD	*	2012	*	SRRN	Anual

\* Em apuramento.

#### Ações a Apoiar

<b>Tipologia de ações</b>	<p>Consideram-se estruturantes para a concretização do objetivo específico intervenções destinadas à:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>♦ <i>Melhoria da capacidade de monitorização dos sistemas, incluindo:</i> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Criação de uma ferramenta informática de suporte à emissão e acompanhamento dos títulos de utilização de recursos hídricos, incluindo em Domínio Público Marítimo;</li> <li>• Aquisição de equipamentos para registo contínuo de caudais;</li> <li>• Aquisição de equipamentos para realização de medições e recolha de informação complementar- Monitorização das massas de água subterrâneas;</li> <li>• Aquisição e instalação de equipamentos hidrometeorológicos automáticos com teletransmissão de dados para monitorização do ciclo hidrológico;</li> <li>• Realização de estudos económicos, que complementem os trabalhos hidrogeológicos já efetuados e Implementação no terreno das ações preconizadas;</li> <li>• Operacionalização de uma rede vigilância do estado químico e ecológico.</li> <li>• Realização de estudos relativos aos pontos de descargas tóxicas de efluentes não urbanos e industriais, com enfoque na diminuição dos impactes negativos resultantes de descargas de águas residuais em meios hídricos;</li> <li>• Implementação da monitorização representativa do estado quantitativo da universalização das massas de água subterrânea</li> <li>• Implementação de um sistema de deteção e de controlo de focos de poluição difusa em</li> </ul> </li> </ul>
---------------------------	--

	<p>massas de água resultantes de descargas de efluentes urbanos e agropecuários de forma difusa.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Planeamento e a operacionalização de uma rede de monitorização específica em aquíferos costeiros, de forma a caracterizar aspetos quantitativos e químicos associados à evolução do fenómeno de intrusão salina;</li> <li>• Monitorização da qualidade das massas relevantes da região hidrográfica dos Açores;</li> <li>• Monitorização das águas balneares identificadas e das águas costeiras e de transição.</li> </ul> <p>♦ <i>Melhoria da qualidade dos serviços prestados às populações em termos de abastecimento de água e tratamento de águas residuais, incluindo:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Projetos de investimento para o aumento da capacidade instalada, reabilitação dos sistemas públicos de captação, transporte e distribuição e armazenagem de água para abastecimento;</li> <li>• Projetos de investimento para a expansão dos sistemas de drenagem e de águas residuais;</li> <li>• Aquisição de equipamentos para a melhoria de monitorização do ciclo da água.</li> </ul> <p>♦ <i>Intervenções no âmbito dos Planos de Ordenamento de Bacias Hidrográficas de Lagoas incluindo:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Projetos de investimento para proteção e valorização ambiental das áreas de intervenção dos planos e de recuperação da qualidade da água das lagoas;</li> <li>• Aquisição de terrenos nas áreas de intervenção dos planos que se mostrem essenciais aos respetivos objetivos;</li> <li>• Aquisição de serviços e equipamentos para monitorização da qualidade da água;</li> <li>• Aquisição de serviço para avaliação e alteração dos planos de ordenamento.</li> </ul>
<b>Território alvo específico</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Região Autónoma dos Açores</li> </ul>
<b>Tipologia de beneficiário</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Administração Pública Regional e Local</li> <li>– Institutos, Empresas e Associações Públicas</li> <li>– Entidades Públicas e Privadas Sem Fins Lucrativos</li> </ul>
<b>Principal grupo alvo</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Cidadãos</li> </ul>

#### Princípios orientadores para a seleção das operações

- Adequação do projeto à estratégia do PO Açores em matéria de proteção do ambiente e promoção da eficiência dos recursos:
  - Contribuição para o objetivo de crescimento sustentável da Estratégia Europa 2020.

- Coerência da operação com o Plano de Gestão de Região Hidrográfica dos Açores.
- Grau de relevância estratégica da operação proposta, em termos regionais ou sectoriais.
- Contributo para a coesão social e territorial:
  - Contributo para o reforço da coesão territorial da Região.
  - Contributo para a melhoria da qualidade de vida na Região.
  - Contributo para a promoção da igualdade de oportunidades, em função do género, da deficiência e de outras causas de discriminação.
- Capacidade de gerar resultados para o desenvolvimento territorial da Região:
  - Os efeitos esperados da operação medidos através dos indicadores de resultado e de realização.
  - Contributo da operação para a geração de emprego.
  - Coerência da operação com a fundamentação da sua necessidade e oportunidade, designadamente em matéria de ciclo urbano da água.
  - Qualidade técnica da operação, nomeadamente no que respeita à coerência entre o perfil dos destinatários, os conteúdos, a metodologia e a duração da intervenção, bem como no que se refere aos métodos de avaliação da execução e dos resultados da intervenção.
- Contributo para as políticas horizontais da UE (promoção da igualdade de oportunidades, em função do género, da deficiência e de outras causas de discriminação, desenvolvimento sustentável).

#### Utilização prevista dos instrumentos financeiros

Não aplicável.

#### Utilização prevista dos grandes projetos

Não aplicável.

**Quadro 5 (6.2.1) Indicadores de Realização da Prioridade de Investimento**

ID	Indicador	Unidade de medida	Fundo	Categoria da região	Valor alvo (2023)	Fonte dos dados	Frequência de relatório
	Ilhas beneficiadas com melhorias nos sistemas de monitorização dos aspetos quantitativos e qualitativos das massas de água da região hidrográfica dos Açores	Nº	FEDER	MD	9	SI	Anual
	Bacias hidrográficas de lagoas abrangidas por intervenções no âmbito dos respetivos planos de ordenamento	Nº	FEDER	MD	5	SI	Anual
	População adicional servida pelas melhorias do sistema de abastecimento de águas residuais	Nº	FEDER	MD	*	SI	Anual

\* Em apuramento.



**Prioridade de Investimento 6.3 - A conservação, proteção, promoção e o desenvolvimento do património natural e cultural**

**Objetivo Específico 6.3.1 - Promover o património natural e cultural, com especial interesse na consolidação da imagem da Região nos principais mercados emissores de visitantes.**

---

Os Açores apresentam condições ambientais e contém valores e recursos naturais e culturais, identitários e diferenciadores, destacando-se a natureza vulcânica e a diversidade do património espeleológico, bem como a enorme diversidade e riqueza de habitats, de espécies endémicas terrestres e marinhas, incluindo fontes hidrotermais, e elevado número de elementos patrimoniais alguns de referência e notoriedade internacional.

O património natural e cultural apresenta um valor que se expande muito além do identitário e simbólico. Constitui um recurso de elevado valor e potencial para a economia, pelos efeitos diretos, em virtude da sua capacidade de criar riqueza e emprego, mas também efeitos multiplicadores indiretos que gera nos territórios. Com um importante contributo para enformar diversos produtos turísticos, dada a relevante projeção e notoriedade nacional e internacional, aponta-se, a título de exemplo, a "Paisagem da Cultura da Vinha da Ilha do Pico - Ilha do Pico" e o "Centro Histórico de Angra do Heroísmo nos Açores" - Ilha Terceira, classificados como Património da Humanidade desde 2004 e 1983, respetivamente.

Nos últimos anos, a construção de alguns Centros de Interpretação e Centros de Apoio ao Visitante, em lugares ímpares e singulares, permite disponibilizar inúmera informação e dados sobre a natureza e os fenómenos ambientais que marcam a paisagem e o território açoriano, constituindo bons exemplos de oferta turística sustentável, que importa continuar a qualificar, valorizar e promover. Também as atividades marítimo-turísticas, como o whale watching, e as suas interligações com o meio natural e/ou com o passado socioeconómico e cultural, como a baleação, são exemplos daquela oferta turística, que constitui uma imagem de marca da região Açores e que emergem como domínios estratégicos para afirmar e consolidar a marca Açores.

Por outro lado, são necessárias diversas intervenções de preservação e reabilitação do património edificado classificado – monumentos, conjuntos e sítios, em algumas ilhas, e proceder à refuncionalização de espaços para novos usos culturais.

No período 2014-2020 será dada uma maior amplitude à estratégia de prestigiar e qualificar os fatores distintivos regionais, aproveitando e majorando as suas características singulares, de modo a que a imagem que turistas e visitantes, nacionais e estrangeiros, associam ao Arquipélago e à sua beleza, riqueza e diversidade natural e cultural saia reforçada, enquanto território de excelência para a visita e estada.

**Quadro 3 (6.3.1) Indicadores de Resultado**

ID	Indicador	Unidade de medida	Categoria da região	Valor de base	Ano de base	Valor alvo (2023)	Fonte dos dados	Frequência de relatório
	Visitantes nos centros de interpretação do património natural e cultural associado	Nº	MD	72624	2012	116000	SRRN	Anual
	Centros de interpretação de visitação em sítios de interesse natural e cultural	Nº	MD	13	2012	20	SRRN	Anual

\* Em apuramento.

#### Ações a Apoiar

<b>Tipologia de ações</b>	<p>Consideram-se estruturantes para a concretização do objetivo, as ações que concorram para:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Elaboração de um Plano de Formação sobre os valores patrimoniais e fundamentos legais da RN 2000 e da Rede Regional de Áreas Protegidas terrestres e marinhas;</li> <li>• Projetos de qualificação e promoção de áreas, terrestres e marinhas, protegidas /classificadas;</li> <li>• Projetos de informação, sensibilização, educação e qualificação aos diversos sectores de atividades do espaço rural e marítimos;</li> <li>• Ações de cidadania e de sensibilização das populações e dos agentes locais para a promoção de valores patrimoniais naturais terrestres e marinhos e da sua mais-valia como instrumento da melhoria das suas condições de vida numa perspectiva de desenvolvimento sustentável;</li> <li>• Projetos de construção/reabilitação de sítios de visitação das áreas de maior valor natural e paisagístico</li> <li>• Apoio técnico e financeiro à reabilitação de paisagens integradas em áreas protegidas / classificadas;</li> <li>• Investimentos para a criação de condições para a fruição e visitação de pontos de elevado interesse cultural ou natural, ao nível dos patrimónios terrestre e subaquático;</li> <li>• Projetos de divulgação e sensibilização para a renovação/expansão das Certificações Ambientais concedidas a nível internacional, nomeadamente Reservas da Biosfera, Geoparque Azores, Rede Europeia dos Destinos de Excelência, Quality Cost, Bandeira Azul, Praia Acessível e Carta Europeia de Turismo Sustentável;</li> <li>• Aumento de qualidade e certificação da oferta de ecoturismo regional, marinho e terrestre;</li> <li>• Valorização e promoção dos centros de interpretação do património natural e cultural associado;</li> <li>• Valorização e promoção de bens-históricos culturais com elevado interesse cultural;</li> <li>• Recuperação e promoção de acervos culturais, ligados à história e cultura regional, das manifestações e dos usos e costumes próprios e distintivos;</li> <li>• Promoção dos sítios de arqueologia subaquática estudados para efeitos de visitação;</li> </ul>
---------------------------	--

	<ul style="list-style-type: none"> <li>· Promoção de eventos de índole cultural com impacte internacional.</li> </ul>
<b>Território alvo específico</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Região Autónoma dos Açores.</li> </ul>
<b>Tipologia de beneficiário</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Administração Pública Regional e Local</li> <li>– Institutos, Empresas e Associações Públicas</li> <li>– Entidades Públicas e Privadas Sem Fins Lucrativos</li> </ul>
<b>Principal grupo alvo</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>– População residente nos Açores</li> </ul>

#### Princípios orientadores para a seleção das operações

- Adequação do projeto à estratégia do PO Açores em matéria de proteção do ambiente e promoção da eficiência dos recursos:
  - Contribuição para o objetivo de crescimento sustentável da Estratégia Europa 2020.
  - Coerência da operação com o Plano de Ordenamento Turístico da Região Autónoma dos Açores, o Plano Estratégico para o Turismo 2020 e planos setoriais aplicáveis.
  - Grau de relevância estratégica da operação proposta, em termos regionais ou sectoriais.
- Contributo para a coesão social e territorial:
  - Contributo para o reforço da coesão territorial da Região.
  - Contributo para a melhoria da qualidade de vida na Região.
  - Contributo para a promoção da igualdade de oportunidades, em função do género, da deficiência e de outras causas de discriminação.
- Capacidade de gerar resultados para o desenvolvimento territorial da Região:
  - Os efeitos esperados da operação medidos através dos indicadores de resultado e de realização.
  - Contributo da operação para a geração de emprego.
  - Coerência da operação com a fundamentação da sua necessidade e oportunidade, designadamente em matéria de proteção do património e da promoção e valorização turística.
  - Qualidade técnica da operação, nomeadamente no que respeita à coerência entre o perfil dos destinatários, os conteúdos, a metodologia e a duração da intervenção, bem como no que se refere aos métodos de avaliação da execução e dos resultados da intervenção.
- Contributo para as políticas horizontais da UE (promoção da igualdade de oportunidades, em função do género, da deficiência e de outras causas de discriminação, desenvolvimento sustentável).

#### Utilização prevista dos instrumentos financeiros

Não aplicável.

Utilização prevista dos grandes projetos

Não aplicável.

Quadro 5 (6.3.1) Indicadores de Realização da Prioridade de Investimento

ID	Indicador	Unidade de medida	Fundo	Categoria da região	Valor alvo (2023)	Fonte dos dados	Frequência de relatório
	Aumento do número de visitantes nos centros de interpretação do património natural e cultural apoiados	Nº	FEDER	MD	>40000	SI	Anual

**Prioridade de Investimento 6.4** - A proteção e reabilitação da biodiversidade e dos solos e promoção de sistemas de serviços ecológicos, nomeadamente através da rede Natura 2000 e de infraestruturas verdes

**Objetivo Específico 6.4.1** - Promover o conhecimento e a valorização da biodiversidade e dos ecossistemas.

Num território com as características da Região Autónoma dos Açores a proteção e valorização da biodiversidade e dos recursos naturais, constitui uma prioridade estratégica, para a sustentabilidade social, económica e ambiental do território.

A existência de ecossistemas de elevado interesse conservacionista que prestam serviços fundamentais ao equilíbrio do ambiente insular, permite estruturar e promover de forma singular a Região, sendo fundamentais para a qualificação ambiental e paisagística e para a conservação da natureza (existência de valores naturais significativos ao nível nacional e internacional muitos deles incluídos no Plano Sectorial da Rede Natura 2000 / Sistema Nacional de Áreas Classificadas). A Rede Natura 2000 identifica 38 locais prioritários, sendo trinta e uma as áreas protegidas existentes na Região. Acrescem 23 Sítios de Importância Comunitária (SIC) e 15 Zonas de Proteção Especial (ZPE). A Região designou também o Parque Marinho dos Açores que inclui 10 áreas *offshore* para a proteção de valores ambientais oceânicos. Para garantir o bom estado ambiental do espaço marinho a Região encontra-se empenhada em cumprir as prerrogativas da Diretiva-Quadro Estratégia Marinha da Região.

Nos últimos anos, os Açores tem desenvolvido projetos de apoio à conservação da biodiversidade e valorização dos recursos (centros de visitação, intervenção na paisagem protegida, requalificação ambiental de áreas da Rede Natura 2000). Por outro lado, a elaboração de diversos instrumentos de ordenamento do território (revisão de PMOT e elaboração de Planos Especiais), permitiu melhorar a gestão territorial e programar/executar algumas intervenções focadas num maior e melhor aproveitamento do potencial associado aos recursos naturais e à biodiversidade.

No período 2014-2020 a Região irá, por um lado, intensificar a conservação e monitorização do seu património natural marinho e terrestre e, por outro lado, promover um combate integrado às invasões biológicas que representam uma das maiores ameaças para o estado de conservação dos habitats das espécies de flora e fauna regional.

Quadro 3 (6.4.1) Indicadores de Resultado

ID	Indicador	Unidade de medida	Categoria da região	Valor de base	Ano de base	Valor alvo (2023)	Fonte dos dados	Frequência de relatório
	Melhoria do conhecimento sobre o estado de conservação e dos estatutos de ameaça de espécies e habitats (número de Espécies e habitats abrangidos por esquemas de monitorização)	Nº	MD	4	2013	52	SRRN	Anual
	Nº de centros de reabilitação de avifauna selvagem	Nº	MD	1	2013	3	SRRN	Anual

\* Em apuramento.

#### Ações a Apoiar

<b>Tipologia de ações</b>	<p>Consideram-se estruturantes para a concretização do objetivo específico, as ações que concorram para a:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Monitorização sistemática das espécies e habitats terrestres e marinhos, em particular dos sítios prioritários e das espécies classificadas, com implementação de indicadores do seu estado de conservação;</li> <li>• Implementação do registo sistemático de ocorrência e mapeamento das espécies marinhas dos Açores;</li> <li>• Desenvolvimento dos Planos de Ação para a conservação das espécies e habitats, terrestres e marinhas;</li> <li>• Avaliação e revisão do Plano Sectorial da Rede Natura 2000 e demais instrumentos de gestão ordenamento territorial com incidência na Rede Natura 2000 e na Rede Regional de Áreas Protegidas;</li> <li>• Avaliação e revisão da regulamentação e do ordenamento da rede regional de áreas protegidas incluídas nos Parques Naturais de Ilha e no Parque Marinho dos Açores;</li> <li>• Reforço do Sistema de Vigilância da RN 2000, incluindo a monitorização e vigilância integrada do mar dos Açores, nomeadamente dotando o Corpo de Vigilantes da Natureza, o Corpo de Guardas Florestais, a Inspeção das Pescas e a Inspeção do Ambiente com meios humanos, materiais e os conhecimentos que permitam uma atividade mais eficaz e eficiente;</li> <li>• Implementação de programas de recuperação de populações de aves selvagens, incluindo marinhas;</li> <li>• Ações no âmbito da rede de arrojamentos marinhos dos Açores;</li> <li>• Estudos e ações relativos ao ordenamento do espaço marítimo dos Açores;</li> <li>• Implementação de um programa integrado de monitorização e controlo de usos no espaço marítimo dos Açores;</li> <li>• Elaboração de um sistema de informação geográfica para os ecossistemas terrestres e</li> </ul>
---------------------------	--

	<p>marinhos e o seu estado de conservação, para mapeamento permanente de todas as ações que afetam os ecossistemas e o território, designadamente, alterações de uso e morfologia do solo, cortes e plantações de espécies naturais e exóticas;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Implementação de um sistema de sinalização que permita a identificação e interpretação dos locais e dos objetivos de conservação associados.</li> <li>• Monitorização e controlo das espécies exóticas invasoras de fauna e flora, marinhas e terrestres;</li> <li>• Ações de recuperação de espécies e habitats prioritários, terrestres e marinhos;</li> <li>• Aquisição de terrenos importantes para a conservação da natureza e da biodiversidade;</li> <li>• Implantação de um regime de apoio técnico e financeiro às operações de manutenção e recuperação de habitats considerados relevantes para a proteção da biodiversidade e ao fomento de operações de salvaguarda de espécies protegidas e de repovoamento com essas espécies;</li> <li>• Ação de conservação ex-situ, nomeadamente na recolha e conservação de sementes de 80% das espécies endémicas em todas as Ilhas dos Açores, no Banco de germoplasma do Jardim Botânico do Faial;</li> <li>• Intervenção de contenção e prevenção dos riscos e ameaças sobre áreas sensíveis, valores naturais e ecossistemas;</li> <li>• Execução/requalificação de trilhos e centros de interpretação ambiental;</li> <li>• Elaboração de cartas de desporto da natureza em áreas classificadas.</li> </ul>
<b>Território alvo específico</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Região Autónoma dos Açores.</li> </ul>
<b>Tipologia de beneficiário</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Administração Pública Regional e Local</li> <li>– Institutos, Empresas e Associações Públicas</li> <li>– Entidades Públicas e Privadas Sem Fins Lucrativos</li> </ul>
<b>Principal grupo alvo</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>– População residente nos Açores</li> </ul>

#### Princípios orientadores para a seleção das operações

- Adequação do projeto à estratégia do PO Açores em matéria de proteção do ambiente e promoção da eficiência dos recursos:
  - Contribuição para o objetivo de crescimento sustentável da Estratégia Europa 2020.
  - Coerência da operação com o Plano Sectorial da Rede Natura 2000 e demais planos setoriais aplicáveis.
  - Grau de relevância estratégica da operação proposta, em termos regionais ou sectoriais.
- Contributo para a coesão social e territorial:



- Contributo para o reforço da coesão territorial da Região.
- Contributo para a melhoria da qualidade de vida na Região.
- Contributo para a promoção da igualdade de oportunidades, em função do género, da deficiência e de outras causas de discriminação.
- Capacidade de gerar resultados para o desenvolvimento territorial da Região:
  - Os efeitos esperados da operação medidos através dos indicadores de resultado e de realização.
  - Contributo da operação para a geração de emprego.
  - Coerência da operação com a fundamentação da sua necessidade e oportunidade, designadamente em matéria de valorização da biodiversidade e dos ecossistemas.
  - Qualidade técnica da operação, nomeadamente no que respeita à coerência entre o perfil dos destinatários, os conteúdos, a metodologia e a duração da intervenção, bem como no que se refere aos métodos de avaliação da execução e dos resultados da intervenção.
- Contributo para as políticas horizontais da UE (promoção da igualdade de oportunidades, em função do género, da deficiência e de outras causas de discriminação, desenvolvimento sustentável).

#### Utilização prevista dos instrumentos financeiros

Não aplicável.

#### Utilização prevista dos grandes projetos

Não aplicável.

**Quadro 5 (6.4.1) Indicadores de Realização da Prioridade de Investimento**

ID	Indicador	Unidade de medida	Fundo	Categoria da região	Valor alvo (2023)	Fonte dos dados	Frequência de relatório
	Área dos habitats apoiados para atingirem o melhor estado de conservação	Ha	FEDER	MD	298365	SRRN	Anual
	Área do território dos Açores abrangida por cartografia de valores naturais (incluindo o estado de conservação das espécies e habitats)	Ha	FEDER	MD	56066	SRRN	Anual

**Prioridade de Investimento 6.5** - A adoção de medidas destinadas a melhorar o ambiente urbano, a revitalizar as cidades, recuperar e descontaminar zonas industriais abandonadas, incluindo zonas de reconversão), a reduzir a poluição do ar e a promover medidas de redução de ruído

**Objetivo Específico 6.5.1** - Melhorar a qualidade do ambiente urbano dos Açores.

---

As cidades e as vilas dos Açores, sedes de concelho, desempenham funções muito relevantes aos níveis administrativo, económico e social, não só para os agentes e famílias que habitam, estudam e trabalham nesses centros, alguns de muito pequena dimensão, mas também nas ligações e no funcionamento dos subsistemas económicos e sociais das zonas rurais envolventes. Nos últimos anos, observa-se alguma perda de vitalidade urbanística, social e funcional desses tecidos urbanos.

Neste contexto, a regeneração dos tecidos urbanos consolidados e a qualificação de espaços urbanos centrais, sobretudo caracterizados pela coexistência de problemas sociais e urbanísticos, emerge como uma prioridade regional. A estratégia passa por assegurar uma qualificação integrada dos espaços urbanos, suportada em parcerias sólidas entre residentes, organizações da sociedade civil, economia local e os vários níveis de governação e, por outro lado, por assumir a qualificação dos espaços urbanos centrais e das frentes ribeirinhas enquanto dimensão-chave para reforçar o seu papel de espaços preferenciais de lazer e fruição urbana, de espaços de maior atratividade e marca identitária e de maior visibilidade externa de algumas ilhas.

Assim, importa promover um modelo holístico de desenvolvimento urbano sustentável, que assegure uma qualificação integrada dos espaços urbanos, que contemple as várias dimensões da vida urbana – ambientais, económicas, sociais e culturais. Neste quadro, emerge a necessidade de aprofundamento da lógica integrada de intervenção urbana, respondendo-se com mais eficácia e eficiência aos desafios da qualificação ambiental, da criação de emprego e da coesão social.

A execução de planos de ação ajustados à dimensão dos espaços urbanos dos Açores permitirá uma resposta integrada aos problemas de cada centro urbano, com soluções concebidas, ajustadas e desenvolvidas em parceria estratégica, visando o desenvolvimento e a qualidade de vida nos centros urbanos, as possibilidades de negócio e de emprego e de uma oferta equilibrada de serviços nos respetivos territórios de influência.

Esta estratégia, terá como principal resultado recuperar e dinamizar económica e socialmente os 19 centros históricos das ilhas dos Açores.

Quadro 3 (6.5.1) Indicadores de Resultado

ID	Indicador	Unidade de medida	Categoria da região	Valor de base	Ano de base	Valor alvo (2023)	Fonte dos dados	Frequência de relatório
	População que habita em áreas com estratégias integradas de desenvolvimento urbano	%	MD			*		Anual

\* Em apuramento.

#### Ações a Apoiar

<b>Tipologia de ações</b>	<p>Consideram-se estruturantes para a concretização do objetivo específico, as ações que concorram para a:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Melhoria da acessibilidade e mobilidade, promovendo os modos de transporte favoráveis ao ambiente, a circulação ciclável e pedonal, a reestruturação das vias e das calçadas, a criação de estacionamento e a supressão de barreiras arquitetônicas;</li> <li>• Recuperação e qualificação do espaço público, incluindo mobiliário urbano e iluminação pública;</li> <li>• Melhoria do ambiente urbano, em especial a criação e quantificação de espaços verdes urbanos e valorização de frentes marítimas;</li> <li>• Apoio técnico aos moradores para auto reabilitação dos edifícios e habitações, incluindo a luta contra pragas, como por exemplo as térmitas;</li> <li>• Apoio técnico e financeiro para a remoção de produtos contendo amianto em edifícios (excluindo edifícios de habitação), com prioridade para as situações de remoção obrigatória, previstas na legislação aplicável;</li> <li>• Desenvolvimento de tecnologias e processos de planeamento urbano participado;</li> <li>• Modernização e eficiência administrativa;</li> <li>• Instalação de equipamentos para a difusão da internet e para as tecnologias de informação;</li> <li>• Requalificação de edifícios e estruturas de natureza logística, incluindo os mercados municipais;</li> <li>• Projetos que promovam a eficiência energética;</li> <li>• Recuperação de edifícios e espaços para a instalação de novas atividades económicas;</li> <li>• Apoio a iniciativas económicas das populações locais nomeadamente através de formas adequadas de apoio técnico e organizativo, bem como apoio financeiro a pequenos projetos de investimento empresarial, no respeito das regras dos auxílios de Estado.</li> <li>• Criação/remodelação de equipamentos e de serviços de proximidade;</li> <li>• Ações de conciliação da vida familiar com a vida profissional;</li> <li>• Prevenção da toxicodependência, da delinquência e de comportamentos anti- sociais.</li> </ul>
---------------------------	---

	<ul style="list-style-type: none"> <li>Recuperação e valorização do património cultural, incluindo, desde que possível, a funcionalização do património edificado em desusos.</li> </ul>
<b>Território alvo específico</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Região Autónoma dos Açores.</li> </ul>
<b>Tipologia de beneficiário</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Administração Pública Regional e Local</li> <li>Institutos, Empresas e Associações Públicas</li> <li>Entidades Públicas e Privadas Sem Fins Lucrativos</li> </ul>
<b>Principal grupo alvo</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>População residente nos Açores.</li> </ul>

#### Princípios orientadores para a seleção das operações

- Adequação do projeto à estratégia do PO Açores em matéria de proteção do ambiente e promoção da eficiência dos recursos:
  - Contribuição para o objetivo de crescimento sustentável da Estratégia Europa 2020.
  - Coerência da operação com a estratégia de desenvolvimento urbano sustentável da Região.
  - Grau de relevância estratégica da operação proposta, em termos regionais/locais ou sectoriais.
- Contributo para a coesão social e territorial:
  - Contributo para o reforço da coesão territorial da Região.
  - Contributo para o reforço da coesão social e para a revitalização social nos centros históricos.
  - Contributo para a promoção da igualdade de oportunidades, em função do género, da deficiência e de outras causas de discriminação.
- Capacidade de gerar resultados para o desenvolvimento territorial da Região:
  - Os efeitos esperados da operação medidos através dos indicadores de resultado e de realização.
  - Contributo da operação para a geração de emprego.
  - Coerência da operação com a fundamentação da sua necessidade e oportunidade, designadamente em matéria de regeneração dos tecidos urbanos e de qualificação de espaços urbanos críticos.
  - Qualidade técnica da operação, nomeadamente no que respeita à coerência entre o perfil dos destinatários, os conteúdos, a metodologia e a duração da intervenção, bem como no que se refere aos métodos de avaliação da execução e dos resultados da intervenção.
- Contributo para as políticas horizontais da UE (promoção da igualdade de oportunidades, em função do género, da deficiência e de outras causas de discriminação, desenvolvimento sustentável).

#### Utilização prevista dos instrumentos financeiros

Não aplicável.

**Utilização prevista dos grandes projetos**

Não aplicável.

**Quadro 5 (6.5.1) Indicadores de Realização da Prioridade de Investimento**

ID	Indicador	Unidade de medida	Fundo	Categoria da região	Valor alvo (2023)	Fonte dos dados	Frequência de relatório
	Nº de planos de reabilitação apoiados	N °	FEDER	MD	19	SI	Anual

## **Eixo Prioritário 7: Transportes sustentáveis e principais redes de infraestruturas**

**Prioridade de Investimento 7.2** - A melhoria da mobilidade regional através da ligação dos nós secundários e terciários às infraestruturas de RTE-T, incluindo os nós multimodais

**Objetivo Específico 7.2.1** - Aumentar a eficiência e a segurança na mobilidade terrestre de mercadorias e de passageiros.

Dada a realidade arquipelágica e ultraperiférica dos Açores, caracterizada ainda pela sua reduzida dimensão, pela ausência de economias de escala e pela descontinuidade territorial, a mobilidade interna terrestre apenas pode ser assegurada por “veículo automóvel”. Consequentemente, não existem condições técnicas, económicas e de mercado para a implementação de outros modos de mobilidade a título principal. Revela-se por isso inevitável a assunção do “veículo automóvel” como a principal garantia de mobilidade interna, quer no que concerne ao transporte de mercadorias, como de passageiros.

A fim de dinamizar os transportes terrestres, ao longo da última década foram implementadas medidas conducentes à modernização do sistema rodoviário e de qualificação do transporte coletivo de passageiros. Procurou-se assegurar uma mobilidade e acessibilidade segura e eficiente, em consonância com as recomendações da UE em relação à política de transportes terrestres. Releve-se, neste âmbito, a qualificação da rede viária regional e a renovação da frota de veículos afetos aos transportes coletivos de passageiros (SIRIART), a reformulação de horários e itinerários, a criação de novos serviços e a melhoria da informação ao público.

Num contexto de fortalecimento da competitividade regional, suportado num modelo exportador em que os sistemas portuários e aeroportuários emergem como nós estruturantes, importa assegurar uma melhor cobertura da rede rodoviária a esses pontos de ligação com o exterior, às zonas de atividades económicas e às áreas de natureza turística.

Esta estratégia materializar-se-á em duas linhas de intervenção específicas. A primeira visa eliminar alguns estrangulamentos prevaletentes no sistema rodoviário e que têm impactes severos na competitividade económica. Assim serão concluídas as condições de acessibilidade rodoviária aos pontos económicos estratégicos de cada ilha, (portos, aeródromos/aeroportos, hospital/centro de saúde), e criadas condições suficientes de circulação e de segurança nos principais troços relacionados com o tráfego de visitantes e turistas. A segunda linha visa dar

continuidade à promoção da eficiência operacional e energética dos sistemas de transporte de passageiros renovação de frotas, simplificação de serviços, instalação de novas plataformas e, especialmente, aumento da eficiência energética e ambiental.

**Quadro 3 (7.2.1) Indicadores de Resultado**

ID	Indicador	Unidade de medida	Categoria da região	Valor de base	Ano de base	Valor alvo (2023)	Fonte dos dados	Frequência de relatório
	Proporção de veículos que utilizam formas alternativas de combustível	Nº	MD			*		Anual

\* Em apuramento.

#### Ações a Apoiar

<b>Tipologia de ações</b>	<p>Consideram-se estruturantes para a concretização do objetivo específico, ações associadas a:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Infraestruturas viárias <p>Intervenção na rede viária regional que viabiliza a plena integração das infraestruturas recetoras dos movimentos de pessoas e bens com destino e origem do exterior (portos e aeroportos), bem como aos centros de atividade económica em geral (parques de ciência e tecnologia, áreas de acolhimento empresarial, centros de logística, núcleos de dinamização económica) e a promoção de soluções de mobilidade sustentável ao nível dos espaços urbanos.</p> </li> <li>Segurança rodoviária <ul style="list-style-type: none"> <li>Promoção de estratégias, campanhas e iniciativas que visem o fomento da segurança rodoviária;</li> <li>Melhoria contínua ao nível da segurança das infraestruturas rodoviárias, nomeadamente da sinalização (vertical, horizontal e variável) e dos dispositivos de proteção da via (características dos pavimentos, guardas de segurança, entre outros);</li> <li>Introdução de novos conceitos de vias que promovam a mobilidade suave (ou mobilidade não-motorizada).</li> </ul> </li> <li>Transporte Coletivo de Passageiros <p>Criação de um novo Sistema de Incentivos, em substituição do atual SIRIART (Sistema de Incentivos à Redução do Impacto Ambiental e Renovação das Frotas no Transporte Coletivo Regular de Passageiros, aprovado pela Portaria n.º 21/2000, de 23 de Março), que vise a introdução de novos conceitos de mobilidade baseado na substituição de veículos “convencionais” dotados de motores de combustão interna assentes em combustíveis fósseis, por veículos ecologicamente avançados ou menos poluentes (ex: híbridos e, gás</p> </li> </ul>
---------------------------	--

	<p>natural).</p> <p>Sistemas de informação ao público, reformulações do sistema de bilhética (bilhética de contato) e introdução de novas plataformas tecnológicas.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Transporte de Passageiros em Veículos Ligeiros (táxis)</li> </ul> <p>Criação de um novo modelo de Sistema de Incentivos à renovação da frota de veículos ligeiros de passageiros afetos ao serviço de táxis, que promova e incentive a substituição e desmantelamento de veículos “convencionais” (baseados em combustíveis fósseis) por veículos elétricos (baseados em energias renováveis). A realidade arquipelágica e a reduzidíssima dimensão da maioria dos mercados permite a criação de micro projetos-piloto nesta matéria, os quais poderão ser direcionados para determinada ilha ou nicho de mercado.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Transporte de Mercadorias</li> </ul> <p>Criação de um sistema de incentivos à renovação da frota de veículos pesados de mercadorias, que promova a substituição e cancelamento de matrículas de veículos obsoletos por novos veículos baseados nas mais recentes normas europeias de produção de veículos (Normas Euro), com consequências significativas em termos de redução do GEE.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Desenvolver um Plano Integrado de Transportes, através da criação de infraestruturas de interface para a integração total de todos os sistemas de transporte na RAA, permitindo assim interligar os subsistemas das empresas do setor público, abrindo o mesmo a empresas privadas e outros sistemas de cariz institucional (Meteorologia, Monitorização Ondas, Geográfico, etc.), de forma a agregar numa única plataforma de gestão inteligente, obtendo-se uma gestão integrada de todos os sistemas de transporte e procedendo-se assim a uma otimização de recursos e percursos.</li> </ul>
<b>Território alvo específico</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Região Autónoma dos Açores</li> </ul>
<b>Tipologia de beneficiário</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Administração Pública Regional e Local</li> <li>– Institutos, Empresas e Associações Públicas</li> <li>– Entidades públicas e privadas sem fins lucrativos</li> <li>– Empresas Privadas</li> </ul>
<b>Principal grupo alvo</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Empresas e Empresários Privados.</li> </ul>



#### Princípios orientadores para a seleção das operações

- Adequação do projeto à estratégia do PO Açores em matéria de promoção dos transportes sustentáveis e da eliminação dos estrangulamentos nas principais redes de infraestruturas:
  - Contribuição para o objetivo de crescimento sustentável da Estratégia Europa 2020.
  - Coerência da operação com o Plano Regional de Transportes.
  - Grau de relevância estratégica da operação proposta, em termos regionais ou sectoriais.
- Contributo para a coesão social e territorial:
  - Contributo para o reforço da coesão territorial da Região.
  - Contributo para o reforço da coesão social.
  - Contributo para a promoção da igualdade de oportunidades, em função do género, da deficiência e de outras causas de discriminação.
- Capacidade de gerar resultados para o desenvolvimento territorial da Região:
  - Os efeitos esperados da operação medidos através dos indicadores de resultado e de realização.
  - Contributo da operação para a geração de emprego.
  - Coerência da operação com a fundamentação da sua necessidade e oportunidade, designadamente em matéria de mobilidade regional (acessibilidade rodoviária).
  - Qualidade técnica da operação, nomeadamente no que respeita à coerência entre o perfil dos destinatários, os conteúdos, a metodologia e a duração da intervenção, bem como no que se refere aos métodos de avaliação da execução e dos resultados da intervenção.
- Contributo para as políticas horizontais da UE (promoção da igualdade de oportunidades, em função do género, da deficiência e de outras causas de discriminação, desenvolvimento sustentável).

#### Utilização prevista dos instrumentos financeiros

Não aplicável.

#### Utilização prevista dos grandes projetos

Não aplicável.

**Quadro 5 (7.2.1) Indicadores de Realização da Prioridade de Investimento**

ID	Indicador	Unidade de medida	Fundo	Categoria da região	Valor alvo (2023)	Fonte dos dados	Frequência de relatório
	Km de estradas intervencionadas	Km	FEDER	MD	*	SI	Anual

\* Em apuramento.

**Prioridade de Investimento 7.3** - O desenvolvimento e a melhoria de sistemas de transporte ecológicos (nomeadamente de baixo ruído) e baixo teor de carbono, incluindo as vias navegáveis interiores e o transporte marítimo, os portos, as ligações multimodais e as infraestruturas aeroportuárias, a fim de promover a mobilidade regional e local sustentável

**Objetivo Específico 7.3.1** - Aumentar os fluxos e os movimentos de mercadorias e passageiros, utilizando o sistema aéreo e marítimo.

---

Os fluxos de passageiros e de mercadorias entre as ilhas e dos Açores para o exterior realizam-se exclusivamente por via marítima e/ou aérea, sendo necessário que os sistemas de transportes associados, compreendendo as infraestruturais, os meios e a logística, operem com eficiência e segurança. Em 2012, foram movimentadas nos portos regionais, cerca de 2.318 mil toneladas de mercadorias – 90,2 mil contentores e nos 9 aeroportos regionais, registaram-se 17.201 movimentos, dos quais 873 para a UE27 - 8.550 toneladas de carga embarcada/desembarcada.

No âmbito do desenvolvimento das redes transeuropeias de transporte serão promovidas as infraestruturas regionais e as ligações destas às infraestruturas prioritárias da União Europeia, por forma a se criar um verdadeiro mercado único, valorizando a localização dos portos regionais, no contexto do aumento dos fluxos entre a Europa e o continente americano.

Para garantir um sistema de transportes integrado e articulado que contribua para a coesão social e territorial, para uma economia regional robusta e bem integrada a nível nacional, europeu e mundial, cómodo e seguro, respeitador do ambiente e eficiente do ponto de vista energético, é necessário adaptar e modernizar as infraestruturas existentes.

Atendendo à especificidade do território, dispersão por nove ilhas, com potencial demográfico e económico bem diverso, localizadas ao longo de um eixo de 600 km, importa assegurar serviços mínimos de acessibilidade e de tarifas a praticar nos movimentos de pessoas e bens, sendo necessário impor obrigações de serviço público para que haja vida económica em todas as parcelas.

O desenvolvimento do sistema portuário e aeroportuário permite aumentar a conexão ao exterior e, consequentemente, tornar mais competitivos os principais setores e empresas exportadoras de bens transacionáveis. Serão apoiadas ações que concorram para o desenvolvimento e a gestão coordenada das várias infraestruturas e, para a melhoria do desempenho ambiental e operacional do sistema de transportes entre as ilhas dos Açores e destas para o exterior.

Quadro 3 (7.3.1) Indicadores de Resultado

ID	Indicador	Unidade de medida	Categoria da região	Valor de base	Ano de base	Valor alvo (2023)	Fonte dos dados	Frequência de relatório
	Movimento geral de cargas	%	MD			*	SREA	Anual

\* Em apuramento.

#### Ações a Apoiar

<b>Tipologia de ações</b>	<p>Consideram-se estruturantes para a concretização do objetivo específico, ações associadas à:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Construção, ampliação e modernização das gares marítimas, edifícios polivalentes de apoio a toda atividade marítimo-portuária e também portos comerciais e mistos regionais;</li> <li>• Aquisição de equipamento portuário, meios de transporte, maquinaria para movimentação de cargas e meios de combate à poluição, salvamento e incêndios nos portos comerciais com o objetivo de melhoria ambiental, bem como a segurança, operacionalidade e eficiência;</li> <li>• Estudo e monitorização sobre a reestruturação marítima no modelo de carga rodada;</li> <li>• Implementação de sistemas de monitorização dos portos dos Açores para assegurar a vigilância, de forma a antecipar investimentos por via do desgaste dos portos atendendo à agitação marítima dos Açores;</li> <li>• Dinamização e modernização dos estaleiros serviços de reparação navais dos Açores;</li> <li>• Implementação de infraestruturas, sistemas de informação com características inovadoras e adaptados ao conceito das autoestradas do mar de forma a suportar a conectividade regional, nacional e internacional;</li> <li>• Se justificável, comparticipação da despesa pública com as obrigações de serviço público de transporte marítimo inter-ilhas, com recurso à dotação específica alocada às regiões ultraperiféricas da União Europeia.</li> <li>• Ações de melhoria e de aumento da segurança na operação das infraestruturas aeroportuárias, bem como financiamento das obrigações de serviço público de transporte aéreo entre as ilhas dos Açores;</li> </ul>
<b>Território alvo específico</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Região Autónoma dos Açores</li> </ul>
<b>Tipologia de beneficiário</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Administração Pública Regional e Local</li> <li>– Institutos, Empresas e Associações Públicas</li> <li>– Instituições Ensino Superior</li> <li>– Entidades públicas e privadas sem fins lucrativos</li> </ul>
<b>Principal Grupo alvo</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Setor empresarial regional e passageiros.</li> </ul>

#### Princípios orientadores para a seleção das operações

- Adequação do projeto à estratégia do PO Açores em matéria de promoção dos transportes sustentáveis e da eliminação dos estrangulamentos nas principais redes de infraestruturas:
  - Contribuição para o objetivo de crescimento sustentável da Estratégia Europa 2020.
  - Coerência da operação com o Plano Regional de Transportes.
  - Grau de relevância estratégica da operação proposta, em termos regionais ou sectoriais.
- Contributo para a coesão social e territorial:
  - Contributo para o reforço da coesão territorial da Região.
  - Contributo para o reforço da coesão social.
  - Contributo para a promoção da igualdade de oportunidades, em função do género, da deficiência e de outras causas de discriminação.
- Capacidade de gerar resultados para o desenvolvimento territorial da Região:
  - Os efeitos esperados da operação medidos através dos indicadores de resultado e de realização.
  - Contributo da operação para a geração de emprego.
  - Coerência da operação com a fundamentação da sua necessidade e oportunidade, designadamente em matéria de mobilidade regional (acessibilidade rodoviária).
  - Qualidade técnica da operação, nomeadamente no que respeita à coerência entre o perfil dos destinatários, os conteúdos, a metodologia e a duração da intervenção, bem como no que se refere aos métodos de avaliação da execução e dos resultados da intervenção.
- Contributo para as políticas horizontais da UE (promoção da igualdade de oportunidades, em função do género, da deficiência e de outras causas de discriminação, desenvolvimento sustentável).

#### Utilização prevista dos instrumentos financeiros

Não aplicável.

#### Utilização prevista dos grandes projetos

Não aplicável.

**Quadro 5 (7.3.1) Indicadores de Realização da Prioridade de Investimento**

ID	Indicador	Unidade de medida	Fundo	Categoria da região	Valor alvo (2023)	Fonte dos dados	Frequência de relatório
	Nº de contratos de obrigações de serviço público apoiados	N.º	FEDER	MD	2	SI	Anual
	Nº de portos intervencionados	N.º	FEDER	MD	9	SI	Anual

## **Eixo Prioritário 8: Emprego e Mobilidade Laboral**

**Prioridade de Investimento 8.1** - *O acesso ao emprego para os candidatos a emprego e os inativos, incluindo os desempregados de longa duração e as pessoas afastadas do mercado de trabalho, e através de iniciativas locais de emprego e apoio à mobilidade dos trabalhadores*

### **Objetivo Específico 8.1.1** – Integrar desempregados no mercado de trabalho

---

A crise económica que afeta o país tem tido implicações no mercado de emprego regional estando, no final do 3º trimestre de 2013, inscritos 11.923 desempregados nos serviços regionais de emprego. A resposta a este problema constitui uma das prioridades das políticas públicas regionais. A conjugação do decréscimo da oferta de emprego com a destruição de postos de trabalho em resultado da conjuntura recessiva e das mudanças na economia regional, e a reduzida mobilidade laboral afirmam-se como barreiras a superar, para uma efetiva coesão social na Região.

Neste contexto, a Região delineou para o período 2014-2020 uma estratégia de dinamização da inserção de desempregados no mercado de emprego e de intervenção social suportada em duas linhas de intervenção.

Na primeira linha, serão realizados estágios para abrir as portas do mercado de trabalho aos desempregados, ajudando-os a superar os constrangimentos que obstaculizam a sua participação económica. Serão promovidos estágios laborais ou pré-profissionais, dado tratar-se de uma ferramenta pedagógica que se constitui num manual de aprendizagem. Os estágios serão dirigidos a desempregados com cursos técnico profissionais, licenciaturas, mestrados, outros níveis de qualificação e visam o desenvolvimento e aquisição de competências empreendedoras ao nível pessoal, social e profissional. Simultaneamente, serão desenvolvidos estágios de reconversão profissional orientados para o sector da agricultura e das indústrias transformadoras, face às manifestas necessidades regionais de reconversão das competências técnicas destes trabalhadores, essencial num quadro de promoção de maiores níveis de competitividade.

Esta ferramenta irá incentivar os desempregados, nomeadamente os de longa duração, a estruturar e implementar projetos de vida, visando a sua autonomia e participação cívica. Têm por isso uma dupla função: como instrumento formativo dos técnicos e enquanto motor de desenvolvimento das competências empreendedoras dos desempregados.

Na segunda linha de intervenção serão intensificados os programas de apoio à contratação, facilitando o acesso ao mercado de trabalho de pessoas que se encontram há mais tempo em situação de desemprego e aqueles que desenvolveram planos de estágios e tornaram-se recursos humanos qualificados.

É de salientar que estas linhas de atuação assumem um carácter totalmente inovador na Região, devendo a sua concretização contribuir de forma relevante para o desenvolvimento empresarial, tornando as empresas mais

competitivas e, deste modo, proporcionando melhores níveis de empregabilidade, tendo em vista o desenvolvimento sustentável da economia açoriana.

**Quadro 3 (8.1.1) Indicadores de Resultado**

ID	Indicador	Unidade de medida	Categoria da região	Valor de base	Ano de base	Valor alvo (2023)	Fonte dos dados	Frequência de relatório
	Trabalhadores empregados no final do período de apoio	%	MD	0	NA	5000	OEFP+ BDE+ BD Estagiár	Anual

#### Ações a Apoiar

<b>Tipologia de ações</b>	<p>No âmbito deste objetivo serão desenvolvidas as seguintes ações:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Apoios à contratação - têm por objetivo a promoção da criação de novos postos de trabalho através da atribuição de um apoio financeiro às entidades empregadoras. Para que tal seja possível, as mesmas terão de proceder à integração, através de celebração de contrato de trabalho, de estagiários ou contratar desempregados;</li> <li>• Estágios de reconversão profissional para a agricultura e indústrias transformadoras – visam proporcionar uma experiência de trabalho e criar oportunidades de integração direcionadas ao público com maiores dificuldades e com menores qualificações. A introdução de um novo conjunto de estágios profissionais rompe com a ideia tradicional de adaptação a uma função e introduz um novo conceito de adequação a um posto de trabalho. Estes novos estágios comportam duas vertentes de formação, uma mais tradicional e adaptada ao sector onde o jovem será inserido e outra de formação prática em contexto de trabalho de maior duração. São programas de estágios profissionais que preveem a obrigatoriedade de prestação de formação profissional e atribuem um prémio de integração a conceder às empresas que decidam contratar os estagiários;</li> <li>• Apoios a encargos não salariais – consiste no apoio financeiro aos empregadores que celebrem contratos de trabalho, sem termo ou a termo certo de duração igual ou superior a 6 meses, a tempo completo ou parcial, com desempregados inscritos nos serviços de emprego, através do reembolso de uma percentagem da Taxa Social Única (TSU) paga pelo empregador.</li> </ul>
<b>Território alvo específico</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Região Autónoma dos Açores.</li> </ul>
<b>Tipologia de beneficiário</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Administração Regional</li> </ul>
<b>Principal grupo alvo</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Desempregados à procura do 1º emprego ou novo emprego</li> <li>– Empresas privadas e públicas, Administração Pública, Cooperativas e outras Instituições Públicas e Privadas, sem fins lucrativos</li> </ul>

#### Princípios orientadores para a seleção das operações

Após o processo de verificação das condições de admissibilidade das candidaturas, a sua apreciação tem em conta os seguintes aspetos:

- Relevância do projeto (nível de enquadramento na prioridade de investimento e nos objetivos específicos);
- Existência de mecanismos de acompanhamento dos estagiários e das entidades beneficiárias dos apoios à contratação;
- Monitorização da inserção profissional dos estagiários;
- Outros a definir em regulamentação específica.

#### Utilização prevista dos instrumentos financeiros

Não aplicável.

#### Utilização prevista dos grandes projetos

Não aplicável.

**Quadro 5 (8.1.1) Indicadores de Realização da Prioridade de Investimento**

ID	Indicador	Unidade de medida	Fundo	Categoria da região	Valor alvo (2023)	Fonte dos dados	Frequência de relatório
	Postos de trabalho abrangidos pelos apoios à contratação, por ano	N.º	FSE	MD	1000	DREQP	Anual

**Prioridade de Investimento 8.2** - A integração sustentável dos jovens no mercado de trabalho, em especial os que não trabalham, não estudam, nem se encontram em formação, incluindo os jovens em risco de exclusão social e os jovens de comunidades marginalizadas, inclusive através da execução da Garantia para a Juventude

**Objetivo Específico 8.2.1** – Integrar jovens desempregados com idade inferior ou igual a 30 anos, no mercado de trabalho

A taxa de desemprego juvenil na Região atingiu valores preocupantes (dois em cada cinco jovens disponíveis para o mercado de trabalho não consegue obter um emprego) sendo quase três vezes mais elevada do que a taxa de desemprego relativa à população ativa adulta.

A resposta a este problema pelas políticas ativas de emprego deve considerar que os jovens na Região, nesta situação, constituem um grupo muito heterogéneo: há os que detêm qualificações e procuram ativamente a sua inserção no mercado de trabalho e outros que não adquiriram qualificações adequadas às novas exigências da economia regional. Do segundo grupo podem ainda individualizar-se dois subgrupos: os que procuram ativamente trabalho e os candidatos passivos, seja pela falta de qualificações, seja pela ausência de motivação.

De salientar, que muitos dos jovens abandonaram o sistema de ensino sem completar a sua formação base e não se encontram a frequentar qualquer plano de formação que os habilite a um emprego estável. A dificuldade no acesso ao emprego ou a sua precariedade potencia os riscos de exclusão social e compromete a participação ativa dos jovens na sociedade. Esta prioridade regional é reforçada pelo compromisso europeu no âmbito da Garantia para a Juventude.

Considerando este contexto, a Região irá criar as condições necessárias para a inserção da população jovem no mercado de trabalho. Este objetivo será operacionalizado com o incentivo às empresas, nomeadamente as empresas regionais, para recrutarem e manterem postos de trabalho sustentados, através de programas de estágios, apoios à contratação, mas também estágios de reconversão profissional para sectores específicos. Esta abordagem dá continuidade, mas de forma mais intensa, a abordagens desenvolvidas no âmbito do Pro-Emprego.

**Quadro 3 (8.2.1) Indicadores de Resultado**

ID	Indicador	Unidade de medida	Categoria da região	Valor de base	Ano de base	Valor alvo (2023)	Fonte dos dados	Frequência de relatório
	Estagiários integrados no final do estágio	Nº	MD	0	NA	2100	DREQP	Anual



## Ações a Apoiar

<b>Tipologia de ações</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Estágios profissionais – estes estágios terão em conta as especificidades dos diferentes segmentos (nível de escolaridade – aqueles que concluíram um curso profissional equivalente ao ensino secundário e licenciados/mestres) e visam proporcionar, simultaneamente, a aquisição de competências e de experiência profissional, potenciando a empregabilidade nas empresas de acolhimento.</li><li>• Estágios de reconversão profissional para a agricultura e indústrias transformadoras - os sectores em reconversão são essenciais para o desenvolvimento regional com destaque para os sectores agrícola e industrial. Face à existência de um volume significativo de desempregados que abandonaram precocemente o sistema de ensino, torna-se imperativo reconverter estes ativos através de duas vertentes: formação profissional teórica e prática, traduzindo-se, esta última, num estágio em contexto real de trabalho.</li><li>• Apoios à contratação - com vista a promover relações laborais mais estáveis será assegurado um apoio financeiro às entidades empregadoras que contratem os jovens após a conclusão do estágio profissional. Complementarmente, e para além dos jovens que não frequentaram um estágio profissional, existirão incentivos à contratação, com e sem termo, de desempregados jovens recrutados pelas empresas e outras entidades empregadoras, diferenciando-se a subvenção a atribuir-lhes, em função do tempo de inscrição dos recrutados nas Agências para a Qualificação e Emprego.</li></ul>
<b>Território alvo específico</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>– Região Autónoma dos Açores.</li></ul>
<b>Tipologia de beneficiário</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>– Administração Regional</li></ul>
<b>Principal grupo alvo</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>– Jovens desempregados que tenham terminado uma qualificação profissional de nível IV e VIII (com idades inferiores ou iguais aos 30 anos)</li><li>– Jovens inscritos e em processo de reconversão profissional (teórica e em contexto real de trabalho), orientados para as atividades agrícolas e industriais</li><li>– Empresas privadas e públicas, Administração Pública, Cooperativas e outras Instituições Públicas e Privadas, sem fins lucrativos</li></ul>

## Princípios orientadores para a seleção das operações

Após o processo de verificação das condições de admissibilidade das candidaturas, a sua apreciação tem em conta os seguintes aspetos:

- Relevância do projeto (nível de enquadramento na prioridade de investimento e nos objetivos específicos);
- Existência de mecanismos de acompanhamento dos estagiários e das entidades beneficiárias dos apoios à contratação;

- Monitorização da inserção profissional dos estagiários;
- Outros a definir em regulamentação específica.

#### Utilização prevista dos instrumentos financeiros

Não aplicável

#### Utilização prevista dos grandes projetos

Não aplicável

**Quadro 5 (8.2.1) Indicadores de Realização da Prioridade de Investimento**

ID	Indicador	Unidade de medida	Fundo	Categoria da região	Valor alvo (2023)	Fonte dos dados	Frequência de relatório
	Estagiários abrangidos, por ano	N.º	FSE	MD	1700	DREQP	Anual

**Prioridade de Investimento 8.3** - A criação de emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras

**Objetivo Específico 8.3.1** – Fomentar a criação de autoemprego

Em 2011, o peso de trabalhadores por conta de outrem na Região era de 82,8%, valor superior à elevada média nacional que era de 78,9%. Esta situação revela a escassa dinâmica empreendedora dos ativos na Região, com reflexos na diminuta criação do próprio emprego.

No atual contexto de crise socioeconómica e de transformação do mercado de trabalho e da economia regional, o fomento da criação do próprio emprego e do empreendedorismo constituem prioridades regionais no combate ao desemprego e de estímulo a um crescimento económico sustentável a médio e longo prazo.

A estratégia da Região para o fomento da criação do próprio emprego, confere grande prioridade aos desempregados, designadamente aos beneficiários de prestações de desemprego, jovens e adultos, que já tiveram experiências profissionais. Pretende-se potenciar as suas capacidades em prol do desenvolvimento pessoal, profissional e local.

A dinamização do autoemprego será enquadrada numa lógica de desenvolvimento local permitindo a recuperação de ofícios tradicionais, enquanto polos dinamizadores da criação de postos de trabalho, havendo por exemplo margem para o seu sucesso no quadro do desenvolvimento turístico da Região.

O reforço das medidas de estímulo ao empreendedorismo e ao autoemprego, bem como à contratação, são apontadas como uma das estratégias estruturantes pelo Plano Regional de Emprego 2010-2015 e irão beneficiar das lições tiradas e das experiências obtidas no âmbito do PRO-EMPREGO.

**Quadro 3 (8.3.1) Indicadores de Resultado**

ID	Indicador	Unidade de medida	Categoria da região	Valor de base	Ano de base	Valor alvo (2023)	Fonte dos dados	Frequência de relatório
	Entidades apoiadas que permanecem em atividade 6 meses após fim do apoio	Nº	MD	0	NA	300	BDE	Anual
	Postos de trabalho apoiados que permanecem ativos 6 meses após o fim do apoio	Nº	MD	0	NA	500	BDE	Anual

#### Ações a Apoiar

<b>Tipologia de ações</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Apoio à criação do próprio emprego – ações dirigidas a desempregados beneficiários, ou não, de prestações de desemprego, através da atribuição de um prémio</li><li>• Apoios à contratação – destina-se a apoiar a contratação de desempregados promovendo o emprego de populações com maior dificuldade no acesso ao mercado de trabalho, contribuindo para criação de emprego e o crescimento económico.</li><li>• Ações de apoio ao empreendedorismo – destina-se ao pagamento de uma bolsa, a desempregados, durante o período necessário ao desenvolvimento e implementação de projetos que visem a criação de empresas.</li></ul>
<b>Território alvo específico</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>– Região Autónoma dos Açores.</li></ul>
<b>Tipologia de beneficiário</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>– Administração Regional</li></ul>
<b>Principal grupo alvo</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>– Jovens e adultos desempregados</li><li>– Empresas</li><li>– Outras entidades empregadoras</li></ul>

#### Princípios orientadores para a seleção das operações

Após o processo de verificação das condições de admissibilidade das candidaturas, a sua apreciação tem em conta os seguintes aspetos:

- Relevância do projeto (nível de enquadramento na prioridade de investimento e nos objetivos específicos);
- Existência de mecanismos de acompanhamento dos projetos apoiados;
- Outros a definir em regulamentação específica.

#### Utilização prevista dos instrumentos financeiros

Não aplicável

#### Utilização prevista dos grandes projetos

Não aplicável

**Quadro 5 (8.3.1) Indicadores de Realização da Prioridade de Investimento**

ID	Indicador	Unidade de medida	Fundo	Categoria da região	Valor alvo (2023)	Fonte dos dados	Frequência de relatório
	Postos de trabalho criados, por ano	N.º	FSE	MD	120	DREQP	Anual
	Pessoas/entidades apoiadas, por ano	N.º	FSE	MD	70	DREQP	Anual

**Prioridade de Investimento 8.4** - *A igualdade entre homens e mulheres em todos os domínios, nomeadamente nos domínios do acesso ao emprego, da progressão na carreira, da conciliação da vida profissional privada e da promoção da igualdade de remuneração para trabalho igual*

**Objetivo Específico 8.4.1** – Aumentar a participação das mulheres na economia regional

---

Apesar dos esforços regionais para a promoção de uma maior igualdade entre homens e mulheres, tendem a persistir diferenças assinaláveis entre os géneros na participação no mercado de trabalho. Em 2011, a taxa de atividade feminina era de 41,1% (16 pontos percentuais abaixo da masculina), o ganho médio mensal por sexo era de 9,3% em desfavor das mulheres e a percentagem de mulheres a trabalhar por conta própria expressivamente inferior à dos homens. As mulheres persistem como um grupo particularmente vulnerável à pobreza e às múltiplas formas de discriminação nomeadamente no acesso ao trabalho de qualidade e na progressão profissional (5.917 são beneficiárias de RSI; registam-se 267 mulheres com filhos nas casas abrigo, 1.331 vítimas de Violência Doméstica, em 2013).

A progressiva eliminação desta desigualdade e a afirmação do papel da mulher na dimensão laboral constitui uma das prioridades da política de emprego da Região até 2020. Nesse sentido irão ser implementadas três linhas de medidas que potenciem a empregabilidade das mulheres.

A primeira diz respeito à promoção do empreendedorismo como ferramenta de inserção no mercado de trabalho, através da criação do próprio emprego. Desta forma serão potenciadas capacidades e habilidades, bem como capitalizado algum empreendedorismo informal emergente na Região Autónoma dos Açores, nomeadamente entre as mulheres, como forma de aumentar os rendimentos.

A segunda linha de atuação contempla o apoio à substituição de trabalhadoras em situação de licença por maternidade por desempregadas beneficiárias de prestações de desemprego. Esta medida visa fundamentalmente incrementar o emprego feminino, contribuir para a produtividade social e a aquisição de novas competências por parte das mulheres desempregadas beneficiárias, para além de funcionar como medida de proteção da maternidade. Esta medida concorre ainda para atenuar os efeitos económicos e funcionais sobre as empresas e organismos, resultantes da licença de maternidade das suas trabalhadoras, constituindo-se, finalmente, como uma medida de promoção do mercado social de emprego.

A terceira linha de atuação reside no desenvolvimento de campanhas de divulgação e de sensibilização para a igualdade entre homens e mulheres e defesa da conciliação entre a vida pessoal e profissional.

O apoio à inserção das mulheres no mercado laboral constitui uma das preocupações do Plano Regional de Emprego 2010-2015 e uma das linhas de intervenção que marcou a ação do Pro-Emprego, entre 2007 e 2013, pretendendo-se manter essa orientação de atuação beneficiando das lições de experiência obtidas.

**Quadro 3 (8.4.1) Indicadores de Resultado**

ID	Indicador	Unidade de medida	Categoria da região	Valor de base	Ano de base	Valor alvo (2023)	Fonte dos dados	Frequência de relatório
	Mulheres empregadas após o final do período de apoio	Nº	MD	41	2012	250	DREQP	Anual

#### Ações a Apoiar

<b>Tipologia de ações</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Formação para o empreendedorismo feminino – ações de formação destinadas a mulheres, com vista a potenciar a sua capacidade empreendedora, favorecendo a criação do autoemprego e incentivando o associativismo empresarial de mulheres</li> <li>Campanhas de divulgação e sensibilização – ações destinadas às entidades empregadoras e população em geral com vista a sensibilizar para a igualdade entre homens e mulheres e a conciliação da vida profissional e privada</li> <li>Programa Proteção à Maternidade e Fomento da Empregabilidade Feminina - programa destinado à substituição de trabalhadoras em situação de licença por maternidade por desempregadas beneficiárias de prestações de desemprego.</li> </ul>
<b>Território alvo específico</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Região Autónoma dos Açores.</li> </ul>
<b>Tipologia de beneficiário</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Administração Regional</li> <li>Entidades formadoras certificadas</li> </ul>
<b>Principal grupo alvo</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Entidades Empregadoras</li> <li>Empresas e cooperativas geridas por mulheres</li> <li>Mulheres independentemente da sua situação face ao emprego</li> </ul>

#### Princípios orientadores para a seleção das operações

Após o processo de verificação das condições de admissibilidade das candidaturas, a sua apreciação tem em conta os seguintes aspetos:

- Relevância do projeto (nível de enquadramento na prioridade de investimento e nos objetivos específicos);
- Existência de mecanismos de acompanhamento e/ou instrumentos de verificação de resultados dos projetos apoiados;
- Monitorização da inserção profissional das participantes;
- Outros a definir em regulamentação específica.

#### Utilização prevista dos instrumentos financeiros

Não aplicável

Utilização prevista dos grandes projetos

Não aplicável

Quadro 5 (8.4.1) Indicadores de Realização da Prioridade de Investimento

ID	Indicador	Unidade de medida	Fundo	Categoria da região	Valor alvo (2023)	Fonte dos dados	Frequência de relatório
	Mulheres abrangidas nos projetos apoiados, de proteção à maternidade, por ano	N.º	FSE	MD	200	SIIFSE, DREQP	Anual

**Prioridade de Investimento 8.5 - A adaptação dos trabalhadores, das empresas e dos empresários à mudança**

**Objetivo Específico 8.5.1 – Aumentar a empregabilidade dos ativos e promover ações que favoreçam uma gestão mais inovadora por parte dos empresários**

---

Em 2011, 56,9% da população ativa na Região Autónoma dos Açores apresentava níveis de qualificação iguais ou inferiores ao 2º ciclo do ensino básico e apenas 14,3% tinham formação de nível superior. A superação deste quadro é essencial para que a economia regional responda aos desafios de competitividade e internacionalização com que se confronta.

Neste contexto, a aquisição de competências pelos trabalhadores e pelos empresários e a aprendizagem ao longo da vida assume a maior relevância, possibilitando a adaptação ao aumento da competitividade, inovação e reforço da produção de bens transacionáveis de maior valor acrescentado.

Assim, até 2020 a Região irá apostar em quatro linhas de atuação para reforçar os níveis de capacitação do capital humano ativo.

A primeira linha visa apoiar a consultoria estratégica para a inovação empresarial, promovendo o aumento da competitividade das empresas e a incorporação de inovação no processo produtivo.

A segunda linha assenta no apoio à consultoria/formação das microempresas e das pequenas e médias empresas (PME) com o objetivo de apoiar os processos de modernização e de dinamizar a qualificação dos empresários, dirigentes e responsáveis funcionais, através de ações de formação e apoio individualizado.

A terceira linha assenta na Formação Modular Certificada que visa aperfeiçoar os conhecimentos e as competências dos ativos. Deverá ser implementada em processos de reciclagem ou de reconversão profissional, proporcionando a aquisição dos conhecimentos necessários à integração num mercado de trabalho cada vez mais exigente.

A quarta linha visa promover a qualificação profissional contínua, assente no princípio do sistema dual. Esta abordagem vai permitir que os conhecimentos adquiridos em sala sejam consolidados e testados na formação prática ao longo da formação, ou seja no *learning by doing* e tem como objetivo oferecer às empresas ações de qualificação, ou de especializações adaptadas ao seu processo de inovação ou à necessidade de disporem de novos conhecimentos em tecnologias de ponta, fundamentais no aumento da competitividade empresarial.



Quadro 3 (8.5.1) Indicadores de Resultado

ID	Indicador	Unidade de medida	Categoria da região	Valor de base	Ano de base	Valor alvo (2023)	Fonte dos dados	Frequência de relatório
	Empregados abrangidos que mantêm ou melhoram a sua situação laboral, 6 meses após a conclusão da formação	N.º	MD	NA		13000	SIIFSE e Certificar	Anual
	Desempregados abrangidos, integrados no mercado de trabalho 6 meses após a conclusão da formação	N.º	MD	NA		1750	DREQP	Anual

#### Ações a Apoiar

<p><b>Tipologia de ações</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ação-Formação para a inovação empresarial - resposta formativa inserida em estratégias empresariais de consolidação e/ou expansão da sua atividade em segmentos orientados para os objetivos de inovação e de reforço da produção de bens transacionáveis de maior valor acrescentado.</li> <li>• Cheque formação - visa potenciar o ajustamento entre a procura e oferta de formação através da concessão de um apoio financeiro às entidades empregadoras e aos ativos desempregado e empregados que frequentem percursos de formação ajustados e direcionados às necessidades do mercado de trabalho.</li> <li>• Consultoria/Formação a microempresas e pequenas e médias empresas - tem como objetivo apoiar os processos de modernização das microempresas e PME e a qualificação dos empresários, dirigentes e responsáveis funcionais, através de ações de formação e apoio individualizado. Essas ações de formação são organizadas na modalidade de formação-consultoria, com vista a reforçar e desenvolver as competências dos empresários, dirigentes e responsáveis funcionais de micro, pequenas e médias empresas, tendo como objetivo a melhoria da sua capacidade de gestão e o aumento da competitividade, modernização e inovação das respetivas empresas.</li> <li>• Formação Modular (CNQ) - Esta formação tem por base as unidades de formação de curta duração (UFCD) constantes do Catálogo Nacional das Qualificações e visa aperfeiçoar os conhecimentos e competências adquiridas ou a ser utilizada em processos de reciclagem e reconversão profissional, proporcionando, deste modo, a aquisição dos conhecimentos necessários à integração num mercado de trabalho cada vez mais exigente e competitivo.</li> <li>• Qualificação profissional Contínua – Formação profissional assente no princípio do sistema dual, permitindo que os conhecimentos teóricos adquiridos em sala sejam consolidados e testados na formação prática ao longo da formação, ou seja no learning by doing e destina-se a profissionais que pretendem adquirir novas competências.</li> </ul>
----------------------------------	--

<b>Território alvo específico</b>	- Região Autónoma dos Açores.
<b>Tipologia de beneficiário</b>	- Associações Empresariais representativas do tecido empresarial dos Açores - Escolas Profissionais - Empresas - Entidades formadoras certificadas
<b>Principal grupo alvo</b>	- Ativos empregados ou desempregados

#### Princípios orientadores para a seleção das operações

Após o processo de verificação das condições de admissibilidade das candidaturas, a apreciação e seleção dos projetos é baseada numa análise multicritério, com a devida quantificação, onde é valorizado:

- A relevância do projeto (nível de enquadramento na prioridade de investimento e nos objetivos específicos);
- A coerência das ações propostas com a fundamentação da sua necessidade e oportunidade em termos de empregabilidade ou de sustentabilidade do emprego dos destinatários;
- O contributo para o desenvolvimento de sectores de atividade ou áreas de qualificação considerados estratégicos;
- A existência de mecanismos facilitadores da inserção profissional, quando estejam previstos formandos desempregados;
- A existência de instrumentos que assegurem a igualdade de oportunidades e de género, em particular, no acesso ao mercado de trabalho;
- Outros a definir em regulamentação específica.

#### Utilização prevista dos instrumentos financeiros

Não aplicável

#### Utilização prevista dos grandes projetos

Não aplicável

**Quadro 5 (8.5.1) Indicadores de Realização da Prioridade de Investimento**

ID	Indicador	Unidade de medida	Fundo	Categoria da região	Valor alvo (2023)	Fonte dos dados	Frequência de relatório
	Empregados abrangidos em formação, ano	N.º	FSE	MD	2500	SIIFSE e Certificar	Anual
	Desempregados abrangidos em formação, ano	N.º	FSE	MD	500	SIIFSE	Anual

**Prioridade de Investimento 8.7** - A modernização do mercado de trabalho, nomeadamente através da criação de serviços de emprego públicos e privados e da melhoria da adequação às necessidades do mercado de trabalho, incluindo medidas destinadas a aumentar a mobilidade transnacional dos trabalhadores, inclusive através de regimes de mobilidade e melhor cooperação entre as instituições e as partes relevantes

**Objetivo Específico 8.7.1** – Fomentar a Mobilidade Profissional entre regiões europeias

---

A livre circulação de pessoas é uma das liberdades fundamentais garantidas pelo Tratado da União Europeia e pela legislação comunitária. Ao nível europeu tem-se promovido o fomento da mobilidade profissional, assente nos pressupostos de que uma maior mobilidade dos trabalhadores contribui para o progresso económico e social, para um elevado nível de empregabilidade, para a concretização de progressos duradouros e equilibrados, bem como para uma maior capacidade de adaptação às mudanças.

Na Região Autónoma dos Açores, em que o contexto laboral apresenta perspetivas mais limitadas, a promoção da mobilidade profissional tem assumido elevada importância, sobretudo, considerando as boas experiências que daí resultam, como o contributo das iniciativas de mobilidade profissional implementadas para o enriquecimento profissional dos seus destinatários (seja por via de estágios profissionais, ou através da aquisição de novas experiências socioprofissionais), ao permitir-lhes um enriquecimento profissional, cultural e linguísticos, características indispensáveis a uma maior flexibilidade e capacidade de adaptação à mudança dentro do mercado de trabalho europeu. Numa altura de crise económica, a mobilidade profissional é determinante na redução da exclusão social ao aliar oportunidades de emprego com expectativas pessoais e uso mais eficiente de recursos humanos adaptados a uma economia em constante mutação.

Para a concretização deste objetivo específico, a estratégia proposta consiste na promoção do Programa Eurodisseia, e participação na REDE EURES:

- Programa Eurodisseia - consistirá no apoio aos jovens, com formação, a realizarem estágios profissionais numa região da Europa. Trata-se de uma experiência de elevado potencial e enriquecedora quer em termos pessoais como profissionais. O funcionamento deste programa compreende a participação de três intervenientes: jovens, entidades de estágios e regiões. Além de aquisição de experiência profissional, possibilita aos jovens uma aprendizagem linguística e cultural da região de acolhimento, ao mesmo tempo que contribui para a consciencialização e formação de uma verdadeira cidadania europeia. Por outro lado, às entidades de estágio, nomeadamente, empresas privadas, permite-lhes uma troca de experiências científicas, técnicas e culturais, ajustadas à realidade europeia, além de participarem ativamente na formação ativa e

adaptada à realidade do mercado de trabalho dos jovens. Finalmente, o programa Eurodisseia, permite às regiões, um conhecimento e aprofundamento da diversidade cultural europeia, ao mesmo tempo que potencia a cooperação inter-regional.

- Rede Eures - trata-se de uma rede europeia de serviços públicos de emprego destinada à prestação de informações, aconselhamento e recrutamento/colocação (adequação da oferta e da procura de mão-de-obra) em benefício de trabalhadores e empregadores, bem como de qualquer trabalhador que pretenda beneficiar do princípio da livre circulação de pessoas e bens, no Espaço Económico Europeu.

**Quadro 3 (8.7.1) Indicadores de Resultado**

ID	Indicador	Unidade de medida	Categoria da região	Valor de base	Ano de base	Valor alvo (2023)	Fonte dos dados	Frequência de relatório
	Colocados em postos de trabalho, logo após participação no programa Eurodisseia,	N.º	MD	0	NA	200	BDE	Anual

#### **Ações a Apoiar**

<b>Tipologia de ações</b>	<p>No âmbito deste objetivo serão desenvolvidas ações enquadradas em dois programas:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Estágios profissionais, no âmbito do programa Eurodisseia;</li> <li>• Ações de formação para os candidatos a mobilidade e para conselheiros e line managers;</li> <li>• Ações de informação, divulgação, sensibilização e recrutamento.</li> </ul>
<b>Território alvo específico</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Região Autónoma dos Açores.</li> </ul>
<b>Tipologia de beneficiário</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Administração Regional</li> </ul>
<b>Principal grupo alvo</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Jovens desempregados com idades compreendidas entre 18 e 30 anos</li> <li>– Desempregados e trabalhadores à procura de melhor emprego</li> </ul>

#### **Princípios orientadores para a seleção das operações**

Após o processo de verificação das condições de admissibilidade das candidaturas, a sua apreciação tem em conta os seguintes aspetos:

- A relevância do projeto (nível de enquadramento na prioridade de investimento e nos objetivos específicos);
- Existência de mecanismos de acompanhamento dos estagiários;
- Monitorização da inserção profissional dos beneficiários;
- Outros a definir em regulamento específico.

**Utilização prevista dos instrumentos financeiros**

Não aplicável

**Utilização prevista dos grandes projetos**

Não aplicável

**Quadro 5 (8.7.1) Indicadores de Realização da Prioridade de Investimento**

ID	Indicador	Unidade de medida	Fundo	Categoria da região	Valor alvo (2023)	Fonte dos dados	Frequência de relatório
	Abrangidos no programa Eurodisseia, por ano	N.º	FSE	MD	54	BDE/SIIFSE	Anual

## **Eixo Prioritário 9: Inclusão Social e Combate à Pobreza**

**Prioridade de Investimento 9.1** - *A inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade*

**Objetivo Específico 9.1.1** – Aumentar o acesso de grupos vulneráveis ao mercado de trabalho e as competências de grupos em situação de particular desfavorecimento para a sua integração no mercado de trabalho, bem como dotá-los de competências de base mínimas que facilitem a sua inserção social e profissional.

---

Em termos estruturais, trata-se de promover a aquisição de competências transversais mínimas, necessárias ao desempenho regular de uma atividade e à manutenção de hábitos de trabalho, junto de ativos particularmente fragilizados, dotando-os de conhecimentos ao nível do saber ser e da autoestima, que melhor os capacitem para enfrentar o mercado de trabalho. Pese embora a trajetória positiva verificada ao longo da última década, a Região apresentava em 2010/2011 uma elevada taxa de pobreza (17,9%), acima da média nacional. A persistência de bolsas estruturais de pobreza Trata-se de uma resposta da maior pertinência face à persistência de bolsas de pobreza na RAA (taxa de pobreza de 17,9%, em 2010/2011) e aos fracos níveis escolaridade da população dos ativos (em 2011, 56,9% da população ativa apresentava níveis de qualificação iguais ou inferiores ao 2º ciclo do ensino básico), conferem elevada pertinência à promoção da inclusão ativa na Região e ao desenvolvimento de ações dirigidas ao sindicadores que ilustram a incidência de segmentos da população em situação de grande vulnerabilidade.

Sendo certo que os grupos mais desfavorecidos revelam maiores dificuldades em ultrapassar as situações de transição nos seus percursos profissionais, o que os atira para um contexto de risco de exclusão social ou de exclusão efetiva, manifesta-se urgente dinamizar na Região medidas que minimizem a distância entre estes indivíduos e o mercado de trabalho e, em casos extremos, entre estes e a sociedade.

As ações previstas no âmbito desta Prioridade de Investimento sustentam-se numa lógica de ação gradativa e progressiva, em que a amplitude e o alcance da intervenção pública resulta do grau de risco de exclusão diagnosticado. Serão por isso privilegiados os indivíduos que não beneficiam de qualquer apoio social, nem encontram colocação no mercado de trabalho e que, por vezes, apresentam percursos sociais e escolares muito problemáticos.

A promoção da inclusiva ativa dará assim prioridade aos ativos mais fragilizados, focando a sua ação na promoção da aquisição de competências transversais mínimas, necessárias para o desempenho regular de uma atividade e para a

manutenção de hábitos de trabalho. Pretende-se desta forma dotar estes indivíduos de conhecimentos, ao nível do saber ser e da autoestima, que os capacitem para enfrentar o mercado de trabalho.

Por outro lado, pretende-se potenciar as condições de integração social e económica de grupos particularmente desfavorecidos, proporcionando respostas de qualificação e de reforço de competências, designadamente, através da ocupação de desempregados com reduzidas condições de empregabilidade, em trabalho de utilidade coletiva e social.

**Quadro 3 (9.1.1) Indicadores de Resultado**

ID	Indicador	Unidade de medida	Categoria da região	Valor de base	Ano de base	Valor alvo (2023)	Fonte dos dados	Frequência de relatório
	Abrangidos que concluíram com aproveitamento a formação.	N.º	MD	203	2012	1400	SIIFSE	Anual

#### **Ações a Apoiar**

<b>Tipologia de ações</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Programas ocupacionais de âmbito local e ao serviço à comunidade - a estratégia a implementar assenta na integração das pessoas em contexto de pobreza e exclusão em programas ocupacionais de âmbito local e ao serviço da comunidade onde estas se inserem. Para concretização da dimensão local a imprimir a estes programas e ações, estão previstas parcerias entre o serviço público de emprego e as comunidades locais, através dos seus órgãos e instituições, que conciliem as particularidades económicas e sociais dos indivíduos e das comunidades a intervencionar.</li> <li>Ações de vertente formativa escolar e/ou profissional para grupos vulneráveis – ações complementares aos programas ocupacionais que visam intensificar o contato dos indivíduos excluídos do mercado de trabalho com hábitos profissionais com vista a valorizar as suas capacidades de modo a que se constituam como agentes ativos na procura de soluções para os seus problemas.</li> <li>Ações de formação de carácter social para grupos vulneráveis - ações complementares aos programas ocupacionais dirigidas aos grupos mais excluídos e que, por terem esse handicap específico, requerem processos formativos ajustados às suas condicionantes e diferenciados, que os dotem de instrumentos de socialização que vão desde o treino das suas competências comportamentais e relacionais até à prática de uma cidadania ativa e esclarecida, fundamental à (re)entrada no mercado de emprego.</li> <li>Ações de apoio à contratação de pessoas com deficiência e apoio às empresas de inserção – incentivos às entidades empregadoras do mercado normal de trabalho, para a admissão de pessoas com estas características, bem como formação e prémios de integração, no que respeita às empresas de inserção.</li> </ul>
<b>Território alvo específico</b>	– Região Autónoma dos Açores.

<b>Tipologia de beneficiário</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Administração Regional</li> <li>- Entidades formadoras certificadas</li> </ul>
<b>Principal grupo alvo</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Ativos com baixas qualificações</li> <li>- Desempregados</li> <li>- Beneficiários de Rendimento Social de Inserção (RSI)</li> <li>- Pessoas portadoras de deficiência</li> <li>- Outros públicos vulneráveis à exclusão social</li> <li>- Entidades sem fins lucrativos</li> <li>- Entidades empregadoras.</li> </ul>

#### Princípios orientadores para a seleção das operações

Após o processo de verificação das condições de admissibilidade das candidaturas, a sua apreciação tem em conta os seguintes aspetos:

- A relevância do projeto (nível de enquadramento na prioridade de investimento e nos objetivos específicos);
- Existência de mecanismos de acompanhamento dos projetos apoiados;
- Existência de mecanismos de monitorização da inserção profissional dos participantes;
- Outros a definir em regulamentação específica.

#### Utilização prevista dos instrumentos financeiros

Não aplicável

#### Utilização prevista dos grandes projetos

Não aplicável

**Quadro 5 (9.1.1) Indicadores de Realização da Prioridade de Investimento**

ID	Indicador	Unidade de medida	Fundo	Categoria da região	Valor alvo (2023)	Fonte dos dados	Frequência de relatório
	Formandos abrangidos, no ano	Nº	FSE	MD	600	SIIFSE	Anual



**Prioridade de Investimento 9.3 - A luta contra todas as formas de discriminação e promoção da igualdade de oportunidades**

**Objetivo Específico 9.3.1 –** Prevenir e combater as discriminações múltiplas, a violência doméstica e a promoção da igualdade de oportunidades com especial relevância para as pessoas com deficiência.

A igualdade de oportunidades para todos constitui um princípio fundamental, transversal a todas as dimensões do indivíduo, nomeadamente na vida profissional, na educação, no acesso a cuidados de saúde e a bens e serviços.

Nesta perspetiva, enquadra-se nesta prioridade um conjunto de medidas que visam combater a discriminação e a violência, mas também proporcionar igualdade de acesso e de oportunidades a grupos cuja exposição à situação de pobreza e de exclusão, na Região Autónoma dos Açores é evidente.

Neste contexto destacam-se as crianças e jovens em risco, nomeadamente os que pertencem a agregados familiares com duas ou mais crianças e jovens dependentes (33% das famílias) e com baixa intensidade laboral, as famílias monoparentais e as famílias numerosas, (40,6%), os idosos (36.000 idosos beneficiam do Complemento Regional de Apoio ao Idoso; e as pessoas com deficiência e incapacidade (estima-se a existência de cerca de 14.760 (6%). São ainda considerados prioritários outros grupos alvo em situação de grave exclusão social, como repatriados (desde o ano de 1987 foram deportados 1.211 açorianos, sendo que nos últimos três anos têm sido deportados uma média de 60 açorianos por ano), os sem-abrigo, os ex-reclusos e os ex-toxicodependentes.

Com vista à promoção desta prioridade regional no período 2014-2020 serão também dinamizadas ações de natureza diversa com vista à qualificação das competências dos técnicos que trabalham com estes grupos vulneráveis, como sendo a qualificação dos técnicos de entidades com intervenção especializada na área do acolhimento, prevenção e proteção de públicos desfavorecidos. Simultaneamente estão previstas ações de apoio e reestruturação das respostas sociais e campanhas de sensibilização com vista à não discriminação destes grupos.

**Quadro 3 (9.3.1) Indicadores de Resultado**

ID	Indicador	Unidade de medida	Categoria da região	Valor de base	Ano de base	Valor alvo (2023)	Fonte dos dados	Frequência de relatório
	Pessoas abrangidas que concluíram ações de formação/capacitação	Nº	MD	0	NA	700	SIIFSE, SRSS	Anual

## Ações a Apoiar

<p><b>Tipologia de ações</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ações de promoção da inclusão destinadas a crianças e jovens oriundos de contextos familiares desestruturados - considera-se como prioritário na Região reforçar o trabalho realizado no âmbito da intervenção precoce, de promoção de estilos de vida saudável de ocupação orientada de tempos livres, de prevenção de comportamentos de risco, de promoção da parentalidade positiva, de capacitação da intervenção técnica especializada no âmbito da prevenção e proteção das crianças, jovens e suas famílias, bem como aquelas que se encontram em meio institucional.</li> <li>• Ações de promoção da inclusão destinadas a idosos - implementar mecanismos de suporte de apoio integrado ao idoso e às suas famílias minimizando os riscos de pobreza e de exclusão, bem como prevenindo a violência física e económica sobre este grupo. Nesta medida serão implementadas estratégias de apoio psicossocial aos cuidadores informais e de combate ao isolamento através da dinamização de atividades de lazer e melhorar a dinâmica dos Centros de Convívio e de Dia.</li> <li>• Ações de promoção da inclusão destinadas a pessoas com deficiência e incapacidades - pretende-se aumentar as competências profissionais das pessoas com deficiência, potenciando a sua integração no mercado social e normal de emprego, prevenindo retrocessos funcionais que tenham eventualmente sido ganhos no sistema de ensino.</li> <li>• Ações de promoção da inclusão destinadas a públicos em situação de grave exclusão social (repatriados, sem-abrigo, ex-reclusos, ex-toxicodependentes, etc.) - para facilitar a integração social plena deste grupo importa realizar um trabalho de sensibilização e mediação junto da comunidade e instituições, a fim de esta criar oportunidades de inserção, ao mesmo tempo que se propõe trabalhar estes indivíduos ao nível das suas competências e necessidades básicas, para gradualmente desenvolverem planos de inserção multidimensionais, prevenindo períodos de ociosidade propiciadores de recaídas.</li> <li>• Ações de promoção da inclusão destinadas a minorias sujeitas a discriminações múltiplas e vítimas de violência - pretende-se sensibilizar a comunidade em geral e as Instituições para a questão da interculturalidade, igualdade e violência de género e de identidade sexual, para a não discriminação em razão da deficiência, idade ou orientação, bem como capacitar técnicos e instituições com intervenção nas áreas em presença. Dotar as instituições particulares de solidariedade social, de gabinetes de atendimento à vítima, no âmbito das discriminações múltiplas e da violência doméstica, bem como elaboração de planos regionais e de campanhas destinadas a combater esta problemática.</li> </ul>
<p><b>Território alvo específico</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Região Autónoma dos Açores.</li> </ul>
<p><b>Tipologia de beneficiário</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Administração Regional</li> <li>- Institutos públicos</li> <li>- Instituições Particulares de Solidariedade Social</li> <li>- Entidades formadoras certificadas</li> </ul>

<b>Principal grupo alvo</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Crianças e jovens oriundas de contextos familiares desestruturados</li> <li>- Idosos</li> <li>- Pessoas com deficiência e incapacidade</li> <li>- Agregados familiares desestruturados e/ou vulneráveis ou em situação de saturação por prestação de cuidados a pessoas com dependência ou idosos</li> <li>- Públicos em situação de grave exclusão social (repatriados, sem-abrigo, ex-reclusos, ex-toxicodependentes, etc.)</li> <li>- Minorias sujeitas a discriminações múltiplas e vítimas de violência</li> <li>- Instituições públicas e privadas com intervenção na área</li> <li>- Técnicos, dirigentes de instituições</li> <li>- Comunidade em geral</li> </ul>
-----------------------------	---

#### Princípios orientadores para a seleção das operações

Após o processo de verificação das condições de admissibilidade das candidaturas, a sua apreciação tem em conta os seguintes aspetos:

- Mais-valia do projeto para a área de intervenção a que se propõe, (nível de enquadramento na prioridade de investimento e nos objetivos específicos);
- Coerência das ações propostas incluindo estratégias de aplicação, bem como a monitorização e a avaliação dos resultados pretendidos;
- Propostas de soluções inovadoras com efeito multiplicador;
- Existência de redes de parceiros que concorram para a sustentabilidade do Projeto;
- Outros a definir em regulamentação específica.

#### Utilização prevista dos instrumentos financeiros

Não aplicável

#### Utilização prevista dos grandes projetos

Não aplicável

**Quadro 5 (9.3.1) Indicadores de Realização da Prioridade de Investimento**

ID	Indicador	Unidade de medida	Fundo	Categoria da região	Valor alvo (2023)	Fonte dos dados	Frequência de relatório
	Pessoas abrangidas por ações de formação/capacitação, por ano	Nº	FSE	MD	180	SIIFSE, SRSS	Anual

**Prioridade de Investimento 9.4 - Melhoria do acesso a serviços sustentáveis, de grande qualidade e a preços comportáveis, incluindo cuidados de saúde e serviços sociais de interesse geral**

**Objetivo Específico 9.4.1 –** Aumentar a qualidade e diversificar a oferta de serviços e de respostas sociais e de saúde.

O envelhecimento da população e o aumento da esperança média de vida resultante dos altos níveis de bem-estar conseguidos, tem como consequência o aumento do número de idosos com elevado grau de dependência, que carecem de cuidados de terceiros e, na maioria das vezes, cuidados especializados. De igual modo, assiste-se a uma maior incidência de doenças crónicas, de acidentes cerebrovasculares, ou de viação e de doenças degenerativas.

Não obstante o caminho já percorrido, constata-se que ainda não existe acessibilidade de todos os utentes que necessitam de cuidados continuados na Região Autónoma dos Açores, verifica-se a incidência de idosos altamente dependentes sem os suporte e cuidados necessários, bem como a existência de pessoas com doenças degenerativas, facto este agravado pela descontinuidade territorial das nossas ilhas, na medida em que não existe esse suporte em todas elas. É neste sentido que urge assegurar e melhorar o acesso a estes serviços fundamentais em benefício do bem-estar social e físico desta população.

**Quadro 3 (9.4.1) Indicadores de Resultado**

ID	Indicador	Unidade de medida	Categoria da região	Valor de base	Ano de base	Valor alvo (2023)	Fonte dos dados	Frequência de relatório
	Acréscimo de utilizadores /utentes da rede regional de cuidados continuados	N.º	MD	80	2013	100	SRSS	Anual

**Ações a Apoiar**

<b>Tipologia de ações</b>	<p>Pretende-se, nesta prioridade, aumentar a qualidade e diversificar a oferta de serviços e de respostas, com custos de utilização suportáveis para as famílias nomeadamente através de:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>· Reorganização e alargamento da Rede Regional de Cuidados Continuados, apoiando as instituições que prestam estes cuidados e, por esta via, promover o acesso a estes serviços em todas as ilhas;</li></ul>
---------------------------	--

	<ul style="list-style-type: none"> <li>Reforço e diversificação da capacidade de resposta de instituições gestoras dos lares de idosos, serviços de apoio ao domicílio e instituições especializadas de apoio a pessoas com doenças degenerativas, dotando-as de maior e melhor capacidade de resposta a pessoas em situação de dependência.</li> </ul>
<b>Território alvo específico</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Região Autónoma dos Açores.</li> </ul>
<b>Tipologia de beneficiário</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Administração Regional</li> <li>Institutos públicos</li> </ul>
<b>Principal grupo alvo</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Idosos e pessoas dependentes</li> <li>Entidades sem fins lucrativos</li> </ul>

#### Princípios orientadores para a seleção das operações

Após o processo de verificação das condições de admissibilidade das candidaturas, a sua apreciação tem em conta os seguintes aspetos:

- Mais-valia do projeto para a área de intervenção a que se propõe, (nível de enquadramento na prioridade de investimento e nos objetivos específicos)
- Coerência das ações propostas incluindo estratégias de aplicação, bem como a monitorização e a avaliação dos resultados pretendidos
- Propostas de soluções inovadoras com efeito multiplicador
- Existência de redes de parceiros que concorram para a sustentabilidade do Projeto
- Outros a definir em regulamentação específica

#### Utilização prevista dos instrumentos financeiros

Não aplicável.

#### Utilização prevista dos grandes projetos

Não aplicável.

**Quadro 5 (9.4.1) Indicadores de Realização da Prioridade de Investimento**

ID	Indicador	Unidade de medida	Fundo	Categoria da região	Valor alvo (2023)	Fonte dos dados	Frequência dos relatórios
	Instituições apoiadas por ano	N.º	FSE	MD	6	SRSS	Anual

**Prioridade de Investimento 9.5** - A promoção do empreendedorismo social e da integração profissional nas empresas sociais e da economia social e solidária para facilitar o acesso ao emprego

**Objetivo Específico 9.5.1** – Qualificar e capacitar a Rede Regional de Economia Social.

A Rede Regional de Economia Social, desenvolvida em parceria com as Instituições Particulares de Solidariedade Social e Misericórdias responde atualmente a 29.807 pessoas e conta com a colaboração de cerca de 4.100 trabalhadores, dos quais 529 têm formação superior.

Todavia, o contexto social e económico atual coloca novos desafios às organizações do Terceiro Setor que exigem um novo ciclo na estratégia de cooperação com a Administração Regional assente nos princípios da cooperação, da solidariedade, da equidade, da proximidade, mas também da racionalidade e da eficiência, que permitam aumentar a eficácia da Rede Regional no apoio às pessoas e às famílias em situação de pobreza e exclusão.

Assim, pretende-se uma aposta forte na capacitação das organizações da Economia Social e Solidária nas suas múltiplas vertentes de promotores de intervenção social e agentes económicos geradores de riqueza, no sentido de aumentar a eficiência e incentivar a criação de empresas sociais e a modernização das já existentes, também como estratégia de empregabilidade de públicos vulneráveis.

A concretização deste objetivo comporta o desenvolvimento de diversas ações, designadamente, ações de formação para a criação e modernização de empresas sociais; ações de formação e sensibilização para a importância desta realidade e ações de suporte à criação de redes regionais de apoio ao público vulnerável.

**Quadro 3 (9.5.1) Indicadores de Resultado**

ID	Indicador	Unidade de medida	Categoria da região	Valor de base	Ano de base	Valor alvo (2023)	Fonte dos dados	Frequência de relatório
	Pessoas que concluem processos de formação/capacitação	N.º	MD	0	NA	2200	SIIFSE, SRSS	Anual

**Ações a Apoiar**

<b>Tipologia de ações</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>Ações de capacitação de dirigentes das entidades da economia social - a capacitação dos dirigentes das entidades da economia social, no âmbito da gestão dos equipamentos sociais terá como objetivo aumentar a sua rentabilidade e eficiência. Ao mesmo tempo pretende-se dotar as instituições de recursos, sistemas e métodos de gestão que as qualifiquem e modernizem, no sentido de prestar a melhor resposta aos seus utilizadores como por exemplo a criação de uma central de compras de bens e serviços solidários.</li></ul>
---------------------------	---

	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ações de formação de colaboradores da economia social - a qualificação dos colaboradores das instituições da economia social de forma a habilitá-los a um desempenho especializado nas diferentes áreas de intervenção constitui uma prioridade regional para ampliar a qualidade de serviço neste setor.</li> <li>• Apoios à criação e modernização de empresas sociais – pretende-se no âmbito da promoção da empregabilidade de pessoas em situação de vulnerabilidade social, apoiar a criação e modernização de empresas sociais, através de projetos de ação-formação orientadores nas questões relacionadas com a constituição da empresa, gestão e viabilidade económica da mesma, bem como na identificação das necessidades de formação dos seus colaboradores.</li> </ul>
<b>Território alvo específico</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Região Autónoma dos Açores.</li> </ul>
<b>Tipologia de beneficiário</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Administração Regional</li> <li>– Institutos públicos</li> <li>– Instituições Particulares de Solidariedade Social</li> <li>– Empresas Sociais</li> </ul>
<b>Principal grupo alvo</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Organizações de economia social</li> <li>– População em geral</li> <li>– Públicos vulneráveis</li> </ul>

#### Princípios orientadores para a seleção das operações

Após o processo de verificação das condições de admissibilidade das candidaturas, a sua apreciação tem em conta os seguintes aspetos:

- Mais-valia do projeto para a área de intervenção a que se propõe (nível de enquadramento na prioridade de investimento e nos objetivos específicos);
- Coerência das ações propostas incluindo estratégias de aplicação, bem como a monitorização e a avaliação dos resultados pretendidos;
- Propostas de soluções inovadoras com efeito multiplicador;
- Existência de redes de parceiros que concorram para a sustentabilidade do Projeto;
- Outros a definir em regulamentação específica.

#### Utilização prevista dos instrumentos financeiros

Não aplicável

#### Utilização prevista dos grandes projetos

Não aplicável

**Quadro 5 (9.5.1) Indicadores de Realização da Prioridade de Investimento**

ID	Indicador	Unidade de medida	Fundo	Categoria da região	Valor alvo (2023)	Fonte dos dados	Frequência de relatório
	Pessoas abrangidos em ações de formação/capacitação, por ano	N.º	FSE	MD	500	SIIFSE	Anual



**Prioridade de Investimento 9.7** - *Investimentos na saúde e nas infraestruturas sociais que contribuam para o desenvolvimento nacional, regional e local, a redução das desigualdades de saúde, a promoção da inclusão social através da melhoria do acesso aos serviços sociais, culturais e recreativos, e da transição dos serviços institucionais para os serviços de base comunitária*

**Objetivo Específico 9.7.1** - Melhorar o acesso à saúde e aos serviços sociais, diversificando a oferta de serviços e apoiando a transição dos cuidados institucionais para os cuidados de proximidade que ajudam a aceder a uma vida independente e integrada na comunidade

---

O envelhecimento da população e as novas tendências sociais e evoluções tecnológicas têm vindo a contribuir para uma expansão na procura de serviços de saúde e de serviços sociais.

De modo a adequar as atuais instalações às novas exigências, há necessidade de investir ao nível das infraestruturas e dos equipamentos, proporcionando melhores condições na provisão dos serviços de saúde, reduzindo as desigualdades no acesso à saúde. Em paralelo, será promovida uma adequada atualização de equipamentos tecnologicamente atuais, para uma mais eficiente prestação dos serviços aos utentes, afetando-os de acordo com a carteira de serviços de cada unidade de saúde e o modelo de referenciação global estabelecido.

No respeito pelo princípio da igualdade de acesso e atendendo à estrutura do SRS, importa garantir o acesso aos cuidados diferenciados, que obriga a deslocações aéreas inter-ilhas e, em determinados casos, a mobilidade para o exterior (programa de deslocação de doentes), de que resultam custos adicionais.

A melhoria de acesso aos serviços sociais requer a promoção de investimentos em infraestruturas e dos equipamentos, proporcionando melhores condições no acesso aos serviços sociais, com maior homogeneidade territorial, reduzindo as desigualdades, com especial atenção para os grupos marginalizados e as pessoas em risco de pobreza.

Será apoiado a transição de cuidados institucionais para cuidados de proximidade de base comunitária, com prioridade para os agregados e grupos mais vulneráveis, com uma tónica na integração entre os serviços sociais e de saúde e que ajudam a aceder a uma vida independente e integrada na comunidade.

Importa ainda e como resposta complementar a medidas e ações promotoras da inclusão social e da empregabilidade dotar as organizações sociais de meios que favoreçam e deem resposta a essas ações.



Quadro 3 (9.7.1) Indicadores de Resultado

ID	Indicador	Unidade de medida	Categoria da região	Valor de base	Ano de base	Valor alvo (2023)	Fonte dos dados	Frequência de relatório
	População beneficiada pelas intervenções em infraestruturas de saúde /sociais	%	MD	59%	2013	99%	SREA	Anual

#### Ações a Apoiar

<p><b>Tipologia de ações</b></p>	<p><b>Saúde</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Construção de um novo Centro de Saúde em Ponta Delgada, para agregar num só edifício, todas as valências do Centro de Saúde, que atualmente se encontram espalhadas por diversos edifícios, para que através da agregação de meios e recursos, seja possível aumentar a eficiência dos serviços, se proporcione uma melhor e maior cobertura dos utentes, com ganhos ao nível dos cuidados de saúde prestados;</li> <li>• Intervenções em alguns edifícios existentes, através da ampliação e remodelação dos mesmos, como é exemplo a remodelação do 4º piso do Hospital de Ponta Delgada para instalação da Unidade de Hemodinâmica, a fim de aumentar a capacidade de resposta aos utentes da Região, bem como a substituição das redes de água e eletricidade dos edifícios mais antigos. Estão ainda programadas diversas intervenções de melhoramento das condições dos edifícios das diversas Unidades de Saúde de Ilha;</li> <li>• Apetrechamento e modernização do parque dos equipamentos médicos existente nas diversas Unidades de Saúde da Região, para que permitam usufruir das novas tecnologias como a telemedicina, aumentando desta forma a capacidade de resposta das unidades de saúde e possibilitando a prestação de cuidados de saúde que não poderiam existir doutra forma. Neste âmbito está planeada a aquisição de diversos equipamentos para apetrechar o novo Centro de Saúde da Madalena bem como o novo Centro de Saúde de Ponta Delgada, que vem melhorar a capacidade e fiabilidade da resposta às necessidades dos utentes, assim como alargar o nº de utentes com acesso aos diversos meios complementares diagnóstico;</li> <li>• Aquisição de equipamentos para a transmissão de dados clínicos e sua interação com os sistemas hospitalares, bem como pelo apetrechamento dos serviços de urgência básica como é a telemetria em tempo real, de modo a proporcionar um maior apoio à decisão clínica, com base nos parâmetros vitais e eletrocardiograma do utente. Esta vertente assume uma vital importância no socorro às populações, em que 6 das ilhas não possuem hospital. É exemplo, a aquisição de cardiocógrafos com transmissão para a unidade de obstetrícia mais próxima, para que as grávidas não precisem de sair da sua ilha 2 semanas antes da data do parto prevista;</li> <li>• Instalação de sistemas de teleconferência e de equipamentos vídeo e de diagnóstico e terapêutica em todas as unidades de saúde da Região, para a transmissão de vídeo e som das reuniões científicas entre as Unidades de Saúde, o que permitirá garantir a acessibilidade a cuidados de saúde e meios de diagnóstico que de outra forma só estariam acessíveis nas</li> </ul>
----------------------------------	---

unidades de saúde que possuam essas valências;

- Melhoramento e alargamento da cobertura informática, como base de desenvolvimento da circulação da informação entre as diversas Unidades de Saúde, bem como a centralização de recursos para um melhor aproveitamento dos mesmos. Uma das ações a desenvolver é a instalação de um servidor regional PACS e RIS/HIS para os exames imagiológicos e análises clínicas de todos os utentes da do SRS. Esta solução permitirá melhorar e racionalizar a gestão de todos os recursos afetos ao SRS, seja em termos de equipamentos, seja ao nível dos recursos humanos, o que resultará numa maior e melhor acessibilidade dos utentes;
- Alargar e reorganizar a Rede de Cuidados Continuados, que se torna fundamental no apoio a uma população cada vez mais envelhecida, com uma esperança média de vida cada vez maior e que necessita de mais cuidados de saúde. Desta forma, pretende-se ampliar a rede de cuidados continuados, nomeadamente, através da remodelação das zonas de internamento das unidades de saúde, racionalizando os recursos já existentes no SRS e melhorando a acessibilidade da população a este tipo de cuidados que atualmente é inexistente ao nível de algumas ilhas;
- Implementar a Rede de Cuidados Paliativos para assegurar um tratamento condigno e adequada a pessoas que se encontram em estado debilitado e de grande fraqueza, sendo uma rede fundamental, uma vez que atualmente são prestados cuidados paliativos apenas nos hospitais e de forma pontual e descontextualizada.

### **Serviços Sociais**

As ações a implementar visam instalar e equipar novos equipamentos sociais em áreas de intervenção inexistentes e em zonas geográficas ainda a descoberto, bem como requalificar e adaptá-los, os existentes às necessidades sociais e exigências normativas de qualidade, atuais, designadamente na área da Infância e Juventude, das Pessoas Idosas, das Pessoas com Deficiência, da Violência de Género e suporte à Família e Comunidade:

#### **Infância e juventude**

- Criação, melhoramento e apetrechamento de equipamentos sociais de apoio à infância e juventude, potenciando a conciliação da vida profissional e familiar e providenciando melhorias nas metodologias de intervenção no âmbito da prevenção, promoção e proteção das crianças e jovens
- Realização de investimentos e atribuição de apoios a entidades que desenvolvam atividades de ação social, na área do apoio à infância e juventude.

#### **Família e comunidade**

- Criação, melhoria e apetrechamento das estruturas comunitárias de apoio ao cidadão e à família, em especial os cidadãos-sem-abrigo;
- Apoio técnico especializado para avaliação, desenvolvimento e requalificação da rede de equipamentos sociais e programas sociais dos Açores;
- Criação, melhoramento e apetrechamento de edifícios e equipamentos de apoio à

	<p>Comunidade;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Apoio às entidades que desenvolvam atividades de ação social, na área do apoio à família e comunidade.</li> </ul> <p><b>Idosos</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Alargamento da rede de equipamentos para idosos (Lar de Idosos, Centros de Convívio, Centros de Dia e Centros de Noite), dotando-a de condições técnicas e de conforto;</li> <li>• Alargamento do Serviço de Apoio Domiciliário, promovendo a permanência de idosos nas suas casas;</li> <li>• Programas de mobilidade e de Envelhecimento Ativo.</li> </ul> <p><b>Públicos com Necessidades Especiais</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Expandir e modernizar a rede de Centros de Atividades Ocupacionais (CAO), de modo a melhorar a qualidade dos serviços prestados aos públicos com necessidades especiais, tendo por base as boas práticas implementadas a nível internacional;</li> <li>• Novas residências para apoio à pessoa com deficiência, garantindo-se as condições básicas de suporte aos próprios e aos familiares cuidadores;</li> <li>• Criação, melhoramento e apetrechamento de equipamentos sociais de apoio à deficiência;</li> <li>• Apoio às entidades que desenvolvam atividades de ação social, na área do apoio aos públicos com necessidades especiais.</li> </ul> <p>No âmbito da necessidade de dotar as organizações de respostas e serviços que os habilite a contribuir para os objetivos de inclusão e empregabilidade destaca-se:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Equipamento de empresas Sociais;</li> <li>• Reforço da Rede Regional de transportes, designadamente o adaptado e o adequado para transporte de bens perecíveis de apoio aos Serviços de Apoio ao Domicílio;</li> <li>• Equipamento de suporte às Hortas Comunitárias;</li> <li>• Equipamento da Rede de Lojas Solidárias;</li> <li>• Equipamento para a instalação de unidades produtivas e oficinas profissionalizantes nas Cooperativas de Emprego Protegido.</li> </ul>
<b>Território alvo específico</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Região Autónoma dos Açores.</li> </ul>
<b>Tipologia de beneficiário</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Administração Pública Regional e Local</li> <li>– Institutos, Empresas e Associações Públicas</li> <li>– Entidades públicas e privadas sem fins lucrativos.</li> </ul>
<b>Principal grupo alvo</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Utentes do SRS</li> <li>– Visitantes que procuram cuidados de saúde no SRS.</li> </ul>

#### Princípios orientadores para a seleção das operações

- Adequação do projeto à estratégia do PO Açores em matéria de inclusão social e combate à pobreza:
  - Contribuição para os objetivos de crescimento inclusivo da Estratégia Europa 2020;
  - Coerência da operação com a estratégia regional de inclusão social e combate à pobreza;
  - Grau de relevância estratégica da operação proposta, em termos regionais ou sectoriais.
- Contributo para a coesão social e territorial:
  - Contributo para o reforço da coesão territorial da Região;
  - Contributo para a promoção da igualdade de oportunidades, em função do género, da deficiência e de outras causas de discriminação;
- Capacidade de gerar resultados para o desenvolvimento territorial da Região:
  - Os efeitos esperados da operação medidos através dos indicadores de resultado e de realização;
  - Contributo da operação para a geração de emprego e/ou para o reforço da empregabilidade dos destinatários;
  - Coerência da operação com a fundamentação da sua necessidade e oportunidade, designadamente em matéria de melhoria do acesso à saúde e aos serviços sociais;
  - Qualidade técnica da operação, nomeadamente no que respeita à coerência com o perfil dos destinatários, os conteúdos, a metodologia e a duração da intervenção, bem como no que se refere aos métodos de avaliação da execução e dos resultados da intervenção.
- Contributo para as políticas horizontais da UE (promoção da igualdade de oportunidades, em função do género, da deficiência e de outras causas de discriminação, desenvolvimento sustentável).

#### Utilização prevista dos instrumentos financeiros

Não aplicável.

#### Utilização prevista dos grandes projetos

Não aplicável.

**Quadro 5 (9.7.1) Indicadores de Realização da Prioridade de Investimento**

ID	Indicador	Unidade de medida	Fundo	Categoria da região	Valor Alvo (2023)	Fonte dos dados	Frequência de relatório
	Nº de infraestruturas intervencionadas/apetrechadas	N.º	FEDER	MD	48	SI	Anual
ICC	População abrangida por serviços de saúde melhorados	Nº	FEDER	MD	97.000	SI	Anual

## **Prioridade de Investimento 9.9 - Concessão de apoio a empresas sociais**

### **Objetivo Específico 9.9.1 - Apoiar o investimento e constituição de empresas sociais**

Ainda antes dos efeitos da crise financeira e económica, vinha-se observando na Região uma certa dinâmica e crescimento da economia social, que adquiriu um papel mais reforçado no atual contexto. Através da criação de projetos de luta contra a pobreza e de microempresas voltadas para a integração no mundo do trabalho de beneficiários do rendimento mínimo garantido, de portadores de deficiência e de outros desempregados de muito baixa empregabilidade, estabeleceu-se na Região Autónoma dos Açores uma rede de entidades que se dedicam à promoção de estratégias ativas de emprego e asseguram um verdadeiro mercado social de emprego que urge reconhecer, valorizar, modernizar e alargar.

A Rede de Economia Solidária dos Açores é constituída por mais de uma dezena de instituições sem fins lucrativos, que apoiam e acompanham públicos em risco de exclusão social, promovendo a sua inclusão, nomeadamente através da formação e empregabilidade, tendo como referência os princípios da Economia Solidária, constituindo-se como um segmento fundamental para contribuir para os objetivos de combate à pobreza e à exclusão social. Porém, as empresas sociais da Região apresentam importantes carências em matéria de renovação, formação e qualificação das suas equipas técnicas e da certificação da qualidade das suas instituições, tendo em vista melhorar a qualidade de serviço, adequando-o às novas exigências do mercado social. Consequentemente, a promoção da qualidade das respostas sociais e das organizações da economia social é uma prioridade regional para o período 2014-2020.

Nesse sentido irão ser implementados projetos e programas que promovam o apoio às empresas sociais, designadamente, projetos de apoio, de cooperação entre os diversos agentes envolvidos, de capacitação das respetivas instituições, mas também programas de apoio à inserção de desempregados nestas empresas, contribuindo assim estas ações quer para a promoção das empresas sociais, quer para a redução do desemprego, quer ainda para a promoção de maior inclusão social.

**Quadro 3 (9.9.1) Indicadores de Resultado**

ID	Indicador	Unidade de medida	Categoria da região	Valor de base	Ano de base	Valor alvo (2023)	Fonte dos dados	Frequência de relatório
	Aumento do peso das Empresas Sociais no total das Instituições do Terceiro Setor na RAA	%	MD	5%	2013	10%	SRSS	Anual

#### Ações a Apoiar

<b>Tipologia de ações</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Projetos de apoio a empresas sociais,</li><li>• Projetos de cooperação com os agentes e redes de empreendedorismo social.</li><li>• Projetos de capacitação das instituições do setor da economia social, que potencie os recursos existentes na comunidade visando a sua qualificação e a eficácia da sua intervenção;</li><li>• Iniciativas de apoio a estruturas que prestam serviços de proximidade para criar novos empregos;</li><li>• Programas de apoio à inserção de desempregados em instituições de economia social.</li></ul>
<b>Território alvo específico</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>– Região Autónoma dos Açores.</li></ul>
<b>Tipologia de beneficiário</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>– Administração Pública Regional</li><li>– Institutos, Empresas e Associações Públicas</li><li>– Entidades públicas e privadas sem fins lucrativos.</li></ul>
<b>Principal grupo alvo</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>– Organizações do Terceiro Sector</li><li>– População em geral designadamente a que se encontra em situação de pobreza e de exclusão</li></ul>

#### Princípios orientadores para a seleção das operações

- Adequação do projeto à estratégia do PO Açores em matéria de inclusão social e combate à pobreza:
  - Contribuição para os objetivos de crescimento inclusivo da Estratégia Europa 2020;
  - Coerência da operação com a estratégia regional de inclusão social e combate à pobreza;
  - Grau de relevância estratégica da operação proposta, em termos regionais ou sectoriais.
- Contributo para a coesão social e territorial:
  - Contributo para o reforço da coesão territorial da Região;
  - Contributo para a promoção da igualdade de oportunidades, em função do género, da deficiência e de outras causas de discriminação;
- Capacidade de gerar resultados para o desenvolvimento territorial da Região:
  - Os efeitos esperados da operação medidos através dos indicadores de realização e de resultado;
  - Contributo da operação para a geração de emprego e/ou para o reforço da empregabilidade dos destinatários;
  - Coerência da operação com a fundamentação da sua necessidade e oportunidade, designadamente em matéria de apoio ao investimento e constituição de empresas sociais;

- Qualidade técnica da operação, nomeadamente no que respeita à coerência com o perfil dos destinatários, os conteúdos, a metodologia e a duração da intervenção, bem como no que se refere aos métodos de avaliação da execução e dos resultados da intervenção.
- Contributo para as políticas horizontais da UE (promoção da igualdade de oportunidades, em função do género, da deficiência e de outras causas de discriminação, desenvolvimento sustentável).

#### Utilização prevista dos instrumentos financeiros

Não aplicável.

#### Utilização prevista dos grandes projetos

Não aplicável.

**Quadro 5 (9.9.1) Indicadores de Realização da Prioridade de Investimento**

ID	Indicador	Unidade de medida	Fundo	Categoria da região	Valor Alvo (2023)	Fonte dos dados	Frequência de relatório
	Nº de empresas sociais apoiadas	Nº	FEDER	MD	23	SI	Anual

## **Eixo Prioritário 10: Ensino e Aprendizagem ao Longo da Vida**

**Prioridade de Investimento 10.1** - *A redução e prevenção do abandono escolar precoce e promoção da igualdade de acesso a um ensino infantil, primário e secundário de boa qualidade, incluindo percursos de aprendizagem formais, não formais e informais para a reintegração no ensino e na formação.*

**Objetivo Específico 10.1.1** – Melhorar a qualidade e eficiência do sistema de educação e formação de crianças e jovens, das condições de aquisição de aprendizagens e de conhecimentos.

---

Pese embora os progressos registados na taxa de abandono escolar na Região (em 2011, 2,36% da população residente saiu da escola sem concluir a escolaridade obrigatória legalmente definida, contra 17,15% em 1991), regista-se ainda um elevado nível de abandono escolar precoce e de insucesso escolar, bem como fragilidades ao nível do desempenho escolar dos alunos.

Considerando este panorama, a Região Autónoma dos Açores tem como objetivo prioritário no período 2014-2020 reduzir a taxa de abandono escolar precoce em convergência com as metas definidas a nível nacional e em consonância com a “Estratégia 2020”.

Para tal, a Região irá desenvolver uma estratégia integrada que considera cinco linhas de atuação:

- Desenvolver projetos pedagógicos que visam diminuir o abandono escolar precoce, com vista a colmatar as deficiências ainda existentes no sistema educativo regional. Estes projetos elegem como público-alvo prioritário a população escolar que, no ano letivo 2012/2013, tinha entre 11 e 17 anos e se encontrava a frequentar o sistema educativo dos níveis básico e secundário;
- Aprofundar a relação entre a educação e a prevenção da gravidez precoce e dos apoios sociais correlacionados com a ação social escolar.



**Quadro 3 (10.1.1) Indicadores de Resultado**

ID	Indicador	Unidade de medida	Categoria da região	Valor de base	Ano de base	Valor alvo (2023)	Fonte dos dados	Frequência de relatório
	Alunos abrangidos nas ofertas formativas dirigidas à promoção do sucesso educativo, diplomados no 9.º ano de escolaridade, ISCED 2 e nível de qualificação 2	N.º	MD				SRECC, SIIFSE	Anual
	Alunos abrangidos nas ofertas formativas dirigidas à promoção do sucesso educativo, diplomados no 12.º ano de escolaridade, ISCED 3 e nível de qualificação 4	N.º	MD				SRECC, SIIFSE	Anual

**Ações a Apoiar**

<p><b>Tipologia de ações</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Qualificação Jovem - ações de qualificação profissional assentes no princípio do sistema dual, permitindo que os conhecimentos teóricos adquiridos em sala sejam consolidados e testados na formação prática ao longo da formação, ou seja no learning by doing, destinadas a jovens, sendo a formação teórica ministrada por escolas profissionais, enquanto que a formação prática decorrerá em empresas.</li> <li>• Cursos do Programa de Formação e Inserção de Jovens (PROFIJ) – cursos baseados na estrutura do Sistema de Aprendizagem implementado a nível nacional (baseados nos pressupostos do Catálogo Nacional de Qualificações, em linha com o Quadro Europeu das Qualificações), mas adaptados à realidade regional, conferindo dupla certificação de nível 1, 2 (nível básico de ensino) e 4 (de nível secundário). Visam aumentar a empregabilidade dos jovens face às necessidades do mercado de trabalho, através da alternância entre os contextos de formação e de trabalho.</li> <li>• Programa Fénix – ações de apoio pedagógico desenvolvidas para reduzir o abandono e promover o sucesso educativo, especificamente orientadas para as disciplinas de Língua Portuguesa e de Matemática, destinadas a alunos com problemas de aprendizagem.</li> <li>• Programa Oportunidade – ações de apoio pedagógico desenvolvidas para reduzir o abandono e de promoção do sucesso educativo orientadas para jovens em risco de abandono escolar ao nível do ensino básico (1.º, 2.º e 3.º ciclos), que transitam temporariamente do regime regular para turmas com matriz curricular adaptada, a fim de ultrapassar as dificuldades de aprendizagem. Ao alcançar-se essa premissa, os mesmos devem ser reintegrados no regime regular de ensino ou encaminhados para percursos escolares mais adequados às suas necessidades de aprendizagem e ao perfil do aluno, como a via profissionalizante.</li> <li>• Cursos do ensino vocacional – cursos que visam diversificar a oferta formativa dos níveis básico e secundário do sistema educativo regional, na rede pública, com o objetivo de</li> </ul>
----------------------------------	--

---

consagrar alternativas mais adequadas ao perfil dos alunos e assegurar a inclusão de todos no percurso escolar, através de um ensino mais prático e orientado para o mundo do trabalho;

- Apoios da ação social escolar – apoio social a crianças e famílias em risco de pobreza e exclusão de modo a assegurar a sua permanência no sistema educativo e o cumprimento da escolaridade.
- Programas de apoio aos alunos e crianças com necessidades educativas especiais – ações de acompanhamento pedagógico que potenciem a escolaridade dos alunos com necessidades educativas especiais;
- Ações de sensibilização de combate ao abandono escolar – ações de prevenção da gravidez precoce no âmbito do Programa Regional de Saúde Escolar e Saúde Infanto-juvenil, ações promotoras da valorização escolar junto das crianças e jovens em risco de abandono escolar, adequadas à experiência de vida dos que valorizam práticas produtivas familiares (pesca, lavoura, agricultura, etc.) em detrimento da escola, de forma a atenuar o abandono escolar correlacionado com estas problemáticas;
- Programa de apoio aos serviços de psicologia e orientação - Esta medida visa promover o sucesso educativo, a diminuição do abandono escolar, a promoção da mobilidade ao longo do percurso formativo e ainda o ajustamento entre as qualificações e as exigências do mercado de trabalho. Esta medida suporta-se também nas evidências salientadas pelo relatório intitulado: “Education to Employment: Designing a System that Works”, produzido pela McKinsey & Company, disponível em [mckinseyonsociety.com/education-to-employment](http://mckinseyonsociety.com/education-to-employment), o qual salienta que: “ First, stakeholders need better data to make informed choices and manage performance. Parents and young people, for example, need data about career options and training pathways. Imagine what would happen if all educational institutions were as motivated to systematically gather and disseminate data regarding students after they graduated—job-placement rates and career trajectory five years out—as they are regarding students’ records before admissions. Young people would have a clear sense of what they could plausibly expect upon leaving a school or taking up a course of study, while education institutions would think more carefully about what they teach and how they connect their students to the job market”. Trata-se de uma medida premente face à conjuntura atual do país, mas também global, do mercado de trabalho, revelando-se crucial para a potencialização da inserção e da integração com qualidade dos jovens no âmbito desta conjuntura, para a qual a comunidade escolar e educativa deve ter capacidade de resposta, em articulação com outras entidades públicas e privadas, no sentido destes serviços serem dotados de informação atualizada e pertinente que facilite e auxilie a tomada de decisão consciente e em conformidade com a realidade do mercado de trabalho, em combinação com as características e perfis dos jovens, quer dos jovens, quer dos respetivos encarregados de educação.

<b>Território alvo específico</b>	– Região Autónoma dos Açores.
<b>Tipologia de beneficiário</b>	– Estabelecimentos de ensino e de formação da rede pública e privada – Administração Regional
<b>Principal grupo alvo</b>	– Crianças e jovens inseridos no sistema de ensino e formação da Região Autónoma dos Açores, nas redes pública e privada – Jovens em risco de exclusão e/ou de abandono escolar

#### Princípios orientadores para a seleção das operações

Após o processo de verificação das condições de admissibilidade das candidaturas, a apreciação e seleção dos projetos é baseada numa análise multicritério, com a devida quantificação, onde é valorizado:

- A relevância do projeto (nível de enquadramento na prioridade de investimento e nos objetivos específicos);
- A coerência das ações propostas com a fundamentação da sua necessidade A existência de instrumentos que assegurem a igualdade de oportunidades e de género;
- Outros a definir em regulamentação específica.

#### Utilização prevista dos instrumentos financeiros

Não aplicável

#### Utilização prevista dos grandes projetos

Não aplicável

**Quadro 5 (10.1.1) Indicadores de Realização da Prioridade de Investimento**

ID	Indicador	Unidade de medida	Fundo	Categoria da região	Valor alvo (2023)	Fonte dos dados	Frequência de relatório
	Alunos abrangidos nas ofertas formativas dirigidas à promoção do sucesso educativo com nível de saída 9.º ano de escolaridade, por ano	Nº	FSE	MD		SRECC, SIIFSE	Anual
	Alunos abrangidos nas ofertas formativas dirigidas à promoção do sucesso educativo com nível de saída 12.º ano de escolaridade, por ano	Nº	FSE	MD		SRECC, SIIFSE	Anual

**Prioridade de Investimento 10.2** - *A melhoria da qualidade e da eficiência do ensino superior e equivalente, e do acesso ao mesmo, a fim de aumentar os níveis de participação e de habilitações, particularmente para os grupos desfavorecidos*

**Objetivo Específico 10.2.1** – Aumentar o número de diplomados do ensino superior nomeadamente através de uma maior inclusão social de alunos de diferenciados meios socioeconómicos ao nível do acesso ao ensino superior e aumentar o número de doutorados na população açoriana.

---

Face à meta específica para o Ensino Superior, no quadro da estratégia Europa 2020, de 40% de diplomados até 2020 entre os 30-34 anos, constata-se que na Região Autónoma dos Açores, em 2011, esta percentagem era de 22,4%. Este valor representa por si só uma taxa muito baixa de alunos que prosseguem os seus estudos a um nível superior, revelando o grau de importância que esta Prioridade de Investimento apresenta para a Região.

Acresce a esta situação de partida, o impacto negativo no acesso ao ensino superior resultante da degradação das condições económicas das famílias, verificada nos últimos anos. Com a impossibilidade financeira dos agregados familiares em suportarem as despesas com a frequência do ensino superior, principalmente quando a mesma implica a deslocação para fora da sua Ilha de residência, é expectável que a tendência de aumento do número de jovens a acederem ao ensino superior estagne ou inverta sua trajetória.

Assim, em linha com os objetivos previstos no quadro da estratégia Europa 2020, e de forma a mitigar ou suprimir alguns constrangimentos no acesso a uma formação de nível superior, por parte dos jovens açorianos, a estratégia subjacente ao presente objetivo específico pretende reforçar a oferta formativa de nível V na Região, com cursos de especialização tecnológica, e o apoio financeiro à frequência do ensino superior para jovens em situação de carência económica.

Trata-se de apoios essenciais para que um segmento dos jovens com potencial de formação e de qualificação superior, embora com poucos recursos financeiros, integre e conclua este nível de ensino e assim contribua para aumentar o número de diplomados do ensino superior na Região Autónoma dos Açores, bem como aumentar os recursos altamente qualificados aí presentes.

Neste objetivo enquadram-se também processos de apoio ao aumento do número de doutorados na população açoriana, com especial prioridade para áreas de estudo e investigação de interesse regional.

**Quadro 3 (10.2.1) Indicadores de Resultado**

ID	Indicador	Unidade de medida	Categoria da região	Valor de base	Ano de base	Valor alvo (2023)	Fonte dos dados	Frequência de relatório
	Alunos diplomados do ensino superior	Nº	MD	0		400	SIIFSE e BD bolsas	Anual

**Ações a Apoiar**

<b>Tipologia de ações</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Cursos superiores de curta duração que visam a aquisição do nível (ISCED) 5;</li> <li>• Bolsas de ensino superior para alunos carenciados – Bolsas de estudo a atribuir aos jovens de acordo com a análise prospetiva das necessidades do mercado laboral, tendo em consideração as condições socioeconómicas do respetivo agregado familiar e o adequado aproveitamento escolar dos candidatos;</li> <li>• Programas de mestrados, doutoramento e pós doutoramentos.</li> </ul>
<b>Território alvo específico</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Região Autónoma dos Açores.</li> </ul>
<b>Tipologia de beneficiário</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Estabelecimentos de ensino superior</li> <li>– Administração Regional</li> </ul>
<b>Principal grupo alvo</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Jovens inseridos no sistema educativo ou formativo</li> <li>– Ativos empregados, desempregados ou à procura do 1º emprego</li> </ul>

**Princípios orientadores para a seleção das operações**

Após o processo de verificação das condições de admissibilidade das candidaturas, e considerando que as entidades beneficiárias são organismos da Administração Regional, responsáveis pela aplicação destas políticas públicas, a apreciação e seleção dos projetos é baseada numa análise multicritério, com a devida quantificação, onde é valorizado:

- A relevância do projeto (nível de enquadramento na prioridade de investimento e nos objetivos específicos);
- Existência de mecanismos de acompanhamento da atribuição da bolsa;
- Monitorização da inserção profissional dos bolseiros, no caso das bolsas do ensino superior;
- Outros a definir em regulamento específico.

**Utilização prevista dos instrumentos financeiros**

Não aplicável

**Utilização prevista dos grandes projetos**

Não aplicável

**Quadro 5 (10.2.1) Indicadores de Realização da Prioridade de Investimento**

ID	Indicador	Unidade de medida	Fundo	Categoria da região	Valor alvo (2023)	Fonte dos dados	Frequência dos relatórios
	Bolseiros abrangidos, por ano	N.º	FSE	MD	200	SIIFSE e BD bolsas	Anual

**Prioridade de Investimento 10.3** - *A melhoria da igualdade de acesso à aprendizagem ao longo da vida para todas as faixas etárias em contextos formais, não formais e informais, atualização do conhecimento, das aptidões e das competências dos trabalhadores e promoção de percursos de aprendizagem flexíveis, inclusive através da orientação profissional e da validação das competências adquiridas*

**Objetivo Específico 10.3.1** – Aumentar a empregabilidade dos jovens licenciados cuja formação adquirida não se enquadre nas necessidades do mercado de trabalho.

---

Apesar dos esforços desenvolvidos, já com alguns resultados positivos, subsiste a necessidade de ajustar as competências às necessidades das empresas e assegurar uma melhor adequação entre oferta e procura no mercado de trabalho, reorientando, para tal, ativos cujas competências e área de formação superior são desajustadas face às necessidades das empresas.

Pretende-se assim criar um impacto positivo na capacidade produtiva e aumento da produtividade, fator determinante para uma maior competitividade do tecido empresarial e das organizações regionais geradoras de emprego.

Esta medida concretiza-se, numa lógica de aprendizagem ao longo da vida, em parceria com instituições superiores de ensino, com vista a acrescentar saberes e competências ajustadas às necessidades atuais e futuras do mercado de trabalho, promovendo assim a empregabilidade dos açorianos e dotando as empresas de recursos humanos que melhorem o seu desempenho, promovendo o crescimento económico da Região.

**Objetivo Específico 10.3.2** – Melhorar o acesso à aprendizagem ao longo da vida, através da promoção e da qualidade do sistema de formação, do reconhecimento das competências adquiridas e/ou frequência de formação que possibilite aumentar e melhorar as condições de empregabilidade.

---

A melhoria dos níveis de qualificação revela-se de importância estratégica para sustentar um novo modelo de desenvolvimento, baseado na inovação e no conhecimento, que assegure a renovação do modelo competitivo da economia dos Açores e promova uma cidadania de participação. Na Região a população empregada apresenta um baixo nível de escolaridade, embora a situação atual revele uma significativa melhoria nos últimos anos (em 2006, 78% da população empregada possuía apenas o ensino básico, em 2013, esse valor decresce para 68%). A fraca instrução

materializa-se posteriormente numa diminuta valorização da aprendizagem ao longo da vida (em 2011, a aprendizagem ao longo da vida situava-se nos Açores em 7,1%, inferior à situação verificada em Portugal, 9,8%).

Com efeito, constata-se que a escassez de recursos humanos qualificados tem bloqueado a modernização tecnológica em sectores de desenvolvimento estratégico para o crescimento e diversificação do tecido económico.

Os empregadores procuram, cada vez mais, competências-chave de carácter transversal e cada vez mais os empregos “pouco qualificados” incluem tarefas não rotineiras e, consequentemente, mais exigentes.

É neste contexto que surge o presente objetivo específico, cuja estratégia assenta na integração no tecido empresarial de recursos humanos altamente qualificados e dinamizadores de projetos de I&D, e intensificação de ações facilitadoras da aprendizagem ao longo da vida, que promovam a qualificação de jovens e adultos em áreas de qualificação com pertinência para o mercado de trabalho que fomentem a atividade económica e impulsionem um impacto positivo na capacidade produtiva, fator determinante para o aumento da competitividade do tecido empresarial da Região. Na sequência do referido, há ainda que promover um aumento do nível de qualificação da população ativa adulta menos qualificada, fomentando assim a sua empregabilidade, reconversão profissional dentro das respetivas entidades patronais ou facilitando a sua mobilidade profissional.

**Quadro 3 (10.3) Indicadores de Resultado**

ID	Indicador	Unidade de medida	Categoria da região	Valor de base	Ano de base	Valor alvo (2023)	Fonte dos dados	Frequência de relatório
	Ativos requalificados integrados no mercado de trabalho, 6 meses após a formação	Nº	MD	0	NA	60	SIIFSE e BD bolsas	Anual
	Abrangidos diplomados com dupla certificação, por nível de ISCED e de qualificação	Nº	MD	689	2012	2240	SIIFSE Rede Valorizar	Anual

#### Ações a Apoiar

<b>Tipologia de ações</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ações de reconversão de ativos com qualificação superior em áreas com saídas profissionais - pretende-se estimular a qualificação e atualização de competências através de ações de requalificação profissional de jovens e adultos licenciados com condições de empregabilidade dificultadas, para áreas transversais e de maior empregabilidade e, por esta via, também reforçar a empregabilidade e as oportunidades dos ativos construir um projeto profissional de sucesso, combatendo o desemprego dos jovens e ativos qualificados.</li> <li>• Percursos formativos modulares de dupla certificação, de nível básico ou secundário, certificação escolar ou profissional, inseridos no Catálogo Nacional de Qualificações.</li> <li>• Ensino recorrente – modalidade de nível secundário de 2ª oportunidade, repartida entre a modalidade presencial e a mediatizada, esta, disponibilizada exclusivamente na escola-polo ES Vitorino Nemésio, através de plataformas de ensino à distância.</li> </ul>
---------------------------	---

	<ul style="list-style-type: none"> <li>Desenvolvimento de processos de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências - Visam a certificação de competências escolares e/ou profissionais, adquiridas ao longo da vida, por meio de percursos de formação formais, informais e não formais. Tal processo eleva o nível de qualificação do adulto e faculta-lhe uma certificação oficial das suas competências em relação às normas socialmente estabelecidas, nomeadamente as apresentadas nos programas de estudo. Em função dos objetivos perseguidos pelo adulto, este procedimento permite-lhe constatar as competências adquiridas e identificar, se possível, a formação em falta.</li> <li>Cursos de Aquisição Básica de Competências- visam não apenas dotar os adultos com competências mínimas, níveis básicos de escolaridade, que lhes permitam ultrapassar um conjunto de barreiras que durante parte da sua vida lhes vedou muitas oportunidades. O seu principal objetivo incide sobre a melhoria das competências e qualificações dos formandos, dotando-os de saberes que os tornam ativos e competitivos perante o mercado de trabalho e o seu quotidiano.</li> <li>Formação de formadores – Ações de formação inicial e formação contínua de formadores, com vista a garantir a qualidade, os resultados e o sucesso da formação profissional realizada na Região Autónoma dos Açores.</li> </ul>
<b>Território alvo específico</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Região Autónoma dos Açores.</li> </ul>
<b>Tipologia de beneficiário</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Estabelecimentos de ensino e formação do sistema educativo regional, da rede pública e privada</li> <li>Entidades formadoras certificadas</li> <li>Instituições de ensino superior</li> <li>Administração Regional</li> </ul>
<b>Principal grupo alvo</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Ativos empregados e desempregados</li> <li>Inativos</li> </ul>

#### Princípios orientadores para a seleção das operações

Após o processo de verificação das condições de admissibilidade das candidaturas, a apreciação e seleção dos projetos é baseada numa análise multicritério, com a devida quantificação, onde é valorizado:

- A relevância do projeto (nível de enquadramento na prioridade de investimento e nos objetivos específicos);
- A coerência das ações propostas com a fundamentação da sua necessidade e oportunidade em termos de empregabilidade ou de sustentabilidade do emprego dos destinatários;
- O contributo para o desenvolvimento de sectores de atividade ou áreas de qualificação considerados estratégicos;
- A existência de mecanismos facilitadores da inserção profissional;



- A existência de instrumentos que assegurem a igualdade de oportunidades e de género, em particular, no acesso ao mercado de trabalho;
- Reflexo em termos de aumento da escolaridade dos utentes da Agência para a Qualificação e Emprego;
- Impacto na estrutura de qualificação da população ativa açoriana;
- Outros a definir em regulamentação específica.

#### Utilização prevista dos instrumentos financeiros

Não aplicável

#### Utilização prevista dos grandes projetos

Não aplicável

**Quadro 5 (10.3) Indicadores de Realização da Prioridade de Investimento**

ID	Indicador	Unidade de medida	Fundo	Categoria da região	Valor alvo (2023)	Fonte dos dados	Frequência de relatório
	Abrangidos em cursos de dupla certificação, por nível de ISCED e de qualificação, por ano	N.º	FSE	MD	800	SIIFSE Rede Valorizar	Anual
	Alunos abrangidos ações de requalificação, por ano	N.º	FSE	MD	30	SIIFSE	Anual

**Prioridade de Investimento 10.4** - A melhoria da pertinência do ensino e da formação ministrados para o mercado de trabalho, facilitando a transição da educação para o trabalho e reforço dos sistemas de ensino e formação profissionais e da sua qualidade, inclusive através de mecanismos de antecipação de competências, adaptação dos currículos e criação e desenvolvimento de sistemas de ensino baseados no trabalho, nomeadamente sistemas de ensino dual e de aprendizagem

**Objetivo Específico 10.4.1** – Melhorar a qualidade dos sistemas de ensino e formação e aumentar o número de diplomados em modalidades de ensino e formação profissional diversificada e orientada para o mercado de trabalho

Considerando que o mercado de trabalho tem vindo a incrementar o seu grau de exigência, no que respeita a mão-de-obra especializada, a Região Autónoma dos Açores, no decurso dos últimos períodos de programação, elegeu como grande prioridade a formação de dupla certificação dos seus jovens em estreita articulação com as necessidades de formação demonstradas pelo seu tecido empresarial. Essa opção revelou-se muito positiva, porquanto, presentemente, um volume significativo de jovens escolhem uma via profissionalizante em alternativa ao sistema normal de ensino, resultando numa maior taxa de empregabilidade.

Por outro lado, o ensino profissionalizante, nas suas diferentes modalidades, dirigido a um público com percursos escolares normais, contribui igualmente para a prevenção do abandono escolar precoce.

É esta lógica de aumento da empregabilidade dos jovens e de contribuição para a melhoria da capacidade produtiva e aumento da competitividade do tecido empresarial e das organizações regionais geradoras de emprego, através do ajustamento da formação às suas reais necessidades, que justifica a escolha deste objetivo.

Neste âmbito, a estratégia a desenvolver passa por:

- Fomentar o prosseguimento de estudos da educação e formação para além do cumprimento, em termos etários, da escolaridade obrigatória, a fim de alargar os níveis de conclusão do ensino secundário, o que terá repercussões no acesso ao ensino superior;
- Elevar a qualificação escolar e profissional ou equivalente dos jovens para prevenir a sua entrada no mercado de trabalho com baixas qualificações, para colmatar e/ou atenuar as debilidades no ajustamento entre a procura e a oferta de qualificação de jovens, promovendo a sua empregabilidade e a adequação das suas qualificações ao mercado de trabalho;
- Promover o nível secundário como patamar mínimo de qualificação para os jovens, com a oferta de formação de dupla certificação, integrando os objetivos de qualificação e inserção profissional e/ou o prosseguimento de estudos;
- Melhorar a qualidade e eficiência dos sistemas de ensino e formação através intervenções específicas e inovadoras e de programas de formação e acompanhamento de docentes.

**Quadro 3 (10.4.1) Indicadores de Resultado**

ID	Indicador	Unidade de medida	Categoria da região	Valor de base	Ano de base	Valor alvo (2023)	Fonte dos dados	Frequência de relatório
	Alunos abrangidos, diplomados com dupla certificação, ISCED 3 e nível de qualificação 4	Nº	MD				SIIFSE	Anual

**Ações a Apoiar**

<b>Tipologia de ações</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Cursos Profissionais - cursos com percursos do nível secundário de educação com forte ligação com o mundo profissional. Esta modalidade de formação valoriza o desenvolvimento de competências para o exercício de uma profissão, aliando a formação teórica com a vertente técnico-prática, em articulação com as necessidades de formação do sector empresarial local, permitindo igualmente o acesso a uma formação pós-secundária ou ao ensino superior.</li> <li>• Cursos do Sistema de Aprendizagem – cursos com modalidades de formação de dupla certificação e conferem simultaneamente o nível IV de formação profissional e uma habilitação escolar de nível secundário. Estes cursos promovem a formação inicial dos ativos tendo em vista aumentar a sua empregabilidade face às necessidades do mercado de trabalho e, além disso, possibilitam a progressão escolar e profissional.</li> <li>• A sua estrutura curricular e respetiva carga horária conferem flexibilidade na sua organização, verificando-se o regime de alternância entre os contextos de formação e de trabalho, que se constitui como um elemento caracterizador desta modalidade de formação, e no qual assume particular relevância o papel das empresas enquanto parceiras da formação;</li> <li>• Cursos de especialização tecnológica - Cursos pós-secundários não superiores que visam a aquisição do nível (ISCED) 4 de formação profissional;</li> <li>• Programa de Formação Contínua de Docentes - orientado para a conceção e implementação de formação contínua dos docentes do sistema educativo regional, nos diferentes níveis e modalidades de ensino e formação da rede pública e privada. Trata-se de uma medida de apoio orientada para a melhoria da qualidade do ensino, de valorização do pessoal docente e dos gestores escolares, tendo em vista a criação de condições que favoreçam, nomeadamente, o reforço da autonomia das escolas, a prevenção do abandono escolar, o apoio à melhoria da qualidade do sistema educativo, bem como o desenvolvimento de competências relacionadas com a docência no quadro da educação e formação profissional e da formação e qualificação de adultos);</li> <li>• Programa de Formação e Acompanhamento de Docentes – ações de formação por uma equipa de professores-tutores que monitorizam a atividade letiva dos docentes (peer coaching), no sentido de diagnosticar as dificuldades; dinamizar momentos formativos que colmatem as lacunas identificadas ao longo do processo de acompanhamento; promover a reflexão e a partilha de estratégias de ensino, bem como a construção, aplicação e avaliação</li> </ul>
---------------------------	--

	<p>de recursos pedagógicos; e ainda a fiabilidade dos instrumentos de avaliação aplicados aos alunos;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Intervenções específicas e inovadoras dirigidas à melhoria da qualidade e da eficiência do sistema de educação e formação.</li> </ul>
<b>Território alvo específico</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Região Autónoma dos Açores.</li> </ul>
<b>Tipologia de beneficiário</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Estabelecimentos de ensino e formação do sistema educativo regional, da rede pública e privada</li> <li>Entidades formadoras certificadas</li> <li>Administração Regional</li> </ul>
<b>Principal grupo alvo</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Ativos empregados e desempregados</li> <li>Inativos</li> </ul>

#### Princípios orientadores para a seleção das operações

Após o processo de verificação das condições de admissibilidade das candidaturas, a apreciação e seleção dos projetos é baseada numa análise multicritério, com a devida quantificação, onde é valorizado:

- A relevância do projeto (nível de enquadramento na prioridade de investimento e nos objetivos específicos);
- A coerência das ações propostas com a fundamentação da sua necessidade e oportunidade em termos de empregabilidade dos destinatários;
- O contributo para o desenvolvimento de sectores de atividade ou áreas de qualificação considerados estratégicos;
- A existência de mecanismos facilitadores da inserção profissional;
- A existência de instrumentos que assegurem a igualdade de oportunidades e de género, em particular, no acesso ao mercado de trabalho;
- Outros a definir em regulamentação específica.

#### Utilização prevista dos instrumentos financeiros

Não aplicável

#### Utilização prevista dos grandes projetos

Não aplicável

**Quadro 5 (10.4.1) Indicadores de Realização da Prioridade de Investimento**

ID	Indicador	Unidade de medida	Fundo	Categoria da região	Valor alvo (2023)	Fonte dos dados	Frequência de relatório
	Alunos abrangidos em ações de dupla certificação, ISCED 3 e com nível de qualificação 4, por ano	N.º	FSE	MD			Anual

**Prioridade de Investimento 10.5** - Investimentos na educação, na formação e na formação profissional para a aquisição de competências e aprendizagem ao longo da vida através do desenvolvimento das infraestruturas educativas e formativas

**Objetivo Específico 10.5.1** – Completar a rede pública de ensino da Região, com as últimas intervenções no quadro da programação das infraestruturas e equipamentos que garantem o equilíbrio de oferta de condições em cada ilha dos Açores.

Durante os períodos anteriores de programação foi desenvolvido um esforço significativo na recuperação do enorme atraso em matéria de uma rede mínima de instalações escolares, persistem ainda situações de vulnerabilidades e carências. A superação destas insuficiências constitui uma das prioridades de intervenção da Região no período 2014-2020, em forte articulação com a estratégia de combate ao abandono e insucesso escolar.

Entre as situações de deficiência infraestrutural destacam-se a título exemplificativo, escolas em adiantado estado de degradação, funcionando em antigos conventos, ou em locais sujeitos a riscos diversos e ainda situações em que os atuais estabelecimentos contêm ainda materiais perigosos para a saúde humana, tais como coberturas em fibrocimento com incorporação de amianto.

As autarquias locais têm também uma responsabilidade direta na oferta e funcionamento de estabelecimentos do pré-escolar e ensino básico, sendo exigido um esforço financeiro importante na requalificação dos estabelecimentos, acedendo a financiamentos comunitários e a contratos de cooperação financeira com a administração regional, restando ainda algumas intervenções pontuais, em alguns concelhos, para se poder concretizar uma carta escolar nos Açores, com patamares de qualidade equiparáveis ao resto do território nacional.

Será justamente neste período de programação que se espera que seja concretizado em termos aceitáveis a programação de construções/requalificação de equipamentos escolares, dando assim cumprimento a um ciclo longo e exigente, sucessivamente revisto em função de alterações como sejam prolongamento da escolaridade obrigatória, dinâmica do ensino profissional, cooperação com o governo central e apoio financeiro da Região na tripolaridade da Universidade dos Açores e défices de cobertura da rede pré-escolar, entre outras situações corrigidas e objeto de afetação de recursos financeiros.

**Quadro 3 (10.5.1) Indicadores de Resultado**

ID	Indicador	Unidade de medida	Categoria da região	Valor de base	Ano de base	Valor alvo (2023)	Fonte dos dados	Frequência de relatório
	Taxa de cobertura da requalificação das escolas do Ensino Básico e Secundário relativamente ao n.º de alunos abrangidos	%	MD	21%	2013	41%	SRECC	Anual

## Ações a Apoiar

<p><b>Tipologia de ações</b></p>	<p>Obras de requalificação e equipamento nas redes de equipamento pré-escolar, do ensino básico, secundário e profissional com intervenções ajustadas às necessidades e lacunas de cobertura do território e as que decorrem de situações de risco ou de precaridade.</p> <p>Entre as situações de deficiência infraestrutural destaquem-se a título exemplificativo, o caso da EBI da Ribeira Grande que se encontra num estado de avançada degradação no edifício, tratando-se este de um antigo convento do séc. XIX. A escola está situada a cerca de 6 m de um desnível topográfico de cerca de 8 m., numa zona de alta sismicidade. A deficiente contenção dos desníveis existentes, agravada pelas chuvas infiltradas no terreno, provoca fissurações em fachadas e vergas, que aliadas à localização sobre um declive muito acentuado junto à ribeira, diminuem a estabilidade do edificado para enfrentar sismos e agravam a segurança dos alunos e docentes.</p> <p>De igual modo, a EBS Lajes do Pico, em função do galgamento do mar em dias de tempestade, regista inundações que alagam os pisos abaixo do nível do mar e contribui para a degradação dos materiais de construção empregues, observando-se várias patologias decorrentes desta situação e da proximidade ao mar.</p> <p>As EBI de Rabo de Peixe, EBS da Calheta, EBI de Capelas, EBI Canto da Maia, EBI de Lagoa e a EBI de Arrifes são escolas compostas por edifícios dispersos, sem ligações cobertas que previnam que alunos e docentes possam percorrer os espaços escolares com o mínimo conforto, ao abrigo da chuva e vento, constantes nesta região. Por outro lado, as coberturas destes edifícios escolares contêm placas de fibrocimento com amianto, uma substância perigosa para a saúde por ter partículas consideradas cancerígenas.</p> <p>A EBI da Horta não possui instalações desportivas suficientes para a população escolar existente, não existindo espaços para a prática de educação física que garantam um ensino adequado e equilibrado, para o crescimento saudável dos alunos.</p> <p>Adaptação de espaços para criação de novos equipamentos de ensino profissional - pretende-se proceder à adaptação de infraestruturas existentes para instalação e equipamento da Escola do Mar dos Açores, pelo reconhecimento do potencial socioeconómico das atividades marítimas e marinhas é transversal nas políticas europeias, nacionais e, naturalmente, regionais.</p>
<p><b>Território alvo específico</b></p>	<p>– Região Autónoma dos Açores.</p>
<p><b>Tipologia de beneficiário</b></p>	<p>– Administração Pública Regional e Local</p>
<p><b>Principal grupo alvo</b></p>	<p>– Estabelecimentos de ensino da rede pública do sistema educativo regional.</p>

#### Princípios orientadores para a seleção das operações

Os critérios gerais a ter em conta na seleção das operações no âmbito desta Prioridade de Investimento são os seguintes:

- Adequação do projeto à estratégia do PO Açores em matéria de ensino e aprendizagem ao longo da vida:
  - Contribuição para os objetivos de crescimento inclusivo da Estratégia Europa 2020;
  - Coerência da operação com a estratégia regional de aprendizagem ao longo da vida e combate ao insucesso e abandono escolar;
  - Grau de relevância estratégica da operação proposta, em termos regionais ou sectoriais.
- Contributo para a coesão social e territorial:
  - Contributo para o reforço da coesão territorial da Região;
  - Contributo para a promoção da igualdade de oportunidades, em função do género, da deficiência e de outras causas de discriminação;
- Capacidade de gerar resultados para o desenvolvimento territorial da Região:
  - Os efeitos esperados da operação medidos através dos indicadores de realização e de resultado.
  - Coerência da operação com a fundamentação da sua necessidade e oportunidade, designadamente em matéria de Completar a rede pública de ensino da Região;
  - Qualidade técnica da operação, nomeadamente no que respeita à coerência com o perfil dos destinatários, os conteúdos, a metodologia e a duração da intervenção, bem como no que se refere aos métodos de avaliação da execução e dos resultados da intervenção.

#### Utilização prevista dos instrumentos financeiros

Não aplicável

#### Utilização prevista dos grandes projetos

Não aplicável

**Quadro 5 (10.5.1) Indicadores de Realização da Prioridade de Investimento**

ID	Indicador	Unidade de medida	Fundo	Categoria da região	Valor alvo (2023)	Fonte dos dados	Frequência de relatório
	Nº de escolas do 1.º, 2.º e 3.º ciclo do ensino básico, ensino secundário e profissional intervencionadas	N.º	FEDER	MD	28	SI	Anual

## **Eixo Prioritário 11: Capacidade Institucional e Administração Pública Eficiente**

**Prioridade de Investimento 11.1** - *O investimento nas capacidades institucionais e na eficiência das administrações e dos serviços públicos, a nível nacional, regional e local, a fim de realizar reformas, legislar melhor e governar bem.*

**Objetivo Específico 11.1.1** – Aumentar as competências dos recursos humanos afetos à Administração Pública regional e local com vista à reorganização e modernização do sector, através do aumento da qualidade dos serviços disponibilizados aos cidadãos, trabalhadores e candidatos a emprego.

As profundas reformas introduzidas na Administração Pública impõem uma nova forma de gerir, reforçando o enfoque em matérias como a gestão estratégica, a simplificação e modernização administrativas, a inovação, a aplicação de metodologias de trabalho otimizadas por tecnologias de informação, o conhecimento e a prática de políticas sociais que enfatizem a dimensão humana, bem como o aprofundamento de uma cultura de meritocracia nos serviços públicos, suportada na diferenciação do desempenho.

No quadro do esforço de modernização do Estado e do aumento das qualificações dos trabalhadores públicos, a formação profissional surge como um elemento estratégico, assumindo o Centro de Formação da Administração Pública dos Açores a finalidade de promover uma valorização atualizada dos recursos humanos das carreiras comuns da Administração Pública, tendo em vista a melhoria e o desenvolvimento dos Serviços.

Esta formação encontra-se associada a dois grandes objetivos: por um lado, garantir o acesso efetivo à formação profissional a todos os trabalhadores em funções públicas e, por outro, adequar a oferta formativa às necessidades dos trabalhadores e dos Serviços.

Para a consecução do primeiro objetivo é necessário garantir uma oferta formativa que abranja todo o arquipélago, com recurso, se necessário, à formação à distância.

O segundo objetivo emerge da introdução de inovações na formação da administração pública regional, como a reforma da oferta formativa, a adoção do Catálogo Nacional de Qualificações, as sinergias promovidas com outras entidades formadoras e o recurso às tecnologias de formação.

A introdução na oferta formativa de unidades de formação de curta duração do Catálogo Nacional de Qualificações permite caminhar para um patamar, não só de maior conhecimento teórico-prático das temáticas exigidas aos



funcionários, agentes e contratados da administração pública, mas igualmente aumentar o nível de habilitação escolar, objetivando a dupla certificação e o consequente aumento da escolaridade.

**Quadro 3 (11.1.1) Indicadores de Resultado**

ID	Indicador	Unidade de medida	Categoria da região	Valor de base	Ano de base	Valor alvo (2023)	Fonte dos dados	Frequência de relatório
	% de trabalhadores formados face ao total de trabalhadores envolvidos em processos de modernização e/ou reorganização	%	MD	0	NA	20%	SIGRHRA	Anual

#### **Ações a Apoiar**

<b>Tipologia de ações</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ações de formação estratégicas para a gestão e eficiência na Administração Pública, nas modalidades presencial e à distância. Poderá ainda ser preparada formação específica para alguns organismos da administração regional ou local, após identificação dos aspetos de melhoria ou mudança organizacional dirigidos a esse objetivo;</li> <li>• Seminários, encontros, jornadas, palestras e conferências, com ênfase nos temas que se revelem estratégicos para a sua modernização/atualização.</li> </ul>
<b>Território alvo específico</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Região Autónoma dos Açores.</li> </ul>
<b>Tipologia de beneficiário</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Administração Regional e Local</li> <li>– Entidades formadoras certificadas</li> </ul>
<b>Principal grupo alvo</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Trabalhadores da administração pública regional e local.</li> </ul>

#### **Princípios orientadores para a seleção das operações**

Após o processo de verificação das condições de admissibilidade das candidaturas, a apreciação e seleção dos projetos é baseada numa análise multicritério, com a devida quantificação, onde é valorizado:

- A relevância do projeto (nível de enquadramento na prioridade de investimento e nos objetivos específicos);
- A coerência das ações propostas com a fundamentação da sua necessidade e oportunidade;
- Outros a definir em regulamentação específica.

#### **Utilização prevista dos instrumentos financeiros**

Não aplicável.

#### **Utilização prevista dos grandes projetos**

Não aplicável.

**Quadro 5 (11.1.1) Indicadores de Realização da Prioridade de Investimento**

ID	Indicador	Unidade de medida	Fundo	Categoria da região	Valor alvo (2023)	Fonte dos dados	Frequência de relatório
	Trabalhadores envolvidos em ações de formação direcionadas para a reorganização e modernização, por ano	N.º	FSE	MD	100	CEFAPA/SIIFSE	Anual

DOCUMENTO DE TRABALHO

**Prioridade de Investimento 11.2** - A criação de capacidades para todos os agentes que operam no domínio da educação, da aprendizagem ao longo da vida, da formação, do emprego e das políticas sociais, inclusive através de pactos setoriais e territoriais de preparação de reformas a nível nacional, regional e local

**Objetivo Específico 11.2.1** – Potenciar a articulação entre os sistemas de emprego, solidariedade social e educação.

Considerando que a estratégia integrada de combate ao desemprego, à pobreza e exclusão social e ao abandono e insucesso escolar, preconizada para a Região Autónoma dos Açores, implica uma ação permanentemente concertada entre os sectores do Emprego, da Solidariedade e Segurança Social e da Educação, importa dotar estes sectores de mecanismos de monitorização, controlo e mediação facilitadores do sucesso das medidas. Com isto, espera-se alcançar eficiências consideráveis nos processos e medidas em que intervêm os sectores destacados, ao mesmo tempo que se ambiciona minorar os efeitos burocráticos, financeiros e funcionais advenientes de um funcionamento desarticulado e, por conseguinte, divergente das orientações do quadro global para a reforma da Administração Pública.

Neste contexto, pretende-se romper com a tradicional lógica de funcionamento dos subsistemas, criando-se e implementando-se, de forma sistematizada, instrumentos, ferramentas, processos e procedimentos orientados para o funcionamento, em prol da eficiência de um sistema mais global e capaz de responder às necessidades comuns aos três sectores funcionais.

**Quadro 3 (11.2.1) Indicadores de Resultado**

ID	Indicador	Unidade de medida	Categoria da região	Valor de base	Ano de base	Valor alvo (2023)	Fonte dos dados	Frequência de relatório
	(a definir)							

**Ações a Apoiar**

<b>Tipologia de ações</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>Desenvolvimento e adaptação de sistemas informáticos para suporte à decisão nos três sectores, como por exemplo:</li></ul> <p>Criação de um sistema de gestão escolar - O objetivo nuclear deste projeto consiste em criar e implementar um sistema de gestão escolar, no âmbito da rede pública (com eventual alargamento à rede privada), que permite monitorizar dados correlacionados com a população escolar do sistema educativo regional público, afigurando-se um instrumento consolidador de tomada de decisão na implementação das políticas educativas. Este sistema concretiza, por</p>
---------------------------	---

	<p>exemplo, a “matrícula eletrónica”, que será uma importante ferramenta para obter uma base de dados fiável e objetiva, que faculte leituras diferenciadas e o acompanhamento da evolução de diversas dinâmicas correlacionadas com o contexto escolar, como por exemplo, o abandono precoce da educação e formação de jovens ou as taxas de transição;</p> <p>Integração de uma funcionalidade no sistema de informação da Segurança Social, que permita o acompanhamento do histórico e caracterização dos agregados familiares, sinalizados pela via das suas problemáticas sociais e prestações sociais atribuídas, bem como a sua interligação com os sistemas informáticos dos sectores da educação e do emprego;</p> <p>Proceder às alterações necessárias, no sistema informático do emprego, de forma permitir a articulação da informação produzida com a dos sistemas atrás referidos;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Apoio técnico e financeiro à criação de uma rede de Mediadores Tutores que visa a monitorização dos sistemas de educação, emprego e da solidariedade social e funcionarão como elos de ligação entre os três sectores, permitindo a geração de alertas relacionados com problemas de desemprego, exclusão social, abandono ou absentismo escolar, etc.</li> </ul>
<b>Território alvo específico</b>	– Região Autónoma dos Açores.
<b>Tipologia de beneficiário</b>	– Administração Regional
<b>Principal grupo alvo</b>	– Administração Regional – População em geral

#### Princípios orientadores para a seleção das operações

Após o processo de verificação das condições de admissibilidade das candidaturas, a apreciação e seleção dos projetos é baseada numa análise multicritério, com a devida quantificação, onde é valorizado:

- A relevância do projeto (nível de enquadramento na prioridade de investimento e nos objetivos específicos);
- A coerência das ações propostas com a fundamentação da sua necessidade e oportunidade;
- Outros a definir em regulamentação específica

#### Utilização prevista dos instrumentos financeiros

Não aplicável.

#### Utilização prevista dos grandes projetos

Não aplicável.

**Quadro 5 (11.2.1) Indicadores de Realização da Prioridade de Investimento**

ID	Indicador	Unidade de medida	Fundo	Categoria da região	Valor alvo (2023)	Fonte dos dados	Frequência de relatório
	(A definir)						

## Eixo Prioritário 12: Assistência Técnica

**Objetivo Específico 12.1.1** – Aumentar a Eficiência e a Eficácia da Autoridade de Gestão e dos Organismos Intermédios na Execução das Tarefas Atribuídas

Este eixo prioritário tem como finalidade principal apoiar o funcionamento dos sistemas e estruturas de coordenação, gestão, acompanhamento, controlo, avaliação, divulgação e ainda a promoção de outras ações conducentes a uma melhor eficiência e eficácia da afetação dos meios financeiros.

Estas funções e atribuições estão devidamente discriminadas em regulamento comunitário e obrigam, num contexto de eficiência e de incremento da qualidade da gestão dos fundos, à utilização de meios e tecnologias apropriadas, à atualização dos conhecimentos dos meios humanos e ao acompanhamento muito próximo e no terreno da execução dos projetos, no diálogo com os beneficiários e na articulação com os interlocutores de âmbito nacional e comunitário, em razão do funcionamento e execução da política de coesão e no financiamento proporcionado pelos fundos estruturais.

**Quadro 3 (12.1.1) Indicadores de Resultado**

ID	Indicador	Unidade de medida	Categoria da região	Valor de base	Ano de base	Valor alvo (2023)	Fonte dos dados	Frequência de relatório
	Taxa de aprovação do Programa	%	MD	0	2012	110	Relatório Anual	Anual
	Taxa de execução do Programa	%	MD	0	2012	100	Relatório Anual	Anual

### Ações a Apoiar

<b>Tipologia de ações</b>	Aquisição de serviços, designadamente de consultadoria, remunerações de pessoal, deslocações e alojamento dos membros efetivos dos órgãos de gestão e de acompanhamento, de técnicos da estrutura de apoio técnico, de peritos ou outros convidados para as reuniões desses órgãos, em ações de acompanhamento e na participação em reuniões e eventos da responsabilidade das autoridades nacionais e comunitárias, aquisição de informação de apoio ao sistema de gestão, nomeadamente bibliografia específica, dados estatísticos, cartografia digital, outros., aquisição/aluguer de equipamentos de cópia e de telecomunicações, aquisição de materiais (papel, consumíveis, outros), aluguer de salas, de equipamentos e de viaturas.
---------------------------	---

	Despesas imputáveis ao desenvolvimento de tarefas de Publicidade, Sistema Informático e de Informação, Avaliação, compreendendo, designadamente, edição de materiais de divulgação, despesas com a realização de seminários, publicidade em órgãos de comunicação social, realização de estudos, aquisição de equipamento informático, software e materiais, aluguer de linhas de comunicação e equipamento telemático, ações de formação no âmbito dos fundos comunitários.
<b>Território alvo específico</b>	– Região Autónoma dos Açores.
<b>Tipologia de beneficiário</b>	– Administração Regional
<b>Principal grupo alvo</b>	– Administração Regional – Beneficiários

**Quadro 5 (12.1.1) Indicadores de Realização da Prioridade de Investimento**

ID	Indicador	Unidade de medida	Fundo	Categoria da região	Valor alvo (2023)	Fonte dos dados	Frequência de relatório
	Número de ações de acompanhamento	Nº	FEDER	MD	1000	Relatório Anual	Anual
	Número de estudos e avaliações	Nº	FEDER	MD	6	Relatório Anual	Anual